

Grupo Toky S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas
do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263UL-030-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	32
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	39
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	46

G R U P O
TOKU

Relatório da Administração dos Resultados do
4T25

MBLY B3 LISTED NM

Índice

1	<i>Mensagem da Administração</i>	03
2	<i>Desempenho Financeiro</i>	06
3	<i>Gross Merchandise Value (GMV)</i>	09
4	<i>Lucro Bruto</i>	12
5	<i>Custos Logísticos</i>	14
6	<i>Marketing e Despesas com Vendas</i>	15
7	<i>Despesas Operacionais e Pessoal Administrativo</i>	16
8	<i>EBITDA e IFRS 16</i>	18
9	<i>EBIT</i>	19
10	<i>Resultado Líquido</i>	20
11	<i>Atualização de Sinergias</i>	21
12	<i>Fluxo de Caixa</i>	22
13	<i>Endividamento</i>	23
14	<i>Acompanhamento de Covenants</i>	24
15	<i>Anexos</i>	26
16	<i>Glossário</i>	31

Mensagem da ADMINISTRAÇÃO

Os resultados apresentados durante o ano de 2025 do Grupo Toky demonstram a consolidação das estratégias adotadas durante a fusão das empresas Mobly e Tok&Stok, avanços na captura de sinergias, e expansão da rentabilidade, apesar dos desafios de abastecimento enfrentados no 2o e 3o trimestres.

Em novembro de 2025 celebramos 1 ano da combinação de negócios e, por esse motivo, os valores de 2024 mencionados contam com apenas Novembro e Dezembro da Tok&Stok, enquanto em 2025 foram registrados valores para os 3 meses do trimestre. Dessa forma, individualmente as empresas registraram uma queda de vendas quando comparado ao ano anterior, principalmente influenciado pelo aumento do custo de CAC *online* na Mobly, e devido à ruptura de estoques na Tok&Stok.

No 4º trimestre, o GMV consolidado do Grupo atingiu R\$507,9 milhões, um crescimento de 8,8% em comparação ao mesmo período do ano passado, enquanto a receita líquida atingiu R\$393,5 milhões, crescendo 5,4% em relação ao ano passado. Para o ano de 2025, o GMV atingiu R\$1.964 milhões, registrando um avanço de 84,0% em relação a 2024.

A Margem Bruta consolidada atingiu 52,9% em 4T25 (melhora de 4,9 p.p. vs 4T24) e 52,5% em 2025 (melhora de 6,3 p.p. vs 2024), impulsionada por negociações estratégicas com fornecedores e consolidação da combinação das empresas. Além disso, o resultado bruto anual foi impactado por uma despesa de R\$16,8 milhões em amortização de mais-valia de custo de estoque, adquirido na combinação de negócios, o que reduziu pontualmente às margens. Com a finalização da amortização da mais-valia de estoques da Tok&Stok, o grupo projeta uma perspectiva otimista para a expansão das margens nos próximos trimestres.

No 4T25, os custos logísticos representaram 12,3% da Receita Líquida, ante 11,7% no 4T24. No acumulado do exercício de 2025, o indicador encerrou em 12,8% (vs. 12,9% em 2024). O aumento pontual observado no quarto trimestre decorre majoritariamente do incremento nas despesas de abastecimento para a Black Friday, e por perdas de eficiência pontuais que ocorreram durante a consolidação do estoque no Centro de Distribuição de Cajamar (viabilizando a devolução parcial da unidade de Extrema). A Companhia projeta a normalização desses custos para patamares históricos nos próximos períodos, uma vez concluída a integração logística. No consolidado anual, o Grupo registrou ganho marginal de eficiência operacional na linha de logística.

As despesas com Vendas e Marketing totalizaram 12,4% da Receita Líquida no 4T25 (ante 9,6% no 4T24), encerrando o exercício de 2025 em 13,1% (vs. 12,9% em 2024). O incremento observado no quarto trimestre reflete, primordialmente, o investimento estratégico em mídia (*YouTube Ads*), em parceria com o Google, utilizando conteúdos gerados para campanhas de vídeo via

Inteligência Artificial. Embora o foco dessa iniciativa seja o fortalecimento do *brand lift* (reconhecimento de marca) no médio prazo, a ação gerou uma pressão pontual na linha de marketing do período. Paralelamente, na marca Tok&Stok, o Grupo priorizou a otimização da margem nominal através de uma gestão mais assertiva do ROAS (*Return on Ad Spend*), de forma a buscar a otimização da margem absoluta, resultando em um aumento de 16% do GMV do canal digital da Tok&Stok (comparando Novembro e Dezembro de 2024 com o mesmo período em 2025, após a combinação de negócios). Por fim, o aumento no volume de cancelamentos registrado no segundo semestre impactou a base de reconhecimento de receita líquida frente ao volume captado inicialmente, elevando a representatividade das despesas sobre o faturamento. Apesar desses fatores, o indicador anual permaneceu em patamares de estabilidade em relação ao exercício anterior.

A margem EBITDA do Grupo Toky foi de 20,2% no 4T25 (11,3% em 4T24) e 15,8% em 2025 (4,6% em 2024). Vale destacar que os valores de ambos os anos foram sensibilizados por efeitos positivos extemporâneos, conforme destacado nas tabelas de resultado normalizado na seção abaixo. Desconsiderando os efeitos extemporâneos, a margem de EBITDA registrado pelo grupo seria de 16,0% no 4T25 (5,9% em 4T24) ou de 9,8% em 2025 (0,9% em 2024), mostrando uma expressiva melhora devido a captura de sinergias decorrentes da combinação de negócios.

No trimestre, o EBIT foi positivo, atingindo uma margem de 6,1%. No ano, houve uma melhora na margem anual de 15,0 pontos percentuais em comparação com 2024, resultando em uma margem de 0,4%. Essa evolução é atribuída a melhorias operacionais e ao forte impacto de efeitos extemporâneos mencionados acima, além das melhorias operacionais capturadas no último ano.

O Resultado Financeiro foi positivo em R\$0,8 milhões no trimestre. No acumulado do ano, o resultado foi negativo, atingindo R\$147,0 milhões. Essa performance foi impactada principalmente pelo aumento da dívida, decorrente da aquisição da Tok&Stok, e por efeitos fiscais não recorrentes. No entanto, o Grupo vem adotando medidas para a redução do endividamento da Tok&Stok. Ao longo do período, foi realizada a conversão de R\$230,0 milhões de dívida em capital, contribuindo para a melhoria da estrutura de capital do grupo. Adicionalmente, a Administração permanece em negociação com os demais credores com o objetivo de implementar soluções semelhantes para o saldo remanescente do endividamento.

O exercício de 2025 foi marcado por uma robusta otimização da estrutura de capital, focada na redução da alavancagem financeira e no fortalecimento do balanço. Através de operações estratégicas no 4T25, o Grupo viabilizou a liquidação de obrigações com deságio significativo e a conversão de instrumentos de dívida em patrimônio líquido. O impacto consolidado dessas transações totalizou uma desalavancagem bruta de R\$230,0 milhões, capturando um *haircut* médio de 60% nos saldos devedores negociados. O encerramento do ano com uma dívida líquida de R\$401,4 milhões (uma redução de R\$190,2 milhões em base anual) permitiu a normalização

da razão Dívida Líquida/EBITDA para 1.8x, patamar substancialmente inferior aos 16.0x registrados no encerramento de 2024. Adicionalmente, a posição de liquidez foi preservada pela ausência de desembolsos relativos aos juros do Plano de Recuperação Extrajudicial durante o período. Maiores detalhes sobre a liquidação de dívidas e a posição de alavancagem da Companhia podem ser consultados na seção correspondente ao final deste relatório.

Esse movimento reforça nosso compromisso de reduzir a alavancagem e consolidar uma base financeira mais saudável. Todas essas ações representam passos importantes na construção de uma estrutura mais sólida e sustentável, fortalecendo a confiança dos nossos acionistas, investidores e credores na trajetória de crescimento do Grupo Toky.

O Grupo encerrou 2025 com R\$31,0 milhões em caixa e liquidez total de R\$138,0 milhões, mantendo atenção redobrada na preservação de sua saúde financeira. O consumo de caixa do período foi puxado principalmente por custos com aluguéis, juros de antecipação e investimentos em Capex, incluindo o imóvel da Loja de Pinheiros da Tok&Stok. Diante da volatilidade nas vendas causada por rupturas de estoque, a administração reitera que a prioridade absoluta é a manutenção de níveis rigorosos de liquidez, garantindo a resiliência necessária para atravessar o atual ciclo de ajuste operacional.

Mantemos o monitoramento rigoroso da liquidez em um ambiente macroeconômico desafiador, especialmente para o setor de varejo de móveis e decoração, caracterizado por taxas de juros ainda elevadas, maior nível de endividamento das famílias, condições de crédito mais restritivas e um cenário político que exige cautela. Nesse contexto, observa-se menor confiança do consumidor e postergação de decisões de compra, impactando o desempenho de vendas. O controle de despesas tem sido efetivo na mitigação dos impactos macroeconômicos, contudo, o volume de vendas segue abaixo do potencial, também refletindo, além das condições macroeconômicas, as restrições temporárias nos níveis de estoque, o que causa um impacto significativo na liquidez de curto prazo. A Administração mantém acompanhamento próximo e disciplinado do fluxo de caixa ao longo do primeiro semestre, com foco na recomposição do capital de giro, otimização do uso de recursos e preservação da saúde financeira de curto prazo.

Desempenho financeiro

em R\$ milhões	4T25	4T24	Var	2025	2024	Var
GMV *	507,9	466,9	8,8%	1.964,9	1.067,9	84,0%
Receita operacional líquida	393,5	373,4	5,4%	1.445,0	811,2	78,1%
(-) Custo dos produtos vendidos	(185,4)	(194,1)	4,5%	(686,3)	(436,7)	(57,2%)
(=) Lucro Bruto	208,1	179,3	16,1%	758,7	374,5	102,6%
% da Receita Líquida	52,9%	48,0%	4,9 p.p.	52,5%	46,2%	6,3 p.p.
(-) Custos logísticos	(48,3)	(43,7)	(10,5%)	(185,5)	(104,8)	(77,1%)
% da Receita Líquida	(12,3%)	(11,7%)	-0,6 p.p.	(12,8%)	(12,9%)	0,1 p.p.
(=) Margem de Contribuição II	159,9	135,6	17,9%	573,2	269,7	112,4%
% da Receita Líquida	40,6%	36,3%	4,3 p.p.	39,7%	33,3%	6,4 p.p.
(-) Mkt & despesas c/ vendas	(48,7)	(35,7)	(36,3%)	(189,6)	(104,8)	(80,9%)
% da Receita Líquida	(12,4%)	(9,6%)	-2,8 p.p.	(13,1%)	(12,9%)	-0,2 p.p.
(=) Margem de Contribuição III	111,2	99,9	11,3%	383,6	165,0	132,4%
% da Receita Líquida	28,3%	26,8%	1,5 p.p.	26,5%	20,3%	6,2 p.p.
(-) Pessoal administrativo	(18,1)	(26,1)	30,8%	(89,6)	(61,1)	(46,7%)
% da Receita Líquida	(4,6%)	(7,0%)	2,4 p.p.	(6,2%)	(7,5%)	1,3 p.p.
(-) Despesas operacionais	(13,6)	(31,7)	57,0%	(65,6)	(66,9)	2,0%
% da Receita Líquida	(3,5%)	(8,5%)	5,0 p.p.	(4,5%)	(8,2%)	3,7 p.p.
(=) EBITDA	79,5	42,1	88,8%	228,3	37,0	516,8%
% da Receita Líquida	20,2%	11,3%	8,9 p.p.	15,8%	4,6%	11,2 p.p.
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(5,6)	(57,5)	90,3%	(16,8)	(58,8)	71,4%
(-) D&A	(49,9)	(44,2)	(12,8%)	(205,5)	(96,1)	(113,8%)
(=) EBIT	24,0	(59,6)	140,4%	6,1	(117,9)	105,2%
% da Receita Líquida	6,1%	(16,0%)	22,1 p.p.	0,4%	(14,5%)	15,0 p.p.
Resultado financeiro, líquido	(26,0)	(45,7)	43,2%	(163,7)	(46,1)	(255,1%)
Imposto de renda e contribuição social	1,9	-	100,0%	-	-	100,0%
(+/-) IR/CS Diferidos	0,8	-	100,0%	10,7	-	100,0%
(=) Lucro/prejuízo do período	0,8	(105,3)	100,8%	(146,9)	(164)	10,4%
% da Receita Líquida	0,2%	(28,2%)	28,4 p.p.	(10,2%)	(20,2%)	10,1 p.p.

em R\$ milhões	4T25			4T24			Var. 24 Normalizado vs. 2025 Normalizado
	Contábil	Normalizado	Var	Contábil	Normalizado	Var	
GMV *	507,9	507,9	-	466,9	466,9	-	41,0
Receita operacional líquida	393,5	393,5	-	373,4	373,4	-	20,1
(-) Custo dos produtos vendidos	(185,4)	(185,4)	-	(194,1)	(194,1)	-	8,7
(=) Lucro Bruto	208,1	208,1	-	179,3	179,3	-	28,8
% da Receita Líquida	52,9%	52,9%	-	48,0%	48,0%	-	143,2%
(-) Custos logísticos	(48,3)	(48,3)	-	(43,7)	(43,7)	-	(4,6)
% da Receita Líquida	(12,3%)	(12,3%)	-	(11,7%)	(11,7%)	-	(22,8%)
(=) Margem de Contribuição II	159,9	159,9	-	135,6	135,6	-	24,3
% da Receita Líquida	40,6%	40,6%	-	36,3%	36,3%	-	120,4%
(-) Mkt & despesas c/ vendas	(48,7)	(48,7)	-	(35,7)	(35,7)	-	(13,0)
% da Receita Líquida	(12,4%)	(12,4%)	-	(9,6%)	(9,6%)	-	(64,3%)
(=) Margem de Contribuição III	111,2	111,2	-	99,9	99,9	-	11,3
% da Receita Líquida	28,3%	28,3%	-	26,8%	26,8%	-	56,0%
(-) Pessoal administrativo	(18,1)	(18,1)	-	(26,1)	(26,1)	-	8,0
% da Receita Líquida	(4,6%)	(4,6%)	-	(7,0%)	(7,0%)	-	39,9%
(-) Despesas operacionais (1)	(13,6)	(30,0)	(16,4)	(31,7)	(51,7)	(20,0)	21,7
% da Receita Líquida	(3,5%)	(7,6%)		(8,5%)	(13,8%)	(0,1)	107,6%
(=) EBITDA	79,5	63,1	(16,4)	42,1	22,1	(20,0)	41,0
% da Receita Líquida	20,2%	16,0%		11,3%	5,9%		203,5%
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(5,6)	(5,6)	-	(57,5)	(57,5)	-	51,9
(-) D&A	(49,9)	(49,9)	-	(44,2)	(44,2)	-	(5,7)
(=) EBIT	24,0	7,6	(16,4)	(59,6)	(79,6)	(20,0)	87,2
% da Receita Líquida	6,1%	2,0%	(4,2%)	(16,0%)	(21,3%)	(5,4%)	433,2%
Resultado financeiro, líquido (2)	(26,0)	(85,4)	(59,4)	(45,7)	(55,7)	(10,0)	(29,7)
Imposto de renda e contribuição social	1,9	1,9	-	-	-	-	1,9
(+/-) IR/CS Diferidos	0,8	0,8	-	-	-	-	0,8
(=) Lucro/prejuízo do período	0,8	(75,0)	(75,8)	(105,3)	(135,3)	(30,0)	60,3

(1) As despesas operacionais estão normalizadas para efeitos de estorno de provisões de períodos anteriores.

(2) O Resultado Financeiro foi ajustado para eliminar o impacto de R\$ 50,5 milhões referente ao desconto na negociação de recompra de dívidas com a Domus e SPX.

em R\$ milhões	2025 Contábil	2025 Normalizado	Var	2024 Contábil	2024 Normalizado	Var	Var. 24 Normalizado vs. 2025 Normalizado
GMV *	1.964,9	1.964,9	-	1.067,9	1.067,9	-	897,0
Receita operacional líquida	1.445,0	1.445,0	-	811,2	811,2	-	633,8
(-) Custo dos produtos vendidos (1)	(686,3)	(669,5)	16,8	(436,7)	(436,7)	-	(232,8)
(=) Lucro Bruto	758,7	775,5	16,8	374,5	374,5	-	401,0
% da Receita Líquida	52,5%	53,7%		46,2%	46,2%		63,3%
(-) Custos logísticos	(185,5)	(185,5)	-	(104,8)	(104,8)	-	(80,8)
% da Receita Líquida	(12,8%)	(12,8%)	-	(12,9%)	(12,9%)	-	(12,7%)
(=) Margem de Contribuição II	573,2	590,0	16,8	269,7	269,7	-	320,2
% da Receita Líquida	39,7%	40,8%		33,3%	33,3%		50,5%
(-) Mkt & despesas c/ vendas	(189,6)	(189,6)	-	(104,8)	(104,8)	-	(84,8)
% da Receita Líquida	(13,1%)	(13,1%)		(12,9%)	(12,9%)		(13,4%)
(=) Margem de Contribuição III	383,6	400,4	16,8	165,0	165,0	-	235,3
% da Receita Líquida	26,5%	27,7%		20,3%	20,3%		37,1%
(-) Pessoal administrativo	(89,6)	(89,6)	-	(61,1)	(61,1)	-	(28,5)
% da Receita Líquida	(6,2%)	(6,2%)		(7,5%)	(7,5%)		(4,5%)
(-) Despesas operacionais (2)	(65,6)	(168,6)	(103,0)	(66,9)	(96,9)	(30,0)	(71,7)
% da Receita Líquida	(4,5%)	(11,7%)		(8,2%)	(11,9%)		(11,3%)
(=) EBITDA	228,3	142,1	(86,2)	37,0	7,0	(30,0)	135,1
% da Receita Líquida	15,8%	9,8%		4,6%	0,9%		21,3%
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(16,8)	(16,8)	-	(58,8)	(58,8)	-	42,0
(-) D&A	(205,5)	(205,5)	-	(96,1)	(96,1)	-	(109,3)
(=) EBIT	6,1	(80,2)	(86,2)	(117,9)	(147,9)	(30,0)	67,8
% da Receita Líquida	0,4%	(5,5%)		(14,5%)	(18,2%)		10,7%
Resultado financeiro, líquido (3)	(163,7)	(240,9)	(77,2)	(46,1)	(56,1)	(10,0)	(184,8)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) IR/CS Diferidos	10,7	10,7	-	-	-	-	10,7
(=) Prejuízo do exercício	(146,9)	(310,3)	(163,4)	(164,0)	(204,0)	(40)	(106,4)

(1) O Custo dos produtos vendidos está normalizado do efeito da mais-valia de estoques lançada no ano, que totalizou R\$ 16,8 milhões.

(2) As despesas operacionais foram afetadas por efeitos extemporâneos no total de R\$16,4 milhões no quarto trimestre e R\$103,0 milhões durante o ano de 2025 referentes principalmente à receitas e estornos de provisão ligadas à processos de DIFAL e estornos de provisões e contingências de períodos anteriores.

(3) O Resultado Financeiro foi ajustado para eliminar o impacto de R\$ 50,5 milhões referente ao desconto na negociação de recompra de dívidas com a Domus e SPX.

Gross Merchandise Value (GMV)

Gross Merchandise Value (GMV) em R\$ milhões	Grupo Toky			Mobly			Tok&Stok		
	4T25	4T24	Var	4T25	4T24	Var	4T25	4T24*	Var
Website	112,1	105,6	6,1%	38,7	59,0	(34,4%)	73,3	46,6	57,3%
Marketplace	68,9	76,1	(9,5%)	68,9	76,1	(9,5%)	-	-	100,0%
Lojas	318,5	273,6	16,4%	50,3	60,9	(17,5%)	268,2	212,7	26,1%
Sellercenter	3,7	8,8	(58,6%)	3,7	8,8	(58,6%)	-	-	100,0%
Outras Receitas	4,8	2,8	71,7%	3,1	2,8	13,3%	1,6	-	100,0%
GMV	508,0	466,0	8,8%	164,7	207,6	(20,7%)	343,1	259,3	32,3%
Receita operacional líquida	393,5	373,4	5,4%	114,5	162,4	(29,5%)	279,0	211,0	32,3%

* O saldo da Tok&Stok em 2024 contempla os períodos após a operação da fusão, em Novembro de 2024.

Gross Merchandise Value (GMV) em R\$ milhões	Grupo Toky *			Mobly *			Tok&Stok *		
	2M25	2M24	Var	2M25	2M24	Var	2M25	2M24	Var
Website	81,4	86,5	(5,8%)	27,4	39,9	(31,3%)	54,1	46,6	16,0%
Marketplace	49,8	53,7	(7,2%)	49,8	53,7	(7,2%)	-	-	100,0%
Lojas	223,4	254,3	(12,2%)	33,7	41,6	(19,1%)	189,7	212,7	(10,8%)
Sellercenter	1,9	5,4	(65,3%)	1,9	5,4	(65,3%)	-	-	100,0%
Outras Receitas	2,1	1,9	13,2%	2,1	1,9	13,2%	-	-	100,0%
GMV	358,6	401,8	(10,7%)	114,9	142,5	(19,4%)	243,8	259,3	(6,0%)
Receita operacional líquida	283,7	322,4	(12,0%)	75,5	111,4	(32,2%)	208,2	211,0	(1,3%)

* Realizamos a comparação dos dois últimos meses para cada ano na tabela acima para melhor comparar os saldos, devido ao saldo da Tok&Stok divulgado em 2024 estar refletir apenas os meses de Novembro e Dezembro devido à fusão ocorrida nesse período.

Gross Merchandise Value (GMV) em R\$ milhões	Grupo Toky			Mobly			Tok&Stok		
	2025	2024	Var	2025	2024	Var	2025	2024*	Var
Website	427,9	297,3	43,9%	170,7	250,7	(31,9%)	257,2	46,6	452,0%
Marketplace	256,6	259,9	(1,3%)	256,6	259,9	(1,3%)	-	-	100,0%
Lojas	1.243,3	456,6	172,3%	216,7	243,9	(11,1%)	1.026,6	212,7	382,6%
Sellercenter	22,5	41,3	(45,6%)	22,5	41,3	(45,6%)	-	-	100,0%
Outras Receitas	14,6	12,8	14,4%	13,0	12,8	1,7%	1,6	-	100,0%
GMV	1.964,9	1.067,9	84,0%	679,5	808,6	(16,0%)	1.285,4	259,3	395,7%
Receita Operacional líquida	1.445,0	811,2	78,1%	481,0	600,2	(19,9%)	964,1	211,0	356,9%

* O saldo da Tok&Stok em 2024 contempla os períodos após a operação da fusão, em Novembro de 2024.

No 4T25, o GMV consolidado do Grupo Toky atingiu R\$508 milhões, aumento de 8,8% frente ao 4T24, porém conforme mencionado na tabela. Vale destacar que os períodos de 2024 registram a participação da Tok&Stok de Novembro de 2024 em diante, considerando a data da operação da combinação de negócios.

No canal digital, que engloba os websites da Mobly e Tok&Stok, o GMV atingiu R\$112,1 milhões, crescimento de 6,1% em relação ao trimestre anterior. A queda de 34,4% observada no website da Mobly é atribuída à mudança de estratégia de marketing digital implementada desde o 4T24, que optou pela eficiência do investimento em detrimento de um maior volume de vendas, visando um efeito positivo sobre a Margem de Contribuição III. Adicionalmente, em um contexto de maior restrição de caixa, a Companhia direcionou os recursos de marketing para a Tok&Stok, canal com maior retorno sobre investimento.

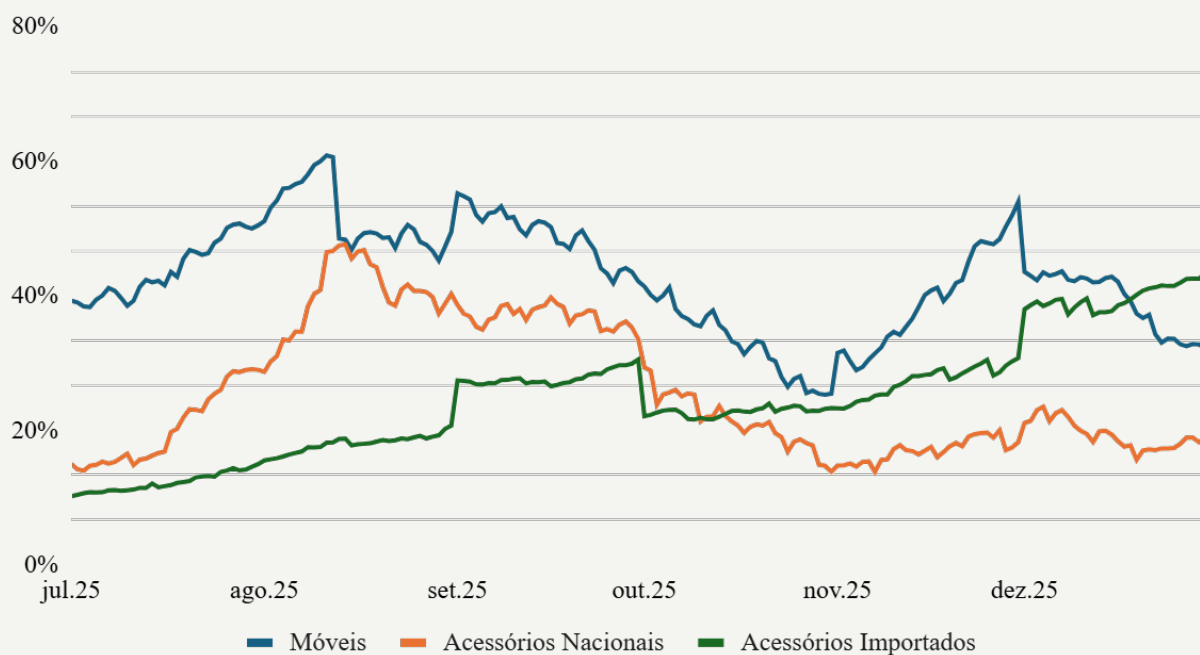
O expressivo aumento da receita em lojas físicas do Grupo em 2025, foi significativamente influenciado pela contribuição das lojas físicas da Tok&Stok, que faturaram R\$1.026,6 milhões no período. Na Mobly houve redução de vendas de lojas, principalmente influenciada pela redução da quantidade e metragem de lojas, e também pela redução de despesas de marketing mencionada acima, além dos fatores macroeconômicos desafiadores de alta taxa de juros e endividamento persistente das famílias, que acarretam uma menor quantidade de visitas nas lojas. A venda nas mesmas lojas (*Same Store Sales*) em 4T25 quando comparado com o mesmo período do ano passado caiu 12,8% na Tok&Stok e 14,5% na Mobly, ou 13,0% no Grupo.

O canal de marketplace conseguiu se manter estável ao longo de 2025 quando comparado com o período anterior, com uma pequena redução de 1,3%, apoiado na consolidação de parcerias estratégicas iniciadas em 2024.

No acumulado de 2025, o GMV consolidado atingiu R\$1.964,9 milhões, aumento de 84,0% em comparação com 2024. A Receita Líquida acumulada cresceu de R\$811,2 milhões em 2024 para R\$1,445 milhões em 2025 (78,1%), refletindo a combinação de negócios.

A ruptura de estoques observada principalmente no 3T25 resultou em um incremento atípico nos prazos de entrega, o que impactou diretamente o cronograma de reconhecimento de receita e elevou o volume de cancelamentos no período, além da posição de liquidez de curto prazo.

Evolução da Ruptura por Categoria



Em resposta a esse cenário, o Grupo intensificou a coordenação junto à sua base de fornecedores e otimizou a operação da malha logística para mitigar os gargalos de suprimento. Como resultado dessas medidas, os indicadores de entregas em atraso apresentaram uma trajetória de convergência, retornando aos patamares históricos de normalidade da Companhia ao final do período, conforme a tabela abaixo.

Média de Produtos em Atrasos	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Móveis entregue na casa do cliente	14,278	9,002	2,222	1,455	2,050	1,154
Produtos retirados em loja	4,915	3,318	1,148	1,758	2,117	1,727
Acessórios vendidos online	8,621	3,440	2,223	1,446	441	754
TOTAL	27,814	15,760	5,593	4,659	4,608	3,635

Não obstante a melhora dos índices de produtos em atraso acima, o início de 2026 apresentou uma elevação nos níveis de ruptura de estoque. Para endereçar estruturalmente esse cenário, a Companhia está desenvolvendo, em conjunto com seus parceiros estratégicos, um plano de expansão de capacidade produtiva e logística para os próximos meses, visando conferir maior escalabilidade e previsibilidade às entregas. Adicionalmente, o Grupo está viabilizando novas linhas de 'Risco Sacado', oferecendo alternativas de antecipação de recebíveis que fortalecem o capital de giro dos fornecedores com maior necessidade de fomento. Essas iniciativas, que integram o pilar de fortalecimento da cadeia de suprimentos, buscam mitigar gargalos operacionais e assegurar a sustentação do volume de vendas ao longo de 2026.

Em linha com a estratégia de fortalecimento da marca Mobly e com o compromisso de diferenciação do nosso sortimento, a Companhia optou pelo encerramento da operação de Seller Center (varejistas 3os vendendo no site da Mobly). Esta movimentação estratégica permite que o Grupo concentre esforços e recursos no desenvolvimento e expansão de produtos exclusivos e de marca própria. Ao priorizar itens de maior valor agregado e curadoria proprietária, reforçamos nosso posicionamento competitivo e estabelecemos as bases para um incremento substancial na margem bruta no médio prazo.

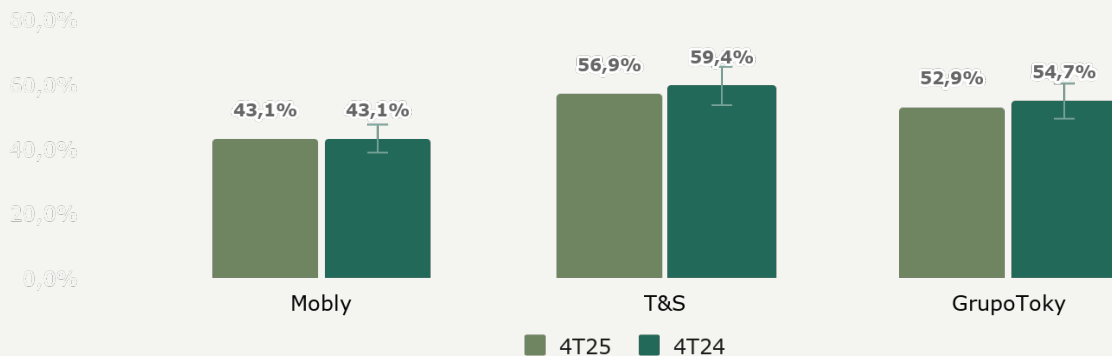
Lucro Bruto

em R\$ milhões	4T25	4T24	Var	2025	2024	Var
Receita Op. Líquida	393,5	373,4	5,4%	1.445,0	811,2	78,1%
(-) Custo dos produtos vendidos	(185,4)	(194,1)	4,5%	(686,3)	(436,7)	(57,2%)
(=) Lucro Bruto	208,1	179,3	16,1%	758,7	374,5	102,6%
% da Receita Líquida	52,9%	48,0%	4,9 p.p.	52,5%	46,2%	6,3 p.p.

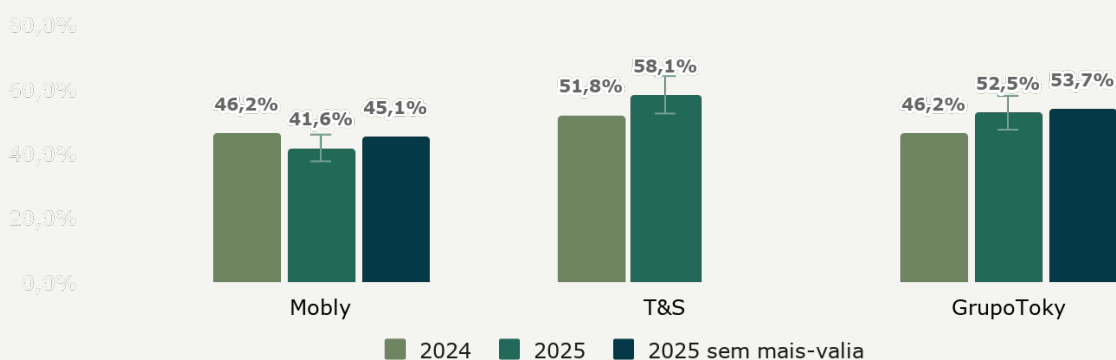
em R\$ milhões	2025	2025 Normalizado	Var
Receita operacional líquida	1.445,0	1.445,0	-
(-) Custo dos produtos vendidos	(686,3)	(669,5)	(16,8)
(=) Lucro Bruto	758,7	775,5	(16,8)
% da Receita Líquida	52,5%	53,7%	(1,2%)

A margem bruta consolidada atingiu 52,5% no trimestre, com um avanço de 6,3 p.p. em relação ao 4T24. Como já divulgamos ao longo do ano, grande parte dessa melhora é devido à consolidação dos resultados da Tok&Stok, que possui margem bruta maior, o que contribuiu positivamente para o desempenho consolidado:

Margem por empresa no 4T25



Margem por empresa em 2025



A Tok&Stok demonstrou uma melhoria expressiva em sua margem bruta, passando de 56,9% no 4T24 para 59,4% no 4T25, o que solidifica sua já robusta performance. No consolidado anual, as sinergias da fusão impactaram positivamente, elevando a margem de 51,8% em 2024 para 58,1%

em 2025. Este resultado confirma a eficácia das estratégias de redução de custos pós-fusão e gera uma perspectiva otimista para o próximo ano.

Por sua vez, a Mobly registrou um leve avanço na margem, subindo de 43,1% no 4T24 para 43,3% no mesmo período de 2025. É importante notar que a Companhia concluiu no trimestre passado a amortização da mais-valia de estoques adquiridos na combinação de negócios, eliminando o saldo restante a ser amortizado. No acumulado de 2025, a margem sofreu uma redução de 4,9 p.p. em relação a 2024. Contudo, desconsiderando o efeito da amortização da mais-valia, no valor de R\$16,8 milhões no ano de 2025, a margem sobre a receita sobe para 45,1%, uma redução de 1,1 p.p. frente a 2024.

Custos Logísticos

em R\$ milhões	4T25	4T24	Var	2025	2024	Var
(-) Transportes	(31,3)	(27,4)	(14,4%)	(120,0)	(72,5)	(65,5%)
(-) Meios de Pagamento	(6,7)	(7,0)	4,1%	(27,9)	(13,4)	(108,0%)
(-) Pessoas - Logística	(10,6)	(8,5)	(25,1%)	(36,1)	(17,4)	(107,8%)
(-) Perda de Crédito Esperada	0,3	(0,9)	138,5%	(1,6)	(1,4)	(13,1%)
(-) Custos Logísticos	(48,3)	(43,8)	-10,5%	(185,6)	(104,7)	-77,2%
% da Receita Líquida	(12,3%)	(11,7%)	-0,6 p.p.	(12,8%)	(12,9%)	0,1 p.p.

No 4º trimestre de 2025, os custos logísticos da Toky atingiram 12,3% da Receita Líquida, um aumento frente aos 11,7% em comparação ao mesmo período de 2024. Este aumento foi causado principalmente por ineficiências pontuais geradas pela centralização das operações logísticas do grupo. A etapa mais importante da consolidação das operações é a transferência da operação de móveis nacionais da Tok&Stok em Extrema para o CD da Mobly em Cajamar, que foi realizada no final de Dezembro de 2025. A desmobilização do CD de Extrema resultará em uma economia anual estimada em R\$23 milhões com custos de ocupação, manutenção e outras despesas variáveis, que passaram a ser capturadas a partir de Janeiro de 2026. Além disso, o aumento no custo no trimestre também foi impactado por uma alta nas despesas com abastecimento de lojas para a Black Friday.

No ano de 2025, os custos logísticos mostraram leve ganho na margem em relação à Receita Líquida, representando 12,8% da Receita Líquida em 2025, frente aos 12,9% registrados no mesmo período no ano anterior, apesar do resultado pontual pior no trimestre e, com a conclusão da

centralização dos Centros de Distribuição, o Grupo estima a normalização desses custos para patamares históricos nos próximos períodos ao longo de 2026.

Os custos com Meios de Pagamento apresentaram redução sobre as vendas no período, passando de 1,9% da Receita Líquida no 4T24 para 1,7% no mesmo período em 2025. Na visão anual, o total em % da Receita Líquida foi de 1,9% em 2025, um aumento frente aos 1,7% registrados em 2024, principalmente influenciado pelo aumento pontual deste custo no 3T25.

Marketing e Despesas com Vendas

em R\$ milhões	4T25	4T24	Var	2025	2024	Var
(-) Propaganda e Publicidade	(19,3)	(15,3)	(26,0%)	(74,2)	(66,9)	(10,9%)
(-) Pessoas - Vendas	(29,4)	(20,3)	(44,8%)	(115,4)	(38,0)	(203,8%)
(-) Mkt & despesas c/ vendas	(48,7)	(35,6)	(36,3%)	(189,6)	(104,9)	(80,9%)
% da Receita Líquida	(12,4%)	(9,6%)	-2,8 p.p.	(13,1%)	(12,9%)	-0,2 p.p.

No 4T25, as despesas de propaganda e publicidade representaram um acréscimo de 2,8 p.p. da receita líquida em relação ao 4T24. Apesar do aumento no trimestre, o acumulado do ano apresenta uma estabilidade na margem, com um leve aumento 0,2 p.p., e são sensibilizados por uma decisão estratégica de reforço de marca pontual em campanhas de vídeo de alta escala (*YouTube Ads*) desenvolvidas com tecnologia de Inteligência Artificial. Este investimento, embora concentrado no 4T25, visa a captura de valor e brand *equity* em janelas futuras. No âmbito operacional da Tok&Stok, a gestão priorizou a rentabilidade da última linha, calibrando o ROAS para assegurar a maximização da margem absoluta em detrimento de volume puro. Vale notar que a métrica de eficiência sobre a receita líquida sofreu uma pressão matemática pontual no encerramento do ano, dada a retração da base de faturamento após o processamento de cancelamentos do segundo semestre. Ainda assim, a disciplina de custos permitiu que o indicador anual convergisse para a estabilidade em comparação ao exercício de 2024.

As despesas com pessoal de vendas corresponderam a 60% do total das despesas com propaganda e publicidade, refletindo crescimento expressivo frente a 2024 decorrente do efeito direto da combinação de negócios, considerando que a Tok&Stok possui operação predominantemente baseada em lojas físicas, observa-se um aumento expressivo nas despesas com equipes de vendas no acumulado de 2025. Esse movimento é acompanhado por um crescimento de 172,3% na receita de lojas em 2025, quando comparado a 2024, resultando no ganho de eficiência das despesas com propaganda e publicidade registrado no período.

Despesas Operacionais e Pessoal Administrativo

em R\$ milhões	4T25	4T24	Var	2025	2024	Var
(-) Pessoal - Administrativo	(18,1)	(26,1)	30,8%	(89,6)	(61,1)	(46,7%)
% da Receita Líquida	(4,6%)	(7,0%)	2,4 p.p.	(6,2%)	(7,5%)	1,3 p.p.
(-) Despesas Comerciais	(8,7)	(22,9)	61,9%	(77,1)	(49,3)	(56,3%)
% da Receita Líquida	(2,2%)	(6,1%)	3,9 p.p.	(5,3%)	(6,1%)	0,7 p.p.
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(16,3)	(18,8)	13,1%	(19,4)	(38,7)	49,9%
% da Receita Líquida	(4,2%)	(5,0%)	0,9 p.p.	(1,3%)	(4,8%)	3,4 p.p.
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	11,7	10,0	16,7%	31,3	21,1	48,6%
% da Receita Líquida	3,0%	2,7%	0,3 p.p.	2,2%	2,6%	-0,4 p.p.
(-) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo	(31,4)	(57,8)	45,6%	(154,8)	(128,0)	(20,9%)
% da Receita Líquida	(8,0%)	(15,5%)	7,5 p.p.	(10,7%)	(15,8%)	5,1 p.p.

Um dos principais destaques positivos do exercício foi o notável ganho de eficiência operacional na linha de Pessoal Administrativo. No 4T25, a representatividade dessas despesas sobre a Receita Líquida apresentou uma redução expressiva de 2,4 p.p. pontos percentuais, recuando de 7,0% para 4,6%. Na visão consolidada do ano, a trajetória de otimização foi igualmente robusta, com o indicador passando de 7,5% em 2024 para 6,2% em 2025. Essa acentuada diluição de custos reflete a captura acelerada de sinergias após a combinação de negócios, resultando em uma economia anualizada estimada em R\$54 milhões em relação à estrutura histórica das companhias. Tal desempenho comprova a eficácia da nova estrutura organizacional e o compromisso da gestão com a disciplina financeira, permitindo uma entrega de valor superior ao resultado do Grupo por meio de uma operação mais enxuta.

Da mesma forma, as Despesas Comerciais (despesas de lojas ex-aluguel) apresentaram redução no valor no 4T25 de 61,9% em comparação com o mesmo período do ano passado, também impulsionado pelo ganho de sinergias da fusão. Um total de 3 lojas do Grupo foram fechadas no período, com suas operações encerradas no 4T25.

Vale destacar que a estrutura de lojas físicas da Tok&Stok, os custos e despesas operacionais são derivadas do modelo presencial, que ainda é predominante na geração de receita, então quando observamos o acumulado de 2025, mesmo o comparativo com o ano anterior sendo apenas com Novembro e Dezembro, parte do aumento na linha se deve a esse fator.

No 4T25, houve um impacto de R\$16,3 milhões em Despesas Gerais e Administrativas decorrente de efeitos detalhados nos tópicos abaixo, o que levou à um resultado inflado na linha no

trimestre. Para o acumulado de 2025, as Despesas Fixas e Pessoal Administrativo totalizaram R\$154,8 milhões, representando 10,7% da Receita Líquida. Nas tabelas abaixo, evidenciamos os números para o 4T25 e o acumulado de 2025 e os comparativos com o período anterior com todos os efeitos extemporâneos.

em R\$ milhões	4T25 Normalizado	4T24 Normalizado	Var
(-) Pessoal - Administrativo	(18,1)	(26,1)	30,8%
% da Receita Líquida	(4,6%)	(7,0%)	
(-) Despesas Comerciais	(8,7)	(22,9)	61,9%
% da Receita Líquida	(2,2%)	(6,1%)	
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(32,7)	(38,8)	15,6%
% da Receita Líquida	(8,3%)	(10,4%)	
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	11,7	10,0	16,7%
% da Receita Líquida	3,0%	2,7%	
(-) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo	(47,8)	(77,8)	38,5%
% da Receita Líquida	(8,0%)	(15,5%)	7,5 p.p.

em R\$ milhões	2025 Normalizado	2024 Normalizado	Var
(-) Pessoal - Administrativo	(89,6)	(61,1)	(46,7%)
% da Receita Líquida	(6,2%)	(7,5%)	
(-) Despesas Comerciais	(77,1)	(49,3)	(56,3%)
% da Receita Líquida	(5,3%)	(6,1%)	
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(122,4)	(68,7)	(78,2%)
% da Receita Líquida	(8,5%)	(8,5%)	
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	31,3	21,1	48,6%
% da Receita Líquida	2,2%	2,6%	
(-) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo	(257,8)	(158,0)	(63,2%)
% da Receita Líquida	(17,8%)	(19,5%)	1,6 p.p.

Conforme evidenciado acima, o grupo registrou um ganho de eficiência de suas despesas operacionais mesmo quando desconsiderados os efeitos extemporâneos, resultando em uma redução de 15,5% no 4T24 para 10,9% no 4T25, ou de 19,5% em 2024 para 18,6% em 2025. Destacamos que o comparativo anual reflete apenas os meses de Novembro e Dezembro da Tok&Stok em 2024, que decorre predominantemente do modelo de lojas físicas, com custos fixos mais altos. Porém, ainda assim fomos capazes de reduzir as despesas em relação à receita líquida com a captura de sinergias da combinação de negócios e seguimos disciplinados em

relação à redução e controle de custos para 2026. Os principais impactos extemporâneos registrados durante os períodos foram efeitos fiscais (69,7M em 2025 e 30M em 2024) e ajustes de provisões de períodos anteriores (16M em 4T25 e 26M em 2025).

EBITDA e IFRS 16

em R\$ milhões	4T25	4T24	Var	2025	2024	Var
(=) Margem de Contribuição III	111,2	99,9	11,3%	383,5	165,0	132,4%
(-) Pessoal - Administrativo	(18,1)	(26,1)	30,8%	(89,6)	(61,1)	(46,7%)
(-) Despesas Operacionais	(13,6)	(31,7)	57,0%	(65,6)	(66,9)	2,0%
(=) EBITDA	79,5	42,1	88,8%	228,3	37,0	517%
% da Receita Líquida	20,2%	11,3%	8,9 p.p.	15,8%	4,6%	11,2 p.p.

No 4T25, o EBITDA do Grupo Toky atingiu R\$79,5 milhões, aumento de 88,8% em relação ao mesmo período do ano anterior e melhorando a margem em 8,9 p.p. No acumulado de 2025, o EBITDA somou R\$228,3 milhões, a margem EBITDA chegou a 15,8% da Receita Líquida, com um ganho de 11,2 p.p. para o mesmo período em 2024.

Conforme a tabela abaixo, o EBITDA do período foi afetado por efeitos extemporâneos discutidos nas seções anteriores, as despesas operacionais por efeitos extemporâneos, que totalizam uma melhora não-operacional de R\$79,5 milhões no EBITDA do trimestre. O EBITDA seria de R\$63,1 milhões, com margem de 16,0% sobre a Receita Líquida, se estes efeitos forem desconsiderados. Conforme evidenciado na segunda tabela abaixo, para o acumulado de 2025, o resultado sem os efeitos foi de R\$142,1 milhões, com uma margem de 9,8% sobre a receita líquida.

em R\$ milhões	4T25			4T24			Var. 24
	4T25	Normalizado	Var	4T24	Normalizado	Var	Normalizado vs. 2025
(=) Margem de Contribuição III	111,2	111,2	-	99,9	99,9	-	11,3
(-) Pessoal - Administrativo	(18,1)	(18,1)	-	(26,1)	(26,1)	-	8,0
(-) Despesas Operacionais	(13,6)	(30,0)	(16,4)	(31,7)	(51,7)	(20,0)	21,7
(=) EBITDA	79,5	63,1	(16,4)	42,1	22,1	(20,0)	41,0
% da Receita Líquida	20,2%	16,0%	4,2 p.p.	11,3%	5,9%	5,4 p.p.	

em R\$ milhões	2025			4T24			Var. 24
	2025	Normalizado	Var	4T24	Normalizado	Var	Normalizado vs. 2025 Normalizado
(=) Margem de Contribuição III	383,5	400,3	16,8	165,0	165,0	-	235,3
(-) Pessoal - Administrativo	(89,6)	(89,6)	-	(61,1)	(61,1)	-	(28,5)
(-) Despesas Operacionais	(65,6)	(168,6)	(103,0)	(66,9)	(96,9)	(30,0)	(71,7)
(=) EBITDA	228,3	142,1	(86,2)	37,0	7,0	(30,0)	135,1
% da Receita Líquida	15,8%	9,8%	6,0 p.p.	9,9%	0,9%	9,0 p.p.	

EBIT

em R\$ milhões	4T25	4T24	Var	2025	2024	Var
(=) EBITDA	79,5	42,2	88,4%	228,4	36,8	520,2%
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(5,6)	(57,5)	90,3%	(16,8)	(58,8)	71,4%
(-) Depreciação e Amortização	(49,9)	(44,2)	(12,8%)	(205,5)	(96,1)	(113,8%)
(=) EBIT	24,0	(59,5)	140,4%	6,1	(118,1)	105,2%
% da Receita Líquida	6,1%	(16,0%)	22,1 p.p.	0,4%	(14,5%)	15,0 p.p.

No 4T25, EBIT do grupo apresentou um saldo positivo de R\$24 milhões, revertendo EBIT negativo do mesmo período de 2024. No ano foi registrado EBIT de 6,1M, ou 0,4% da Receita Líquida (frente -118M/ -14,5% no ano anterior).

As lojas Mobly são cerca de 10,0% mais eficientes por m2 que as da Tok&Stok e, com o objetivo do ganho de eficiência nas lojas T&S, o Grupo trabalha ativamente em diversas iniciativas para reduzir os custos operacionais, como um novo modelo de comissionamento, aumento da participação de produtos Pegue-e-Leve, aumento de alocação de vendas em prateleira infinita, expansão da disponibilidade de produtos com preço médio mais atrativo, entre outros. Também, vale destacar que buscamos investir mais em decoração e acessórios nas lojas Mobly, já que elas representam hoje 5% das vendas, enquanto nas lojas Tok&Stok representam 40% das vendas. A ampliação do *share* de acessórios contribui para um aumento de recorrência de visitas dos clientes, onde o Grupo enxerga uma boa oportunidade de expansão.

Além disso, o grupo reduziu 80,0% do centro de distribuição da Tok&Stok em Extrema, consolidando a maior parte de seus estoques em Cajamar junto ao estoque da Mobly, visando a consolidação das operações, com uma economia de cerca de R\$ 23,0 milhões de reais anuais em redução de custos, realizada no final 2025, o que trará redução relevante para as amortizações de arrendamentos e para despesas operacionais a partir de Janeiro de 2026.

As despesas não recorrentes registradas em ambos os períodos são relacionados principalmente custos referentes à aquisição da Tok&Stok, como honorários de consultores financeiros e jurídicos, serviços auditoria contábil e despesas com assessoria regulatória entre outras despesas no aspecto da aquisição, além de honorários com processos societários extraordinários.

Resultado Líquido

em R\$ milhões	4T25	4T24	Var]2025	2024	Var
(=) EBIT	24,1	(59,5)	140,5%	6,1	(118,1)	105,2%
(-) Despesas financeiras	(82,9)	(50,8)	(63,2%)	(242,0)	(75,2)	(221,9%)
(+) Receitas financeiras	56,9	5,1	1.016,5%	78,3	29,1	169,2%
(-) Imposto de renda e contribuição social	1,9	-	100.0%	-	-	100.0%
(+/-) IR/CS Diferidos	0,8	-	100.0%	10,7	-	100.0%
(=) Lucro Líquido	0,8	(105,2)	100,8%	(146,9)	(164,2)	10,5%
% da Receita Líquida	0,2%	(28,2%)	28,4 p.p.	(10,2%)	(20,2%)	10,1 p.p.

No 4T25, o Resultado Financeiro apresentou uma despesa financeira de R\$82,9 milhões, influenciada principalmente pelo aumento dos encargos financeiros relacionados à estrutura de dívida proveniente da aquisição da Tok&Stok, bem como pelos juros incidentes sobre operações de antecipação de recebíveis, totalizando 5,9% da Receita Líquida no trimestre (12,2% em 4T24). Em dezembro de 2025, o grupo adotou medidas para a redução de seu endividamento, incluindo a conversão de aproximadamente R\$230 milhões de dívida ao longo do período.

Os efeitos fiscais de DIFAL de 2022 mencionados em Despesas operacionais tiveram impacto na Despesa financeira no valor de R\$6,3 milhões, enquanto os montantes de DIFAL de 5 anos de correção monetária no valor R\$ 9,5 milhões em receitas financeiras devido ao ganho do processo, e montante revertido de correção monetária.

Além disso, a aquisição das debêntures detidas pela Domus gerou um impacto positivo extraordinário de R\$50,5 milhões no resultado, reflexo direto do deságio (*haircut*) obtido na transação. Contabilmente, esse ganho será refletido no balanço individual da Mobly Varejista Ltda., empresa que passou a deter os direitos creditórios resultantes da negociação.

No acumulado de 2025, o Resultado Financeiro somou uma despesa de R\$147,0 milhões, totalizando 10,2% da Receita Líquida (frente a 20,2% em 2024).

Atualização de Sinergias

Como divulgado anteriormente, no âmbito da transação com a Tok&Stok, a Companhia identificou sinergias potenciais significativas para impulsionar a geração de fluxo de caixa ao longo do tempo.

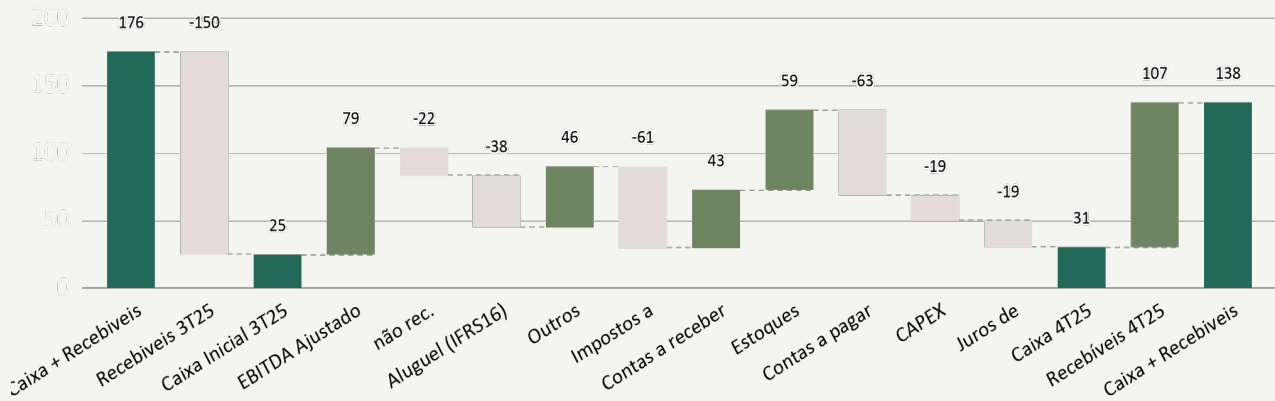
De acordo com uma análise detalhada realizada por consultores contratados pela Companhia, foi identificado que o fluxo de caixa da Companhia tem o potencial de aumentar gradualmente, podendo resultar em um incremento anual adicional de R\$80 milhões a R\$135 milhões ao longo de cinco anos.

Até Dezembro de 2025, a Companhia já havia capturado uma parte significativa das sinergias projetadas. Considerando os valores observados por meio de iniciativas para maior eficiência administrativa e logística, a Companhia já havia assegurado aproximadamente R\$97 milhões. Essas sinergias foram alcançadas principalmente através da redução de custos com pessoal, otimização da malha logística e redução/otimização de despesas fixas.

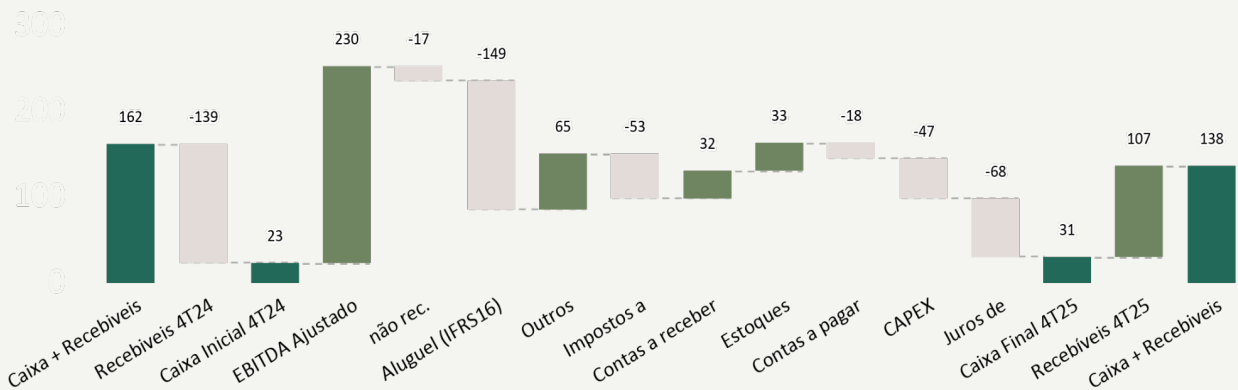
Para 2026, a Companhia espera capturar ainda mais sinergias, focando no aumento da margem bruta com a substituição de fornecedores, redução dos custos com transportes, otimização da estrutura de Centros de Distribuição (CD) e diminuição dos custos com importação, além da contínua redução de despesas operacionais.

Fluxo de Caixa

Consumo de Caixa - 4T25



Consumo de Caixa - 2025



O Grupo finalizou o período com uma posição de R\$31 milhões em Caixa (23M em 4T24 e 25M em 3T25). No ano, o Grupo iniciou a posição de Caixa mais Recebíveis em R\$162,0 milhões e terminou com a posição de R\$138 milhões. A posição de caixa iniciou em R\$23,0 milhões, e terminou com R\$31,0 milhões.

As despesas de ocupação — que englobam os aluguéis da malha de lojas e centros de distribuição das marcas Mobly e Tok&Stok — mantém-se como uma das principais linhas de desembolso operacional, dada a relevância da estrutura física para a estratégia *omnichannel* do Grupo, e impactam o caixa em um total de R\$38,0 Milhões. Para mitigar essas pressões, a administração conduziu uma gestão extremamente diligente do capital de giro, convertendo ativos em R\$38,0 milhões no 4T25 e em R\$138,0 milhões no ano de 2025.

Em 2025, o Grupo Tok&Stok investiu um total de R\$ 47 milhões em despesas de capital (CAPEX), adotando uma abordagem cautelosa e focando apenas em projetos críticos. Esses recursos foram principalmente aplicados na evolução da infraestrutura tecnológica e na modernização das unidades físicas. Um investimento estratégico notável foi a aquisição do imóvel da unidade Marginal Pinheiros, que contribuiu para o fortalecimento do patrimônio da Companhia e permite uma redução futura nos custos de locação.

O Grupo se utiliza da antecipação de parte de seus recebíveis de Adquirentes e de Marketplaces para o cumprimento de suas obrigações de curto prazo e, desta forma, incorreu em juros de antecipação de recebíveis de R\$ 19 milhões no 4T25 e R\$ 68 milhões no acumulado do ano.

Diante do cenário de restrição de liquidez e da volatilidade causada por rupturas pontuais de estoque que afetaram o volume de vendas, o Grupo estabeleceu como principal prioridade a preservação de sua liquidez. A Administração reitera que o foco atual permanece na manutenção de níveis de liquidez adequados para neutralizar os impactos de curto prazo dessa retração no faturamento, assegurando que o Grupo possua o fôlego necessário para atravessar o período de ajuste e retomar sua trajetória de crescimento operacional com eficiência e sustentabilidade financeira.

Endividamento

A dívida líquida total representa o endividamento efetivo do grupo, sendo calculada pela soma das dívidas brutas (empréstimos, financiamentos e debêntures) deduzidas das disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa. Esse indicador é utilizado para avaliar a real alavancagem financeira da empresa, uma vez que considera a capacidade imediata de liquidação de obrigações com os recursos disponíveis.

A Toky realizou no 4T25 uma operação de compra de parte de sua dívida, liquidada em ações, com significativo desconto, de parte das debêntures emitidas pela Tok&Stok e detidas pela Domus seguida de capitalização dos créditos devidos à Domus, além do aditamento da escritura de emissão das debêntures conversíveis de emissão da Toky, que permitiu à Toky antecipar a conversão de 99% do saldo das debêntures conversíveis.

Essas operações representaram os primeiros passos da Companhia para a redução da alavancagem consolidada e melhoria da sua estrutura de capital, gerando uma redução de R\$227 milhões no endividamento consolidado, quando comparado a um cenário sem a conversão das dívidas SPX e Domus, equivalente a aproximadamente 39,3% do endividamento bruto consolidado. As transações foram concluídas com um *haircut* de 65,9% Domus e 55% SPX sobre os saldos devedores vigentes à época.

Como parte dessa operação, foi apurado um ganho econômico de R\$ 50,5 milhões, decorrente da aquisição das debêntures com deságio em negociação com a Domus, o qual será reconhecido nas demonstrações financeiras individuais da Mobly Varejista Ltda., entidade que passou a deter os direitos creditórios associados a esses instrumentos.

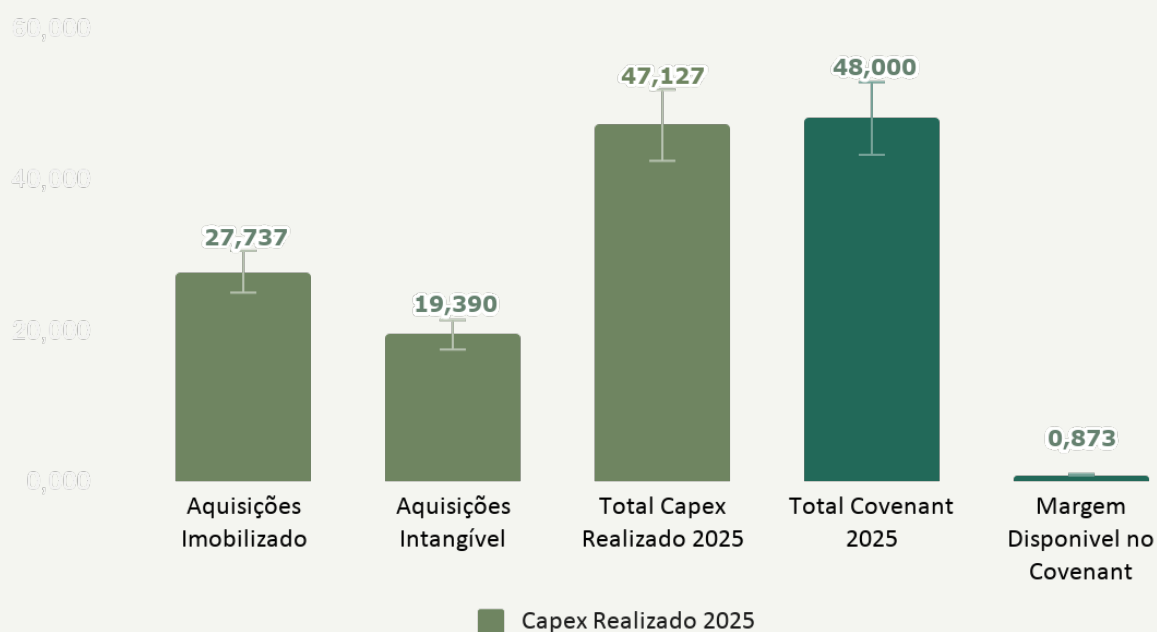
Em 2025, o Grupo encerrou o exercício com R\$401M de dívida líquida, uma redução expressiva frente aos R\$592M do exercício anterior. Essa redução foi principalmente influenciada pela capitalização dos créditos devidos à Domus e pela conversão de parte significativa das debêntures conversíveis de emissão da Toky. Desta forma, a alavancagem medida pela razão Dívida Líquida/EBITDA, reduziu de 16x em 2024 para 1.8x em 2025. Vale ressaltar que não houve pagamento dos juros do Plano de Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok registrados em 2025.

(em R\$ milhões)	2025	2025 Teórico - Sem Conversão Dívida SPX e Domus	2024
Dívidas com acionistas não controladores	78,041	78,041	256,825
Empréstimos, financiamentos e debêntures	581,692	581,692	357,833
Debêntures Privadas (Toky) convertidas em aumento de capital	(227,590)	-	
Dívida bruta	432,143	659,733	614,658
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(30,718)	(30,718)	(23,036)
Dívida líquida total	401,425	629,015	591,622
EBITDA	228,362	228,362	37,023
Alavancagem financeira – Dívida líquida/EBITDA (x)	1,8x	2,8x	16x

Acompanhamento de covenants

O acompanhamento dos *covenants* financeiros é fundamental para garantir que o grupo mantenha disciplina em investimentos e endividamento, assegurando conformidade com os limites acordados com credores e preservando a saúde financeira da empresa.

O *covenant* de CAPEX (repactuado) é apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e estabelece limite de R\$48,0 milhões para o desembolso de caixa em investimentos. Em 2025, o montante realizado foi de R\$47,1 milhões, ficando R\$0,9 milhão abaixo do limite, em conformidade com os parâmetros definidos.



No exercício de 2025, a Companhia manteve conformidade com o *covenant* financeiro relacionado ao indicador de dívida líquida/EBITDA, o qual estabelece limite máximo para a dívida financeira líquida.

Conforme previsto contratualmente, o limite estabelecido para o período de 2025 era de R\$782,0 milhões, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Ao final do exercício, a Companhia registrou dívida financeira líquida de R\$401,4 milhões, permanecendo, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Anexo I

em R\$ milhões	4T25	4T24	Var	2025	2024	Var
Receita operacional líquida	393,5	373,4	5,4%	1.445,0	811,2	78,1%
Custo dos produtos vendidos	(185,4)	(194,1)	4,5%	(686,3)	(436,7)	(57,2%)
Lucro bruto	208,1	179,3	16,1%	758,7	374,5	102,6%
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas comerciais	(143,9)	(79,3)	(81,5%)	(601,0)	(326,7)	(83,9%)
Despesas gerais e administrativas	(46,6)	(57,8)	19,4%	(164,8)	(114,6)	(43,7%)
Perda de crédito esperada	0,3	(57,5)	100,6%	(1,6)	(1,4)	(11,5%)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	6,1	(44,2)	113,8%	14,8	(49,6)	129,8%
Prejuízo antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	24,1	(59,5)	140,5%	6,1	(117,8)	105,2%
Despesas financeiras	(82,9)	(50,8)	(63,2%)	(242,0)	(75,2)	(221,9%)
Receitas financeiras	56,9	5,1	1.016,5%	78,3	29,1	169,6%
Resultado financeiro, líquido	(26)	(45,7)	43,2%	(163,7)	(46,1)	(255%)
Imposto de renda e contribuição social	1,9	-	100,0%	-	-	100,0%
IR/CS Diferidos	0,8	-	100,0%	10,7	-	100,0%
Prejuízo do exercício	0,8	(105,2)	100,8%	(146,8)	(164,1)	10,5%
Prejuízo atribuível a sócios controladores	(5,8)	(105,2)	94,5%	(94,1)	(149,2)	36,9%
Prejuízo atribuível a sócios não controladores	6,6	-	100,0%	(52,8)	(14,9)	(254,3%)
Básico	(0,0)	(0,0)	69,2%	(0,0)	(0,0)	48,5%
Diluído	(0,0)	(0,0)	78,7%	(0,0)	(0,0)	64,5%

Anexo II

em R\$ milhões	2025	2024	Var
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	30,7	23,0	33,3%
Contas a receber	106,9	139,0	(23,1%)
Estoques	239,4	272,0	(12,0%)
Créditos diversos	22,4	33,5	(33,1%)
Depósitos e bloqueios judiciais	0,4	0,4	(9,0%)
Impostos a recuperar	185,7	229,8	(19,2%)
Total do ativo circulante	585,5	697,7	(16,1%)
Não circulante			
Outros ativos financeiros a valor justo	104,4	-	100,0%
Impostos a recuperar	140,1	159,2	(12,0%)
Outras Contas a Receber	4,7	4,7	(0,1%)
Depósitos e bloqueios judiciais	85,8	87,5	(2,0%)
Créditos Diversos	3,0	4,9	(38,6%)
Imobilizado	180,7	184,8	(2,2%)
Direito de uso	249,4	374,5	(33,4%)
Intangível	480,8	506,1	(5,0%)
Total do ativo não circulante	1.248,9	1.321,7	(5,5%)
Total do ativo	1.834,0	2.019,0	(9,2%)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	183,5	231,2	(20,0%)
Risco Sacado	39,9	6,6	477,4%
Salários e encargos sociais	50,8	65,1	(22,0%)
Impostos a recolher	174,1	115,0	51,4%
Empréstimos e financiamentos	25,8	-	100,0%
Adiantamentos de clientes	23,4	33,5	(30,2%)
Passivo de arrendamento	87,0	105,6	(17,6%)
Provisão para contingências	0,4	-	100,0%
Provisões	0,8	-	100,0%
Outras contas a pagar	69,3	34,0	103,7%
Total do passivo circulante	655,0	591,0	10,8%

Não circulante

Dívidas com acionistas não controladores	78,0	256,8	(69,6%)
Provisão para contingências	47,5	77,7	(38,9%)
Impostos a recolher	31,8	12,8	147,5%
Outras contas a pagar	-	75,5	(100,0%)
Provisões	9,6	-	100,0%
Passivo de arrendamento	219,7	354,3	(38,0%)
Tributos diferidos	89,0	99,7	(10,7%)
Empréstimos e financiamentos	481,5	357,8	34,6%
Total do passivo não circulante	957,1	1.234,6	(22,5%)

Patrimônio líquido

Capital social	1.239,3	1.085,9	14,1%
Reservas de Capital	59,8	48,9	22,2%
Reserva de plano de opções de compra de ações	12,9	-	100,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	100,0%
Prejuízos acumulados	(868,9)	(774,9)	(12,1%)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	443,1	359,9	23,1%
Participação de não controladores	(220,9)	(166,3)	(32,8%)
Total do patrimônio líquido	222,2	193,7	14,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.834,4	2.019,5	(9,2%)

Anexo III

em R\$ milhões		2025	2024	
	Prejuízo do exercício	-146,9	-164,1	
	Depreciação	46,1	31,6	
	Amortização	42,1	19	
	Depreciação - direito de uso	112	39,5	
	Amortização de mais Valia	0	14	
	Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	101,4	0	
	Atualização monetário sobre empréstimos	0	7,8	
	Juros passivos de arrendamento	41,2	11,9	
	Juros sobre antecipação de recebíveis	48,4	15,1	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Atualização monetária sobre contingências	0	5,7	
	Outras receitas/despesas financeiras	-31,5	0	
	Provisões para contingências	-29,8	13,3	
	Provisões	10,4	-1,8	
	Resultado da alienação de imobilizado e intangível	6,6	-4,9	
	Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	0	-0,3	
	Provisão para realização dos estoques	0	6,9	
	Provisão para programa de incentivo a longo prazo	-1,5	3,5	
	Impostos diferidos	-10,7	0	
	Baixa líquida de arrendamento	-20,6	0	
	Outros	-3,3	0	
	Variação nos ativos operacionais	Contas a receber e outras contas a receber	32,1	-25,4
		Estoques	32,6	-2,3
		Depósitos e bloqueios judiciais	1,8	-0,6
		Créditos diversos e impostos a recuperar	-73,6	21,3
Variação nos passivos operacionais	Fornecedores e outras contas a pagar	10,4	3	
	Salários e encargos sociais e impostos a recolher	63,8	-20,7	
	Adiantamentos de clientes	-10,1	-0,8	
	Caixa utilizado nas atividades operacionais	220,9	-28,3	
	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	0	-2,5	
	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-52,7	-11,9	

Caixa utilizado nas atividades operacionais	Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	-48,4	-8,5
	Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	119,9	-51
Fluxo de caixa das atividades de investimento	Investimento FIDC	34	0
	Efeito do caixa na aquisição de controlada	0	20,8
	Aquisição do ativo imobilizado	-48,6	-12,3
	Aquisição do ativo intangível	-19,4	-15,2
	Aquisição do direito de uso	-2,5	0
	Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	-36,5	-6,7
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	Captação de empréstimos	0	26,8
	Dívida com acionistas não controladores	25,8	0
	Pagamento de empréstimos e financiamentos	0	-60,3
	Pagamento de passivo de arrendamento	-101,6	-38,4
	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-75,8	-71,9

Glossário

IP

Produtos do estoque da Companhia comercializados nas plataformas on-line

CAPITAL DE GIRO

Calculado como a soma de dias de contas a receber de clientes (usando GMV como base) e dias de estoque, menos os dias de fornecedores, considerando GMV e CMV nos últimos 12 meses.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (SG&A)

Ajustadas SG&A excluindo os efeitos da consolidação das transportadoras subsidiárias.

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

Calculada como a soma de endividamento de curto prazo e longo prazo, menos disponibilidades e contas a receber de cartão de crédito líquido de antecipação.

EBITDA AJUSTADO (LAJIDA)

Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização e excluindo outras receitas/despesas operacionais e equivalência patrimonial.

FIRST ORDER PROFITABILITY

Rentabilidade do Primeiro Pedido: é a comparação da margem de contribuição no primeiro pedido de novos clientes com o Custo de Aquisição do Cliente (CAC).

GERAÇÃO (CONSUMO) DE CAIXA

Como forma de capturar todos os efeitos, a geração ou consumo de caixa é medida pela variação da dívida líquida em relação ao trimestre anterior, sempre desconsiderando eventuais recursos de operações de aumento de capital.

GMV (GROSS MERCHANDISE VOLUME)

Vendas de mercadorias próprias, vendas realizadas no Marketplace e outras receitas, antes dos cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos.

GMV E-COMMERCE (GROSS MERCHANDISE VALUE)

Montante transacionado em R\$ em nosso site, incluindo os valores de 1P e 3P, antes dos cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos

GMV TOTAL BRUTO

Montante transacionado em R\$ em nosso site e lojas, antes de cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos.

GMV TOTAL LÍQUIDO

Montante transacionado em R\$ em nosso site e lojas, líquido de cancelamentos e bruto de impostos.

LEAD TIME

Tempo decorrido entre o princípio e o fim de um processo, ou, aquele permitido para que o processo se complete.

LUCRO BRUTO AJUSTADO

Lucro bruto excluindo os efeitos da consolidação das transportadoras subsidiárias.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO I

Lucro bruto. Permite ver a contribuição de uma venda após a dedução do custo dos produtos vendidos.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO II

Lucro bruto após a dedução das despesas ligadas à logística (fretes e pessoas de armazém) e aos meios de pagamento.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO III

Margem de contribuição II após deduzidas as despesas de

marketing, despesas com pessoal de lojas e pessoal de pós-vendas.

MARKETPLACE OU 3P

Produtos de parceiros ("sellers") comercializados nas plataformas on-line.

NA

Não aplicável.

PARTICIPAÇÃO MARKETPLACE

Vendas do Marketplace sobre o GMV consolidado total.

REVERSA

Produtos devolvidos por motivos diversos, como avarias ou apenas por decisão do cliente de devolver.

SAME DAY DELIVERY

Entrega no mesmo dia.

SELLER

Todos aqueles que vendem seus produtos no marketplace.

SELLERCENTER

Serviço disponível para que os sellers utilizem nosso marketplace para realizarem suas vendas.

VENDAS MESMAS LOJAS

Receita de lojas em operação há mais de doze meses.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Grupo Toky S.A. (anteriormente denominado Mobly S.A.) (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa no 2.2, que descreve os principais julgamentos e premissas considerados pela administração na avaliação da continuidade operacional da Companhia. Conforme descrito na referida nota, a Companhia apresenta histórico recente de prejuízos e desafios relacionados à sua estrutura de capital e liquidez, tendo implementado um plano abrangente de reestruturação operacional e financeira, que inclui, dentre outras medidas, a captura de sinergias decorrentes da combinação de negócios com a Tok&Stok, a melhoria das condições de liquidez por meio de iniciativas de geração de caixa, bem como a reestruturação do endividamento financeiro da controlada Tok&Stok no âmbito de um Plano de Recuperação Extrajudicial homologado judicialmente. A avaliação da continuidade operacional realizada pela administração considera como premissa fundamental a implementação e o sucesso dessas medidas, incluindo a manutenção do acesso à mecanismos de antecipação de recebíveis, o êxito nas negociações de postergação do pagamentos de juros e da conversão de debêntures em capital, bem como a materialização das sinergias operacionais estimadas. Esses assuntos, juntamente com outros eventos e condições divulgados na nota explicativa nº 2.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e sua necessária geração de caixa estão descritos na referida nota explicativa. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que assumem a concretização das citadas medidas, não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável de ativos – Nota Explicativa nºs 12 e 13

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldos de ativo imobilizado (consolidado) e ativo intangível (consolidado) nos montantes de R\$ 180.654 mil e R\$ 480.789 mil, respectivamente. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards requerem que a Companhia realize, a cada encerramento de período, o teste de recuperabilidade econômica dos valores registrados como ativo intangível sem vida útil definida e/ou ativos com indicativos de perda de recuperabilidade econômica.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados, pela administração da Companhia, indicativos de perda de recuperabilidade econômica em virtude de, dentre outros aspectos:

(i) prejuízos operacionais recorrentes; **(ii)** passivo circulante em excesso ao ativo circulante; e **(iii)** deterioração nas expectativas macroeconômicas, como aumento nas taxas de juros e pressão inflacionária no mercado no qual a Companhia opera (além de ambiente competitivo mais restritivo). Diante desses fatores, a Companhia realizou testes de recuperabilidade econômica sobre os ativos impactados.

O teste de recuperabilidade econômica dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, realizado com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas, subjetivas e significativas, tais como receita de vendas, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, dentre outras.

Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de ajuste por redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tendo sido esse assunto considerado, novamente, uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente.

Como o assunto foi tratado em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria Executiva, premissas e dados de mercado (como receita de vendas e taxas de juros e inflação), além das taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade consideradas pela administração da Companhia;
- Discussão, junto à administração, sobre o plano de negócios e premissas sensíveis;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas;
- Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre determinadas premissas sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas com efeito significativo na determinação do valor recuperável dos ativos objeto do teste de recuperabilidade; e
- Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perda por redução ao valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de vendas de mercadorias e serviços – Notas Explicativas nºs 3.p, 25 e 30

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia reconheceu receita líquida consolidada no montante de R\$ 1.445.029 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia e suas controladas reconhecem receitas oriundas de diferentes canais de venda, incluindo websites próprios (webshop), lojas físicas, marketplaces e prestação de serviços. O reconhecimento da receita envolve volume expressivo de transações efetuadas por distintos canais de vendas, além de integração entre diferentes sistemas, que exige configuração parametrizada para a correta alocação das receitas entre os diferentes canais, além de envolver grande volume de transações diárias, tornando o risco de erro material elevado em função da complexidade do ambiente operacional e de tecnologia.

Em virtude da diversidade dos canais de vendas, volumes relevantes das transações e a necessidade de julgamento, por parte da administração, em diversas estimativas como provisão para devoluções, descontos comerciais, estimativa para perdas e classificação de transações como principal ou agente, o reconhecimento da receita foi considerado novamente como uma área de risco e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente.

Como o assunto foi tratado em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Obtenção de entendimento dos processos e políticas contábeis relacionados ao ciclo de receitas da Companhia, com foco nos critérios utilizados para o reconhecimento da receita, inclusive por canal de venda;
- Entendimento dos controles internos aplicáveis ao ciclo de receitas e aos sistemas envolvidos na captura, processamento e contabilização dos dados de vendas;
- Execução de procedimentos analíticos de auditoria utilizando ferramenta automatizada de auditoria denominada Audit Data Analytics (ADA) para receitas de vendas de mercadorias;
- Análise dos critérios de reconhecimento de receita com base nas obrigações de desempenho identificadas nos contratos com clientes, considerando os aspectos relacionados ao atendimento das obrigações de performance;
- Revisão das estimativas registradas para devoluções de produtos, perdas e descontos comerciais através da avaliação da política contábil adotada, consistência com o histórico de transações e critérios de mensuração aplicados;
- Execução de testes de corte (“cut-off”) para verificar que as receitas foram reconhecidas no período contábil apropriado, com base nas datas de entrega e aceite pelos clientes (atendimento das obrigações de performance);
- Realização de testes substantivos, em base amostral, para verificar se as transações de receita estavam adequadamente suportadas e reconhecidas;
- Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis.

Durante a execução desses procedimentos, identificamos uma deficiência nos controles internos da Companhia relacionada ao processo de controle das operações efetuadas via marketplaces de terceiros. Em nossa avaliação, tal deficiência constitui uma deficiência significativa no ambiente de controles internos da Companhia, tendo sido identificado, por nós, ajuste nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas (não registrado pela administração da Companhia por não ser material no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto). Desta forma, revisamos nossa avaliação dos riscos relacionados ao tema e alteramos nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados, a fim de obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A referida deficiência significativa foi comunicada aos responsáveis pela governança, observando as normas de auditoria aplicáveis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias e prestação de serviços, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

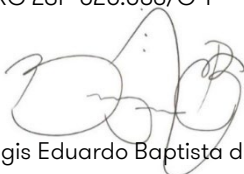
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Grupo Toky S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 Reclassificado
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	109	63	30.718	23.036
Contas a receber	6	-	-	106.887	138.957
Estoques	7	-	-	239.384	272.030
Créditos diversos	8	131.728	160.267	22.365	33.454
Depósitos e bloqueios judiciais	18	3	3	392	431
Impostos a recuperar	9	5.833	6.422	185.696	229.809
Total do ativo circulante		137.673	166.755	585.442	697.717
Ativo não circulante					
Investimentos	11	323.715	300.591	-	-
Outros Ativos Financeiros a valor justo		-	-	104.371	-
Impostos a recuperar	9	-	-	140.075	159.234
Depósitos e bloqueios judiciais	18	-	-	85.764	87.494
Créditos diversos	8	-	13	3.036	4.941
Outras Contas a Receber		-	-	4.734	4.738
Partes Relacionadas	10	157.480	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		481.195	300.604	337.980	256.407
Imobilizado	12	-	-	180.654	184.767
Direito de uso	21	-	-	249.427	374.452
Intangível	13	-	-	480.789	506.098
Total		-	-	910.870	1.065.317
Total do ativo não circulante		481.195	300.604	1.248.850	1.321.724
Total do ativo		618.868	467.356	1.834.292	2.019.441

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Toky S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 Reclassificado
Passivo circulante					
Fornecedores	14	15.022	23.665	183.439	222.612
Risco sacado	14.1	-	-	39.895	6.640
Salários e encargos sociais	15	3.544	1.561	50.829	65.135
Impostos a recolher	22	45	874	174.106	114.980
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	25.840	-
Adiantamentos de clientes	17	-	-	23.398	42.062
Passivo de arrendamento	21	-	-	94.152	105.600
Provisão para contingências a pagar	19	-	-	383	-
Outras contas a pagar	20	42	-	70.091	34.029
Total do passivo circulante		18.653	26.100	662.133	591.058
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	944	-	481.518	357.833
Provisão para perdas em investimentos	11	156.036	81.245	-	-
Provisão para contingências	19	-	-	47.477	77.678
Impostos a recolher	22	150	-	31.771	12.838
Dívidas com acionistas não controladores	23	-	-	78.041	256.825
Passivo de arrendamento	21	-	-	212.568	354.319
Outras contas a pagar	20	-	-	9.616	75.543
Tributos Diferidos	2.4.2	-	-	89.017	99.677
Total do passivo não circulante		157.130	81.245	950.008	1.234.713
Patrimônio líquido					
Capital social	24	1.239.302	1.085.945	1.239.302	1.085.945
Reserva de capital		59.786	48.938	59.786	48.938
Reserva de plano de opções de compra de ações		12.894	-	12.894	-
Prejuízos acumulados		(868.897)	(774.872)	(868.897)	(774.872)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		443.085	360.011	443.085	360.011
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(220.934)	(166.342)
Total do patrimônio líquido		443.085	360.011	222.151	193.669
Total do passivo e patrimônio líquido		618.868	467.356	1.834.292	2.019.441

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Toky S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	25.a	-	-	1.445.029	811.197
Custo dos produtos vendidos	25.b	-	-	(686.323)	(436.712)
Lucro bruto				758.706	374.485
Despesas comerciais	26.a	(35)	-	(600.974)	(326.749)
Despesas gerais e administrativas	26.b	(25.388)	(10.505)	(164.773)	(114.632)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(67.204)	(101.105)	-	-
Perda de crédito esperada	-	-	-	(1.583)	(1.420)
Outras receitas operacionais	27.a	-	-	33.010	13.240
Outras despesas operacionais	27.b	(8.618)	(38.242)	(18.228)	(62.875)
(Despesas) receitas operacionais		(101.245)	(149.852)	(752.548)	(492.436)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(101.245)	(149.852)	6.158	(117.951)
Despesas financeiras	28	(22.149)	(44)	(242.045)	(75.194)
Receitas financeiras	28	22.792	717	78.345	29.064
Resultado financeiro, líquido		643	673	(163.700)	(46.130)
Prejuízo antes dos impostos		(100.602)	(149.179)	(157.542)	(164.081)
IR/CS Diferidos		6.513	-	10.656	-
Prejuízo do período		(94.089)	(149.179)	(146.886)	(164.081)
Prejuízo atribuível a sócios controladores	-	(94.089)	(149.179)	(94.089)	(149.179)
Prejuízo atribuível a sócios não controladores	-	-	-	(52.797)	(14.902)
Prejuízo por ação - em R\$	24				
Básico	-	(0,7119)	(1,3924)	(0,7119)	(1,5314)
Diluído	-	(0,4906)	(1,3924)	(0,4906)	(1,5314)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Toky S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(94.089)	(149.179)	(146.886)	(164.081)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(94.089)	(149.179)	(146.886)	(164.081)
Resultado abrangente atribuível a sócios controladores	(94.089)	(149.179)	(94.089)	(149.179)
Resultado abrangente atribuível a sócios não controladores	-	-	(52.797)	(14.902)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Toky S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reserva de plano de opções de compra de ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024		1.085.845	-	10.875	(625.693)	471.027	-	471.027
Transações de pagamento baseado em ações	10.1	-	-	3.546	-	3.546	-	3.546
Aquisição de controlada	2.4	100	34.517	-	-	34.617	(151.440)	(116.823)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(149.179)	(149.179)	(14.902)	(164.081)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.085.945	34.517	14.421	(774.872)	360.011	(166.342)	193.669
Saldos em 01 de janeiro de 2025		1.085.945	34.517	14.421	(774.872)	360.011	(166.342)	193.669
Transações de pagamento baseado em ações	10.1	-	-	(1.527)	-	(1.527)	-	(1.527)
Aumento de Capital	24	153.357	25.269	-	-	178.626	-	178.626
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(94.025)	(94.025)	(52.797)	(146.822)
Outros	-	-	-	-	-	-	(1.795)	(1.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.239.302	59.786	12.894	(868.897)	443.085	(220.934)	222.151

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Toky S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(94.089)	(149.181)	(146.886)	(164.081)
Ajustes para					
Depreciação	12	-	-	46.148	31.583
Amortização	13	-	-	42.139	18.990
Depreciação - direito de uso	21	-	-	112.015	39.519
Amortização de mais Valia	-	13.317	14.049	-	14.049
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	-	22.036	-	101.414	6.624
Juros passivos de arrendamento	21	-	-	41.211	11.922
Juros sobre antecipação de recebíveis	28	-	-	48.378	15.076
Atualização monetária sobre contingências	-	-	-	-	5.728
Variação cambial sobre empréstimos	-	-	-	-	1.214
Outras (receitas)/despesas financeiras	27	(21.837)	(677)	(31.488)	-
Provisões para contingências	19	-	-	(29.818)	13.327
Provisões	20	-	-	10.378	(1.848)
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	11	67.204	101.105	-	-
Resultado da alienação de imobilizado e intangível	27.b	-	-	6.594	(4.857)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	6	-	-	-	(328)
Provisão para realização dos estoques	-	-	-	-	6.909
Provisão para programa de incentivo a longo prazo	10.1	1.499	3.546	(1.528)	3.546
Impostos Diferidos	-	(6.513)	-	(10.660)	-
Baixa Líquida de arrendamento	-	-	-	(20.566)	-
Outros	-	63	-	(3.260)	-
Varição nos ativos operacionais					
Contas a receber	-	-	-	32.073	(25.388)
Estoques	-	-	-	32.646	(2.318)
Depósitos e bloqueios judiciais	18	-	-	1.769	(588)
Créditos diversos e impostos a recuperar	-	29.141	(2.867)	(73.574)	21.272
Partes relacionadas	-	(3.478)	-	-	-
Varição nos passivos operacionais					
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(8.601)	12.378	10.359	3.036
Salários e encargos sociais e impostos a recolher	-	1.304	(161)	63.753	(20.716)
Adiantamentos de clientes	-	-	-	(10.114)	(787)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais					
		46	(21.808)	220.983	(28.116)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	(2.533)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	21	-	-	(52.665)	(11.874)
Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	28	-	-	(48.378)	(8.482)
Outros juros pagos	28	-	(44)	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais					
		46	(21.852)	119.940	(51.005)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Juros de aplicações financeiras	28	-	715	-	-
Efeito do caixa na aquisição de controlada	-	-	-	-	20.754
Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado	27	-	-	-	-
Investimento FIDC	-	-	-	34.000	-
Aquisição do ativo imobilizado	12	-	-	(48.629)	(12.255)
Aquisição do ativo intangível	13	-	-	(19.390)	(15.234)
Aquisição do direito de uso	-	-	-	(2.509)	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento					
		-	715	(36.628)	(6.735)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Antecipação de recebíveis	-	-	-	25.840	-
Captação de empréstimos	16	-	-	-	26.843
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	(60.295)
Pagamento de passivo de arrendamento	21	-	-	(101.570)	(38.404)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento					
		-	-	(75.730)	(71.856)
Aumento(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa					
		46	(21.137)	7.682	(129.596)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	63	21.200	23.036	152.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	109	63	30.718	23.036
Aumento(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa					
		46	(21.137)	7.682	(129.596)
Transações que não afetaram caixa					
Baixa plano de recuperação extrajudicial	-	-	-	(357.833)	-
Baixa dívida com acionistas não controladores	-	-	-	(186.868)	-
Baixa outras dívidas/outras contas a pagar	-	-	-	(65.032)	-
Permuta de ações na aquisição da Tokstok	-	-	(34.617)	-	-
Emissão de debêntures públicas	-	-	-	477.567	-
Emissão de debêntures privadas	-	-	-	132.165	-
Transferência de adiantamentos para patrimônio líquido (custos com emissões de novas ações)	-	-	100	-	-
Creditos Diversos (subarrendamentos)	21	-	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Toky S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		-	-	1.791.273	971.372
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	-	1.758.422	957.257
Outras receitas	-	-	-	35.733	13.787
Perdas de crédito esperadas	6	-	-	(2.882)	328
Insumos adquiridos de terceiros		(9.700)	(39.724)	(971.650)	(672.408)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	-	(686.323)	(435.337)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(9.700)	(39.724)	(215.488)	(225.266)
Fretes	-	-	-	(69.839)	(11.805)
Valor adicionado bruto		(9.700)	(39.724)	819.623	298.964
Depreciação e amortização	-	(13.316)	-	(201.443)	(104.141)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(23.016)	(39.724)	618.180	194.823
Valor adicionado recebido em transferência		(44.412)	(100.388)	76.592	29.063
Resultado de equivalência patrimonial	11	(67.204)	(101.105)	-	-
Receitas financeiras	28	22792	717	76.592	29.063
Valor adicionado total a distribuir		(67.428)	(140.112)	694.772	223.886
Distribuição do valor adicionado		(67.428)	(140.112)	694.772	223.886
Pessoal		9.939	8.105	203.634	111.001
Remuneração direta	-	6.289	5.564	145.813	76.242
Benefícios	-	3.650	2.541	48.452	29.919
F.G.T.S.	-	-	-	9.369	4.840
Impostos, taxas e contribuições		(5.575)	955	341.647	161.144
Federais	-	(5.575)	955	100.005	56.943
Estaduais	-	-	-	240.424	101.913
Municipais	-	-	-	1.218	2.288
Remuneração de capitais de terceiros		22.297	7	296.377	115.823
Juros	-	22.149	7	243.572	65.103
Aluguéis	-	148	-	54.644	43.119
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	(178)
Outras	-	-	-	(1.839)	7.779
Remuneração de capitais próprios		(94.089)	(149.179)	(146.886)	(164.081)
Prejuízos no exercício	-	(94.089)	(149.179)	(94.089)	(149.179)
Participação de não controladores	-	-	-	(52.797)	(14.902)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

O Grupo Toky S.A. (anteriormente denominado Mobly S.A.) (“Toky” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório do Grupo localiza-se na Av. Mario de Andrade, no 1352 Barra Funda – São Paulo/SP e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, bem como a atuação no varejo de móveis e artigos de decoração por meio de plataformas digitais e lojas físicas, diretamente ou por intermédio de suas controladas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

Criada em 2011, a Mobly é uma empresa de tecnologia que atua no comércio eletrônico, sendo referência em varejo do setor de móveis e decoração. Como parte de sua estratégia em busca de rentabilidade, o Grupo adquiriu o controle da Tok&Stok. A aquisição da Tok&Stok, formalizada em novembro de 2024, integra a estratégia do Grupo de ampliação de escala operacional, diversificação de canais e fortalecimento da presença física, com foco na captura de sinergias operacionais, comerciais e logísticas, conforme detalhado na Nota Explicativa 32.

Através de suas marcas, Mobly e Tok&Stok, o Grupo estabelece forte presença no mercado por meio da diversificação e complementaridade do portfólio de produtos e serviços, combinando a reputação de ambas as marcas e atingindo públicos diversos em todos os segmentos de mercado, através de uma experiência multicanal.

Em 31 de dezembro de 2025 o Grupo atua com 64 lojas próprias e 5 centros de distribuição, (67 lojas próprias e 6 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2024) dos quais 4 que estão localizadas na região sudeste e 1 na região sul.

O Grupo vende principalmente através de suas lojas físicas, de seus websites www.mobly.com.br, www.tokstok.com.br e www.guldi.com.br, de websites de terceiros (marketplaces) e faz parte de suas atividades operacionais a intermediação de serviços, como a Assistência Técnica, Montagem, Garantia Estendida e Mobly Decora (detalhado na Nota Explicativa nº 13) por meio de parcerias.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”).

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 31 de março de 2026. Em reunião realizada em 31 de março de 2026, o Conselho de Administração analisou e recomendou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Continuidade operacional

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 o Grupo reconheceu prejuízo líquido de R\$ 146.866 (consolidado) (prejuízo de R\$ 164.081 em 2024), fortemente influenciado pelo custo da dívida do Plano de Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok, e apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 76.691 (consolidado) (positivo em R\$ 106.659 em 31 de dezembro de 2024). No mesmo período houve geração de caixa líquida em atividades operacionais de R\$ 119.940 em 2025 (R\$ 51.005 de consumo de caixa líquido nas atividades operacionais em 2024), refletindo os impactos das iniciativas de redução de custos e sinergias da combinação de negócios, detalhadas adiante. Além disso, o Grupo avançou na redução da alavancagem consolidada e melhoria da sua estrutura de capital através da recompra das debêntures Toky e parte das debêntures Tok&Stok, que reduzirá o endividamento bruto do grupo em cerca de 32%, conforme detalhado na Nota Explicativa no 31.

A administração entende que foram implementadas ações concretas e estruturantes que contribuíram para o equilíbrio da estrutura de capital e do fluxo de caixa da Companhia, permitindo a manutenção de recursos adequados para a continuidade de suas operações no curto prazo. Sem prejuízo do reconhecimento da existência de incertezas relacionadas à implementação integral de seu plano de negócios e a fatores macroeconômicos e setoriais fora de seu controle, entende que, com base nas medidas já implementadas e em andamento, bem como no desempenho recente observado, existem fundamentos suficientes para a adoção do pressuposto de continuidade operacional. Nesse contexto, a premissa de continuidade operacional foi considerada apropriada para a preparação das demonstrações contábeis. Dentre essas ações, destacam-se:

- A combinação de negócios com a Tok&Stok, com o objetivo de ganho de escala, diluição de custos fixos e aumento da margem operacional;
- A reestruturação do endividamento financeiro da Tok&Stok, que resultou em alongamento de prazos e carência no serviço da dívida;
- A implementação de iniciativas operacionais com foco em geração de caixa e preservação da liquidez.

A administração entende que as incertezas inerentes quanto à concretização de seu plano de negócios vêm sendo reduzidas ao longo do tempo, à medida que as sinergias operacionais relevantes venham a ser capturadas, as quais em combinação com as iniciativas a seguir, suportam a continuidade das operações do Grupo no horizonte avaliado pela administração.

Sinergia operacional

A aquisição da Tok&Stok, formalizada em novembro de 2024, representa um pilar fundamental do plano de transformação da Companhia. A operação viabiliza a captura de sinergias operacionais relevantes, com impacto estimado positivo sobre margens, estrutura de capital e fluxo de caixa nos exercícios seguintes.

As principais melhorias esperadas envolvem:

- Redução de despesas gerais e administrativas, por meio da integração de estruturas e racionalização de processos;
- Aproveitamento de escala nas compras, com consequente melhoria de margem bruta;
- Otimização da estrutura logística e de distribuição, mediante consolidação de centros de distribuição e rotas;
- Integração comercial entre canais das marcas Mobly e Tok&Stok (cross-selling e expansão do marketplace);
- Simplificação e eficiência tributária, via aproveitamento de estruturas regionais e redesenho operacional.

Essas sinergias foram dimensionadas com base em estudo técnico elaborado por consultoria independente e fazem parte das projeções futuras da administração.

Preservação da liquidez e do caixa da Companhia

A Companhia tem adotado medidas contínuas para preservar sua posição de liquidez, incluindo:

- Renegociação de prazos com fornecedores, buscando extensão de ciclos de pagamento;
- Antecipação seletiva de recebíveis, com controle sobre custos financeiros;
- Revisão de investimentos e despesas operacionais;
- Gestão diária do fluxo de caixa, com foco em equilíbrio operacional no curto prazo.

O objetivo da administração é manter um nível de caixa operacional suficiente para garantir a continuidade das atividades, com base no cenário projetado e considerando os eventos subsequentes à data-base.

Até a data-base de 31 de dezembro de 2025, já haviam sido capturadas sinergias relevantes.

Revisão do sortimento de estoques

Durante o exercício de 2024 foi iniciada uma revisão estratégica do sortimento de produtos e estoques, que se estendeu para 2025 após a fusão das marcas, com o objetivo de:

- Descontinuação de itens com baixa rotatividade ou margem reduzida;
- Ações promocionais focadas na liquidez de estoque e ocupação inteligente de espaços;
- Redefinição do cronograma de compras e reposições, com foco em eficiência logística e capital de giro;
- Reorganização das lojas para reforçar a presença da marca e aprimorar a experiência do consumidor.

Reestruturação do endividamento e Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok

No contexto da reestruturação financeira, a subsidiária Tok&Stok assinou com os principais credores, em agosto de 2024, Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), homologado judicialmente em novembro de 2024, contemplando:

- Renegociação de dívida no valor aproximado de R\$ 641.624 (entre dívidas bancárias e não-bancárias), com extensão de prazos e carência para pagamento de juros e principal;
- Possibilidade de capitalização parcial de créditos, conforme termos e condições estabelecidos no plano.

A emissão de debêntures não conversíveis, como parte do PRE da Tok&Stok, está detalhada na Nota Explicativa no 15.

As premissas utilizadas estão ancoradas em:

- Histórico operacional da Companhia e da Tok&Stok;
- Estudo técnico de sinergias da combinação com a Tok&Stok;
- Condições vigentes dos contratos de dívida e estrutura de capital;
- Ações em andamento para racionalização de estrutura e recomposição de margem.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional com base nas medidas acima mencionadas. A administração compreende que o plano de continuidade está sujeito a incertezas e fatores fora do controle da administração, mas que, com base na implementação das medidas acima mencionadas, nos resultados apresentados e nas sinergias capturadas, a administração entende que a adoção do pressuposto de continuidade operacional é adequada para a preparação das demonstrações contábeis.

2.3. Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do grupo:

	Participação acionária - %	
	31/12/2025	31/12/2024
Mobly Comércio Varejista Ltda.	100%	100%
Mobly Hub Transportadora Ltda.	100%	100%
Mobly Tech Ltda.	100%	100%
Mobly Atacadista Ltda.	100%	100%
Estok Comércio e Representações S.A.	61,1%	61,1%
Estok Distribuidora e Serviço S.A. - indireta	61,1%	61,1%
Estok Comercio Atacadista	61,1%	-

Os percentuais acima consideram o total detido pelo grupo. Por questões societárias é necessário que uma controlada tenha uma participação minoritária de outra controlada para compor Sociedade, entretanto a totalidade das participações pertence ao grupo.

Mobly Comércio Varejista Ltda. (“Varejista”)

A controlada Mobly Comércio Varejista Ltda., que iniciou suas operações em novembro de 2011, está envolvida principalmente no setor varejista de móveis, artigos de decoração e utilidades domésticas, voltada para transações de venda via Internet diretamente com o consumidor (B2C) e indiretamente com o intermediário de empresas parceiras (B2B).

Mobly Hub Transportadora Ltda. (“Hub”)

A Mobly Hub Transportadora Ltda. (“Transportadora”) tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas à logística de móveis para terceiros.

Mobly Tech Ltda. (“Tech”)

A Mobly Tech tem como objeto social o desenvolvimento de software e prestação de serviços de tecnologia da informação para terceiros.

Mobly Atacadista Ltda. (“Atacadista”)

A Mobly Atacadista tem como objeto social a venda de produtos para revendedores e clientes finais que compram em grandes quantidades, oferecendo preços diferenciados.

Estok Comercio e Representações S.A. (“Tok&Stok”)

A controlada Estok Comércio e Representações S.A. tem por atividade preponderante a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração, voltada principalmente para transações de venda em lojas físicas diretamente com o consumidor (B2C).

Estok Distribuidora e Serviço S.A. - indireta (“Tok&Stok”)

A controlada Estok Distribuidora e Serviço S.A. atua preponderantemente como comércio e varejo de móveis, utensílios e decoração. Esta empresa é utilizada para vendas de produtos através das lojas e site da marca Tok&Stok.

Estok Comercio Atacadista. (“Tok&Stok”)

A Estok Atacadista tem como objeto social a venda de produtos para revendedores e clientes finais que compram em grandes quantidades, oferecendo preços diferenciados.

2.4. Aquisição de Controladas

2.4.1. Aquisição Tok&Stok

Em 11 de novembro de 2024, o Grupo obteve o controle da Estok Comércio e Representações, marca consolidada com tradição e forte reconhecimento no setor de móveis, com ampla rede de lojas físicas e presença no comércio eletrônico. A participação correspondeu a aquisição de 61,1% da Tok&Stok por meio da incorporação das ações no seu patrimônio, utilizando uma relação de troca preestabelecida, como segue:

- As ações da Tok&Stok são incorporadas ao patrimônio líquido da Mobly conforme Contribution Agreement, estabelecendo uma relação de troca (0,098789 ação da Mobly para cada ação da Tok&Stok) acrescida de bônus de subscrição.
- Aumento de Capital: Emissão de novas ações – com prazos distintos de lock-up (24 meses para as ações da troca e 6 meses para as originadas de bônus) – a fim de garantir o direito de preferência dos acionistas e a correta absorção da operação.
- Debêntures Conversíveis: Parte da contraprestação é realizada via emissão de debêntures conversíveis, que poderão ser convertidas em ações da Mobly conforme condições contratuais.

Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Tok&Stok estão incluídos como principais inputs (marca, softwares e ativo imobilizado onde destacam-se as benfeitorias, instalações, estoques e relacionamentos com clientes), processos de lojas e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que, juntos, os inputs e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (outputs). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio.

A aquisição de controle da Tok&Stok permitirá ao Grupo o acesso a uma marca reconhecida e consolidada no setor de móveis, a possibilidade de gerar sinergias operacionais significativas – desde a otimização da logística até a integração dos canais de venda e a modernização dos processos internos. A estrutura da operação, que envolve a emissão de novas ações, debêntures conversíveis e mecanismos de lock-up, foi cuidadosamente elaborada para alinhar os interesses dos acionistas e garantir a estabilidade do mercado no pós-closing.

Nos dois últimos meses do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Estok Comercio e Representações contribuiu com uma receita de R\$210.954 e prejuízo de R\$55.164 às demonstrações contábeis consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a Administração estima que a receita consolidada seria de R\$1.634.418 e o prejuízo líquido combinado seria de R\$353.570. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024.

2.4.2. Contraprestação transferida

A contraprestação transferida foi calculada utilizando o valor justo das ações emitidas pela Companhia na data da transação. A Companhia contratou consultores externos para uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos.

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

Descrição	Referência	Data Transação	Metodologia de avaliação	Valor Justo
Relação de Troca de ações Tok&Stok e Mobly	Ações Mobly - Relação de troca	Closing	Valor justo (PL contábil do aumento de capital)	31.733
Bônus de subscrição de 0,55556 ações Mobly por ações Mobly recebida na relação de troca a um preço de exercício de R\$9,00	Ações Mobly - Bônus de subscrição	Exercível entre 2 e 5 anos após a data do closing	Árvore Binomial	2.884
Debêntures conversíveis em ações Mobly a qualquer momento, com o intuito de contribuir com o saldo de mútuo que a SPX concedeu à Tok&Stok.	Debênture Conversível	No vencimento em 2035 ou a qualquer momento pela Mobly a depender de condições	Relação fixa de conversão de saldo de debêntures em ações Mobly	-
Total				34.617

2.4.3. Custos de aquisição

O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$31.500, sendo R\$ 24.327 na controladora, referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Além disso, há os honorários advocatícios, custos de sinergia iniciais e os custos de due diligence foram registrados como “Gastos extraordinários” na nota explicativa nº 27 na demonstração de resultado.

2.4.4. Ativos identificáveis e avaliados a valor justo

A tabela abaixo resume os valores dos ativos identificáveis e avaliados a valor justo:

Ativo	Valor contábil	Valor Justo	Mais-valia [100%]	Mais-valia [61,11%]	Vida útil remanescente	Metodologia de avaliação
Imobilizado e intangível	174.611	207.692	33.081	20.216	-	Abordagem de custo
Estoque	189.121	218.619	29.498	18.026	N/A	Abordagem de custo
Marca	0,2	121.692	121.692	74.366	21,2	Royalty Relief
Total	363.732	548.003	184.271	112.608		

*Excluídos intangíveis em andamento no montante de 18.238

	Em 31/10/2024	Ajuste ao valor justo	Tok&Stok Em 31/10/2024
Caixa e equivalentes de			
Caixa	20.754	-	20.754
Contas a receber	30.514	-	30.514
Estoques	189.123	29.498	218.621
Créditos Diversos	12.653	-	12.652
Depósitos e bloqueios judiciais	12.669	-	12.669
Impostos a recuperar	262.423	-	262.423
Imobilizado	123.760	33.081	156.841
Intangível	69.088	121.692	190.780
Direito de uso	284.714	-	284.714
Total ativos adquiridos	1.005.697	184.271	1.189.968
Fornecedores	165.743	-	165.743
Salários e encargos sociais	52.998	-	52.998
Impostos a recolher	143.196	-	143.196
Empréstimos e financiamentos	349.937	-	349.937
Adiantamentos de clientes	27.277	-	27.277
Passivo de arrendamento	346.681	-	346.681
Outras contas a pagar	99.231	-	99.231

Provisão para contingências	45.685	-	45.685
Tributos diferidos	55.821	43.856	99.677
Dívidas com acionistas não controladores	248.946	-	248.946
Total dos Passivos			
Assumidos	1.535.517	43.856	1.579.373
Total dos ativos identificáveis, líquido	(529.820)	140.415	(389.405)
Atribuído a controladores	(323.773)	85.807	(237.966)
Atribuído a não controladores	(206.047)	54.607	(151.440)

i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Estoques	A metodologia envolveu a aplicação de uma abordagem de custo histórico, complementada pela atualização do valor de aquisição com base em índices inflacionários.
Ativos fixos (Ex: imóveis, moveis e equipamentos)	Taxas de financiamento a ativos similares para participantes de mercado (ex. condições gerais de financiamento oferecidas pelo fornecedor) ou taxas implícitas por leasing operacional, leasing financeiro ou ambos, normalmente segregada entre o return on (recaptação do investimento) e return of.
Outros Intangíveis incluindo tecnologia de base	Taxas adequadas ao risco do intangível a ser analisado. Quando as provas do mercado estiverem disponíveis, elas devem ser usadas. Em outros casos, as taxas devem ser consistentes com o risco relativo de outros ativos na análise, e devem ser maiores para ativos mais arriscados.

2.4.5. Ágio

	31/10/2024
Contraprestação transferida	34.617
61,1% dos ativos líquidos da adquirida antes dos ajustes a valor justo	(323.773)
Total	358.390
61,1% da mais valia sobre ativo fixo	(20.216)
61,1% da mais valia sobre estoque	(18.026)
61,1% da mais valia sobre marca	(74.366)
61,1% do IR diferido sob mais valia, líquido	26.801
Ágio por rentabilidade futura (goodwill)	272.583

O ágio é atribuído principalmente às sinergias identificadas no estudo realizado por consultores externos, na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão do Grupo. O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

A realização e amortização das mais valias a valor justo no período:

	Estoques	Imobilizado	Marca	Total
Mais valias a valor justo	29.498	33.081	121.692	184.271
Realização mais valia no período	(6.890)	-	-	(6.890)
Amortização	-	(7.159)	-	(7.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.608	25.922	121.692	170.222

2.5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto por determinados ativos e passivos que são mensurados por outros critérios, como valor justo, custo amortizado ou valor presente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com sua classificação, podendo ser avaliados pelo custo amortizado ou ao valor justo, conforme detalhado nas respectivas notas explicativas. Adicionalmente, ativos e passivos identificáveis adquiridos em combinações de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15.

2.6. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.7. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças decorrentes da liquidação dessas transações, bem como da conversão de ativos e passivos monetários, são reconhecidas no resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras.

2.8. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto, a partir do lucro líquido do exercício.

Os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento são classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento, enquanto os juros recebidos são classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento, de forma consistente ao longo dos exercícios apresentados.

2.9. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reconhecidos dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos relevantes realizados pela administração na aplicação das políticas contábeis, que possuem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 2.2** - Continuidade operacional: avaliação da capacidade do Grupo de manter suas operações em funcionamento no curso normal dos negócios;
- **Nota explicativa nºs 12 e 13** - Testes de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros, incluindo identificação de unidades geradoras de caixa e definição de premissas;
- **Nota explicativa nº 13** – Definição das taxas de amortização e vidas úteis dos ativos intangíveis;
- **Nota explicativa nº 19** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
- **Nota explicativa nº 21** – Determinação do prazo dos contratos de arrendamento, incluindo a avaliação da razoável certeza de exercício de opções de renovação

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que apresentam um risco significativo de resultar em ajustes materiais nos valores contábeis de ativos e passivos no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7** - Provisões de Estoque: Determinação do valor líquido realizável de estoque e provisão para retorno de mercadorias.
- **Nota explicativa nº 21** - Definição da taxa de desconto utilizada na mensuração dos passivos de arrendamento, conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

2.10. Classificação circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.11.Reclassificações

O Grupo, nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identificou oportunidade de melhoria e reclassificou determinados passivos para o período comparativo de 2024 visando manter a comparabilidade entre os períodos apresentados.

Adicionalmente, o Grupo aperfeiçoou o mapeamento das Notas Explicativas no 13 – Fornecedores, no 16 – Adiantamentos de Clientes, o que resultou em ajustes na forma de apresentação dos saldos divulgados em 31 de dezembro de 2024. Ressalta-se que tais reclassificações não alteraram os valores totais dos grupos de contas, limitando-se à redistribuição entre linhas específicas para melhor refletir a natureza das operações.

As reclassificações efetuadas não acarretaram impactos de natureza quantitativa ou qualitativa que justificassem a reapresentação das demonstrações contábeis anteriormente publicadas, permanecendo inalteradas a posição patrimonial, o desempenho econômico-financeiro e os fluxos de caixa divulgados em exercícios anteriores.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação contrária.

3.1.Base de consolidação

i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

iii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia optou por mensurar, inicialmente, as participações de acionistas não controladores com base na sua fração proporcional dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida na data da combinação de negócios.

Alterações posteriores na participação do Grupo em subsidiárias que não resultem em perda de controle são tratadas como transações com proprietários na sua condição de tal, sendo, portanto, reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, sem impacto no resultado do exercício.

iv) Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial referem-se às participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Considera-se coligada a entidade na qual o Grupo, direta ou indiretamente, exerce influência significativa, sem, contudo, deter controle ou controle conjunto sobre as políticas financeiras e operacionais. Já os empreendimentos controlados em conjunto são caracterizados por um acordo contratual que confere às partes controle compartilhado e direito sobre os ativos líquidos da entidade, e não sobre ativos ou passivos específicos.

Esses investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à transação. Após o reconhecimento inicial, o valor contábil é ajustado para refletir a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos da investida, bem como nos outros resultados abrangentes, até a data em que cesse a influência significativa ou o controle conjunto.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos.

A lista de controladas está incluída na Nota Explicativa nº 2.3.

v) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins desta avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são mensurados contabilmente pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado em que a diferença no momento da designação entre o valor contábil e o valor justo deve ser reconhecida no resultado, obedecendo o regime de competência e a norma internacional IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48).

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante, depende, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting), da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. Nesse caso, a empresa protege o passivo financeiro referente aos empréstimos por meio da adoção do Hedge Cambial com contratos de mercado futuro.

Para gestão de risco de variação cambial e de taxas de juros, o Grupo contratou instrumentos derivativos NDF (“non deliverable forward”). A modalidade NDF compreende a proteção contra a variação cambial em que a empresa garante uma taxa de câmbio futura para a moeda base do contrato. O grupo liquidou os seis empréstimos da operação 4131 no decorrer do ano de 2024, nesse modelo de hedge.

A variação cambial considerada nessas operações é apurada a partir do dólar/euro spot da contratação no dia da efetivação do negócio e da PTAX venda (D-1), divulgada pelo BACEN do dia do vencimento. Nos swaps que envolvem o hedge da variação cambial, negocia-se o cupom. O cupom é negociado a uma taxa linear (juros simples) com base de 360 dias (ano corrido). Já a taxa pré é negociada de forma exponencial, também com base de 360 dias corridos. O CDI é negociado em % (percentual) e é correlacionado com a taxa pré, de acordo com a curva de juros para o período.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em contas bancárias de liquidez imediata resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original do faturamento, deduzida a provisão para perdas de créditos esperadas. A Administração entende que o valor está apresentado ao valor de realização. A provisão de perdas de créditos esperada é estabelecida quando existe uma evidência de que a Administração não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor estimado da perda de crédito esperada pode ser modificado em função das expectativas da Administração em relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O valor realizável líquido é o preço de venda líquido de impostos estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas com vendas.

Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação. As provisões para perdas nos estoques são constituídas conforme procedimentos estabelecidos pela Administração, para maiores detalhes verificar Nota Explicativa nº 7.

Verba de Propaganda Cooperada - refere-se a rebates (porcentagem do valor de compras realizadas junto a fornecedores que se comprometeram com descontos em função do volume comprado) contratuais recebidos de fornecedores de Mercadorias de Revenda incidentes sobre todas as compras realizadas no exercício. Cada fornecedor possui um contrato e para cada contrato é negociada uma taxa de rebate gerada sobre o montante de compras do mês. Os rebates são reconhecidos como redutoras do contas a pagar e são reconhecidos como redutores de custo mensalmente.

Conforme explicitado na Nota Explicativa nº 2.4.4, os estoques da controlada Tok&Stok foram avaliados a valor justo em 31 de outubro de 2024, chegando em uma mais-valia de R\$ 29.498 (R\$ 18.026 ponderada pela participação societária atribuído aos controladores).

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Conforme explicitado na Nota Explicativa nº 2.4.4, o ativo fixo da controlada Tok&Stok foi avaliado a valor justo em 31 de outubro de 2024, chegando em uma mais-valia de R\$ 33.081 (R\$ 20.216 ponderada pela participação societária atribuído à controladores).

ii) Custos Subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do Grupo são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias	5 a 10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Estruturas	5 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Equipamentos de telefonia	5 anos
Pallets	3 anos

Um item imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Provisão para Redução do Valor Recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado, caso aplicável.

Ativos financeiros

O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível.

Ao reavaliar um ativo, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço adicional. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo e na avaliação de crédito informada.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

i) Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

j) Tributos

i) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e geram receita tributável.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, exceto:

- Quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando:

- Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

iii) Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas; e

- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

k) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia mantém saldos de fornecedores “confirming” (operações de risco-sacado), decorrente de transações da Companhia e seus fornecedores de produtos para revenda, para atender aos interesses mútuos no que tange a liquidez e gestão de capital.

Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras.

Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação.

Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor.

l) Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos;
- Despesa de juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ajuste a valor presente (calculado pelas receitas de revenda e correspondentes custos das mercadorias vendidas, utilizando a taxa SELIC);

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método da taxa de juros efetiva. O Grupo classifica os juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

m) Ativos Intangíveis e ágio

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

São gastos de desenvolvimento de plataforma e-Commerce (desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites), e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os custos com marcas e patentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível do Grupo são as seguintes:

Softwares - Gerados internamente	3 a 7 anos
Decorado	3 anos
Softwares- adquiridos de terceiros	5 anos

n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar ao final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

i) Provisões de estoque

- Baixo giro – a provisão abrange todo o estoque do Grupo, e aplica um percentual de perda de acordo com a sua última movimentação.
- Obsolescência – é aplicado um range de provisão a todos os itens de estoque com avarias, estas avarias são classificadas de acordo com o grau de recuperabilidade na venda do bem.
- Perda de inventário – para formular esta provisão é utilizada a base histórica de acordo com o volume transitado nos inventários do Grupo
- Provisão de estoque em retorno – quando há uma devolução de mercadoria, durante o transporte do item do cliente até o centro de distribuição há um risco de avaria, com base em dados históricos é constituída uma provisão para todos os itens nessa condição.
- Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques – custo por redução ao valor recuperável. Avaliação de margem negativa de realização dos estoques sendo líquida de impostos, custos e despesas comerciais, na data base de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Para todos os itens que tiverem margem negativa foi constituída provisão.

o) Acordo de Risco Sacado

Durante os exercícios de 2025 e 2024, o Grupo estabeleceu contratos de risco sacado com diferentes instituições financeiras, por iniciativa exclusiva de determinados fornecedores, mantendo inalteradas as condições comerciais originalmente definidas (prazos de pagamento e preços negociados). Nesse contexto, a operação de risco sacado refere-se à negociação do grupo Toky com fornecedores para aquisição de bens ou serviços, com prazos de pagamento previamente acordados (90 ou 120 dias).

Os valores são registrados no financeiro como títulos a pagar, conforme os vencimentos contratuais. A solicitação de antecipação pelo fornecedor se dá por necessidade de capital de giro na qual solicita ao grupo Toky a antecipação do pagamento de uma ou mais faturas. Com isso, a Toky consulta os bancos parceiros para obter a melhor taxa de antecipação para o fornecedor, após fechar a negociação com o banco, a antecipação é autorizada.

O pagamento antecipado é efetuado pelo banco para o fornecedor já deduzindo a taxa de antecipação acordada. A manutenção do prazo e pagamento final é mantida, sem alavancagem, então no vencimento do título a Toky pagará ao banco o valor integral da nota fiscal sem alterações no custo original da mercadoria comprada. O pagamento ao banco ocorre exatamente como se estivesse pagando ao fornecedor.

No momento do pagamento ao banco a conta contábil do título é reclassificada saindo do grupo de “fornecedores” para a conta específica de “risco sacado”, permitindo um melhor controle financeiro e visibilidade nas demonstrações contábeis. Em resumo, o vencimento original do título é preservado, sem reconhecimento de novas dívidas, sendo os custos financeiros da antecipação (juros e encargos) arcados pelo fornecedor, então para a Toky não há alteração no fluxo operacional.

p) Receitas

As receitas são reconhecidas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de cinco passos: **(1)** Identificação de contratos com os clientes; **(2)** identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; **(3)** determinação do preço da transação; **(4)** alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos; e **(5)** reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho.

i) Principais fontes de Receitas

Receita de Revenda de Mercadoria Webshop (Venda no site)

A receita de vendas de produtos Webshop surge da venda online por meio dos sites Mobly.com.br e Tokstok.com.br, e apresenta o maior volume da receita do Grupo. A receita é reconhecida quando a mercadoria é entregue ao cliente. Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, a receita é reconhecida na medida em que é altamente provável que não ocorra uma reversão material no valor da receita acumulada reconhecida. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos retornos esperados, que são estimados com base em dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de reembolso e um direito de recuperar ativos de mercadorias devolvidas são reconhecidos. O Grupo reconhece a receita de vendas de produtos em uma base bruta, uma vez que atua como principal e como tal, tem a responsabilidade primária de cumprir os pedidos, arcar com o risco de estoque e tem discricão em estabelecer preços dos seus produtos.

Receita de Revenda Mercadoria (Loja Física)

A receita de vendas de produtos off-line surge de compras efetuadas diretamente nas lojas físicas do Grupo com a modalidade de vendas diretas com retirada imediata ou com entrega posterior. A receita é reconhecida quando a mercadoria é entregue e/ou aceita pelos clientes. Assim como nas categorias acima o Grupo atua como principal e tem a responsabilidade pela entrega dos seus produtos.

Receita de Revenda Marketplace

O Grupo realiza vendas de seus produtos em sites de terceiros, (MAGAZINE LUIZA, B2W, VIA VAREJO, MERCADO LIVRE, AMAZON, CARREFOUR, LEROY MERLIN, CASA&VIDEO). Assim como a receita de venda de produtos webshop, o Grupo reconhece a receita da venda de produtos por meio de marketplace quando a propriedade do produto é transferida para o cliente. O Grupo atua como principal e como tal, tem a responsabilidade primária de cumprir a entrega dos pedidos, arcar com o risco de estoque e tem discricão em estabelecer preços.

Receita de Serviços

O Grupo gera receita a partir de site próprio por meio de comissão quando terceiros vendem seus produtos na plataforma. O Grupo reconhece a receita em uma base líquida, porque atua como agente e não tem a responsabilidade primária pelo cumprimento dos pedidos, não assume o risco de estoque ou tem discricão em estabelecimento de preços.

O Grupo também gera receita com prestação indireta de serviços de transportes por meio de contratação e subcontratação. O Grupo reconhece a receita em uma base líquida porque atua como agente e contrata outros transportadores para execução do serviço, e eles são responsáveis pela entrega das cargas ou ressarcimento em casos de extravios, avarias total e parcial.

q) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro real tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro real tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Eventuais antecipações de impostos ao longo do ano e que não se confirmam como devidas ao final do ano estão representadas no ativo circulante e não circulante em função de sua expectativa de recuperação. O Grupo não constituiu ativos fiscais diferidos, pois não é provável a existência de lucros tributáveis no curto prazo para que o Grupo possa utilizar seus benefícios

r) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pelo Grupo decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

s) Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho, é a diretoria do Grupo.

Com base na estrutura de gestão e no processo de tomada de decisão, a Administração concluiu que o Grupo como um único segmento operacional e reportável. O desempenho do Grupo é avaliado de forma consolidada, sendo que a informação desagregada é monitorada internamente apenas ao nível de receita, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 30. Não há análise interna recorrente de margens ou resultados por segmento.

As informações relativas à receita, aos resultados e aos ativos do segmento reportável podem ser verificadas diretamente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas neste conjunto de demonstrações contábeis.

t) Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a sua contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

No caso de subarrendamentos, em que o Grupo subarrenda ativos tomados em arrendamento, o Grupo atua como arrendador intermediário. A classificação do subarrendamento como financeiro ou operacional é realizada com base no ativo de direito de uso associado ao arrendamento principal, conforme o CPC 06 (R2). Os subarrendamentos classificados como operacionais resultam no reconhecimento linear das receitas ao longo do prazo contratual, mantendo-se o reconhecimento e a depreciação do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento do contrato principal.

4) Novas práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em, ou a partir de 1º de janeiro de 2025

A Administração adotou, a partir de 1º de janeiro de 2025, os pronunciamentos novos ou revisados emitidos pelo IASB e pelos órgãos reguladores locais aplicáveis à Companhia. A adoção dessas normas não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Dentre os pronunciamentos adotados no período, destaca-se:

- **Alterações na IAS 21/NBC TG 02 (R3):** Efeito das mudanças nas taxas de câmbio – introduzem requisitos adicionais de divulgação quando uma moeda não é cambialmente conversível. Essas alterações não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo;

Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

Os pronunciamentos e interpretações novos ou revisados abaixo foram emitidos, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2025. A Administração avaliou os possíveis impactos dessas normas e, com base no entendimento atual, não espera efeitos significativos na mensuração e reconhecimento dos saldos, podendo haver impactos relacionados à apresentação e à divulgação das informações financeiras quando de sua adoção:

- **Alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3) e IFRS 9 / NBC TG 48:** Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IFRS 9/NBC TG 48: Instrumentos Financeiros – introduzem esclarecimentos relacionados à classificação e ao desreconhecimento de instrumentos financeiros, bem como requerimentos adicionais de divulgação, incluindo aqueles associados a características ESG. Essas alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.;
- **Implementação da IFRS 18:** Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras – Substitui o IAS 1 (NBC TG 26) e estabelece novos requerimentos relacionados à apresentação da demonstração do resultado, incluindo subtópicos padronizados e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Administração encontra-se avaliando os impactos dessa norma, os quais deverão se concentrar, principalmente, em aspectos de apresentação e divulgação.

Reforma tributária no Brasil: Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de no 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de no 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: (i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) para a esfera federal e a ampliação da incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar no 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira. O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, terá início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	105	62	5.586	4.978
Aplicações financeiras	4	1	25.132	18.058
Total	109	63	30.718	23.036

O Grupo possui aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e em operações compromissadas em bancos de primeira linha, à taxa média ponderada equivalente a 95,32% dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) (93,7% em 31 de dezembro de 2024), podendo ser resgatados a qualquer momento com o próprio órgão emissor do instrumento financeiro sem perda da remuneração contratada.

A exposição do Grupo aos riscos de mudança nas taxas de juros e a análise de sensibilidade referente aos ativos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 31.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a receber – marketplace	67.020	41.336
Títulos a receber - adquirentes (i)	28.337	74.540
Títulos a receber – boletos	1.245	7.761
Títulos a receber – PIX	287	674
Títulos a receber – outros	7.211	8.539
Títulos a receber - Cartão Mobly	3.802	9.416
Total contas a receber	107.902	142.266
Perda de crédito esperada	(1.015)	(3.309)
Total	106.887	138.957

(i) O Grupo antecipou os recebíveis de cartão de crédito por meio dos adquirentes: Adyen, Cielo, GetNet e Banco Daycoval. Os recebíveis foram parcialmente antecipados de adquirentes em uma média mensal de R\$ 83.500 em 2025 (média mensal de R\$ 34.202 em 2024), conforme a necessidade de liquidez de curto prazo. A taxa média ponderada de antecipação foi de 116,15% do CDI em 2025 (117% do CDI em 2024), e o impacto no resultado no exercício de 2025 foi de R\$ 48.378, (R\$ 4.930 em 2024), e está explicitado na linha “juros sobre antecipação de recebíveis” na Nota Explicativa no 27.

Os valores representam os recebíveis com a administradora de cartões de crédito e vendas por meio de parceiros (marketplace). Os valores são apresentados líquidos de taxas da administração e dos recursos antecipados pelos cartões.

A análise do vencimento dos títulos a receber de clientes é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a vencer	106.088	135.555
Vencidos		
até 30 dias	1.280	1.039
acima de 30 e menor que 60 dias	496	765
acima de 60 dias	38	4.907
Perda de crédito esperada	(1.015)	(3.309)
Total	106.887	138.957

A administração julga suficiente a provisão constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber de clientes do Grupo.

Provisões para perda de crédito esperada

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	(3.309)	(1.154)
Combinação de negócios	-	(2.483)
Adições, líquida de reversões	(53)	328
Baixas (i)	2.347	-
Total	(1.015)	(3.309)

(i) As baixas dizem respeito a títulos vencidos há mais de 360 dias, os quais o Grupo entende não haver possibilidade de recebimento seja devido à saúde financeira do cliente ou por outros fatores como tentativas exauridas de cobrança. As provisões foram baixadas de acordo com as baixas dos respectivos títulos vencidos.

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria para revenda	182.952	187.106
Matérias-primas	19.329	19.151
Estoques faturados e não entregues	11.960	7.195
Mais valia de estoques (i)	-	22.608
Estoques em trânsito	15.384	15.242
Mercadorias em poder de terceiros	6.186	12.833
Material de uso e consumo	2.478	3.549
Outros	1.095	4.346
Total	239.384	272.030

(i) O saldo de mais-valia de estoques reconhecido na data da aquisição foi integralmente apropriado ao resultado ao longo do exercício de 2025, em decorrência da realização das vendas dos respectivos itens. Dessa forma, todos os produtos objeto de reavaliação na aquisição da Tok&Stok pela Mobly já foram comercializados até a data-base.

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido, já deduzidos na composição acima, no montante de R\$ 20.411 em 31 de dezembro de 2025 (R\$42.462 em 31 de dezembro de 2024). Essa redução foi reconhecida como custo dos produtos vendidos.

As provisões para realização de estoques se encontram a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	(42.462)	(5.221)
Combinação de negócios	-	(30.332)
Adições	(4.745)	(10.350)
Baixas (i)	28.234	3.441
Total	(18.973)	(42.462)

(i) Após análise e revisão dos estoques obsoletos foi identificado que parte dos itens do estoque estava impróprio para venda e/ou revenda a terceiros, o que resultou na baixa do montante como redução da provisão anteriormente constituída.

8. Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	130.190	158.110	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.421	-	5.576	3.636
Adiantamentos de importação	-	-	1.624	2.362
Depósito caução	-	-	1.077	1.519
Ressarcimento transportes	-	-	4.331	7.699
Adiantamentos para aquisição de imobilizados	-	-	-	174
Bens recebidos de terceiros em comodato	-	-	3.702	1.501
Outros créditos	-	2.030	1.804	7.695
Adiantamentos folha e benefícios	117	140	2.479	4.353
Seguros pagos antecipadamente	-	-	4.807	4.141

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Subarrendamentos (i)	-	-	-	4.751
Aluguel antecipado	-	-	-	565
Total	131.728	160.280	25.401	38.396
Circulante	131.728	160.267	22.365	33.454
Não circulante	-	13	3.036	4.941

(i) Saldo refere-se aos subarrendamentos de parte da Loja Villa-Lobos localizada em São Paulo – SP (arrendado até maio de 2031) (Nota Explicativa nº 21).

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recuperar (iii)	-	965	144.200	101.265
PIS a recuperar (i)	-	-	25.926	46.608
Cofins a recuperar (i)	-	-	104.715	192.459
IPI a recuperar	-	-	1.401	1.482
IRRF sobre aplicações	4.768	5.457	8.576	7.865
Outros créditos	1.065	-	3.793	4.634
INSS a Recuperar	-	-	37.160	34.729
Total	5.833	6.422	325.771	389.043
Circulante	5.833	6.422	185.696	229.809
Não circulante (ii)	-	-	140.075	159.234

(i) A Tok&Stok possui créditos de PIS e Cofins oriundos de ação judicial que transitou em julgado referente a “Tese do século” (Exclusão do ICMS da Base de cálculo de PIS e Cofins). Esse montante representa R\$ 170.001 do saldo destacado, onde R\$ 149.839 deste montante foi convertido em cotas subordinadas de FIDC e realocados para o grupo de investimentos, conforme Nota Explicativa no 10.1

(ii) Os saldos relevantes do não circulante são compostos por ICMS no valor de R\$ 83.720 e INSS no valor de R\$ 37.160.

(iii) O aumento do saldo de ICMS a recuperar decorre do êxito em processos judiciais nos quais a Companhia discutia a legalidade da cobrança do DIFAL nos períodos de 2016 a 2020. Com o trânsito em julgado de parte dessas ações ao longo de 2025, a Companhia reconheceu os respectivos créditos, os quais serão utilizados para compensação com débitos tributários futuros.

A expectativa de realização dos créditos tributários de ICMS, PIS e Cofins segue:

Ano	ICMS	PIS e COFINS
2026	59.533	116.020
2027	57.923	14.621
2028 em diante	26.744	-
Total	144.200	130.641

10. Partes relacionadas

Os saldos ativos e passivos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, relativos às operações com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

Companhia	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
	Ativo (i)	Ativo (i)
Conta corrente (i)		
Mobly Comércio Varejista Ltda.	102.697	130.619
Mobly Hub Transportadora Ltda.	26.117	26.115
Mobly Tech Ltda.	1.376	1.375
Total	130.190	158.109
Mútuo		
Estok Comércio e Representações S.A. (ii)	157.480	-
Total	287.670	158.109

(i) Os montantes em 31 de dezembro de 2025 referem-se a saldos transferidos para a Mobly Comércio Varejista Ltda., Mobly Hub Transportadora Ltda, Mobly Tech Ltda, e Mobly Comércio Atacadista, por meio de contrato de conta corrente entre as partes, com vencimento previsto para 03 de outubro de 2026. Não há incidência de juros (Nota Explicativa nº 8);

(ii) Conforme Nota Explicativa no 16, na sessão de debêntures privadas.

10.1. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram registrados, a título de remuneração a diretores e administradores, os montantes relacionados a seguir:

Remuneração por grupo de conta:

Remuneração	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração	922	7.553	1.221	7.089
Encargos sociais	233	704	136	704
Total	1.155	8.257	1.357	7.793

Remuneração	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração	922	16.465	1.221	15.765
Encargos sociais	233	1.055	136	817
Total	1.155	17.520	1.357	16.582

Programa de opção de compra de ações

(i) Programa de opção de compra de ações (liquidável em ações)

a) Descrição dos acordos de programa de opção de compra de ações

Em 03 de dezembro de 2020 e em 30 de abril de 2025 o Grupo estabeleceu programas de opção de compra de ações, que dão direito ao pessoal-chave da administração e à alta administração a compra de ações na Companhia.

Em 1º de Abril de 2021, em 14 de junho de 2022, em 12 de maio de 2023 e em 14 de agosto de 2024 e em 27 de maio de 2025 foram realizadas outorgas destas opções ao pessoal-chave da administração e à alta administração. De acordo com o programa, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações após seu vesting e o período de espera de 3 anos.

Data da outorga/beneficiários	Número de ações (em unidades)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
Outorga de opções para pessoal - chave da Administração			
Em 1º de abril de 2021	220.039	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de junho de 2022	519.000	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 12 de maio de 2023	461.000	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de agosto de 2024	385.000	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 27 de maio de 2025	940.000	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Outorga de opções para alta Administração			
Em 1º de abril de 2021	798.675	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de junho de 2022	479.205	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 12 de maio de 2023	638.999	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de agosto de 2024	750.379	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 27 de maio de 2025	4.603.629	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Total de opções de ações	9.795.926		

b) Mensuração de valor justo

O modelo de Black-Scholes foi utilizado para a valoração do valor justo da opção e seu registro no resultado. Foram consideradas as premissas de volatilidade, taxa de juros livre de risco, prêmio estimado entre outros. Foi utilizada a volatilidade com base no índice do Ibovespa e de ações de empresas com modelos de negócios similares, e com maiores históricos de negociação. As premissas, assim como as despesas reconhecidas no resultado estão apresentadas conforme quadro a seguir.

	Programa de opção de compra de ações			
	Pessoal-chave da Administração	Alta administração	Pessoal-chave da Administração	Alta administração
	2025	2025	2024	2024
Valor justo na data de outorga	1,03	1,03	1,31	1,31
Preço de exercício	1,47	1,47	2,69	2,69
Volatilidade esperada (média ponderada)	52,54%	52,54%	55,72%	55,72%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses
Dividendos esperados	-	-	-	-

c) Conciliação das opções de ações em circulação

As opções de ações em circulação estão resumidas a seguir:

Opções de ações em circulação (em unidades):	Número de opções de ações em circulação	Média ponderada do preço do período
Existentes em 1º de janeiro de 2024	3.775.767	8,11
Perdidas durante o período	(352.819)	5,79
Outorgadas durante o período	1.250.379	2,69
Existentes em 31 de dezembro de 2024	4.673.327	6,84
Existentes em 1º de janeiro de 2025	4.673.327	6,84
Perdidas durante o período	(471.030)	4,33
Outorgadas durante o período	5.593.629	1,47
Existentes em 31 de dezembro de 2025	9.795.926	3,64

Não houve opções exercidas durante os períodos de 2025 e 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As opções de compra de ações podem ser exercidas em caso de desligamento do profissional da Companhia e após cumprido o período de *vesting*.

d) Despesas reconhecidas no resultado

As despesas provenientes de transações do programa baseado em ações foram reconhecidas no resultado como despesas gerais e administrativas (Nota Explicativa nº 26.b) conforme montantes demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesa proveniente de transações de pagamento com base em ações	1.414	3.546	1.414	3.546

11. Investimentos e provisão para perdas em investimentos - controladora

Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações contábeis individuais, é como segue:

Em 31 de dezembro de 2025

Movimentação	Saldo inicial	Transações de pagamento baseado em ações	Adição de investimento	Equivalência patrimonial (i)	Amortização/ Realização das mais valias (Líquidas de IR/CS Diferidos)	Outros	Saldo Final
Mobly Comércio Varejista Ltda.	300.617	94	25.369	11.031	-	-	337.111
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(65.394)	(290)	-	(8.658)	-	-	(74.342)
Mobly Tech Ltda.	(15.851)	33	-	(4.206)	-	-	(20.024)
Mobly Atacadista	214	-	-	(3.250)	-	-	(3.036)
Estok Comercio e Representações S.A	(242)	25	-	(62.121)	(6.804)	(2.888)	(72.030)
Total	219.344	(138)	25.369	(67.204)	(6.804)	(2.888)	167.679

Em 31 de dezembro de 2024

Movimentação	Saldo inicial	Transações de pagamento baseado em ações	Aquisição de investimento	Mais valia líquidas de IR gerada na aquisição	Valor justos dos ativos líquidos de impostos e ajustes	Equivalência patrimonial (i)	Amortização/ Realização das mais valias	Saldo final
Mobly Comércio Varejista Ltda.	354.797	(120)	-	-	-	(54.060)	-	300.617
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(47.106)	(5)	-	-	-	(18.283)	-	(65.394)
Mobly Tech Ltda.	(10.594)	25	-	-	-	(5.282)	-	(15.851)
Mobly Atacadista	-	-	-	-	-	214	-	214
Estok Comercio e Representações S.A (i)	-	-	272.583	88.691	(323.773)	(23.694)	(14.049)	(242)
Total	297.097	(100)	272.583	88.691	(323.773)	(101.105)	(14.049)	219.344

(i) Os valores são referentes a 2 meses de movimentação, ou seja, o período após a aquisição.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações de controladas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado de controladas é como segue:

Em 31 de dezembro de 2025

Controladas	Participação		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício
	Quotas / Ações	%	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100%	226.864	486.254	303.723	72.259	337.138	489.401	11.031
Mobly Hub Transportadora Ltda.	1	100%	32.343	183	106.262	654	(74.390)	24.117	(8.658)
Mobly Tech Ltda.	1	100%	37	450	20.495	-	(20.008)	4.247	(4.206)
Mobly Atacadista	1	100%	38.154	02	41.192	-	(3.036)	90.143	(3.250)
Estok Comercio e Representações S.A	164.682	61,11%	376.403	514.702	482.095	1.083.391	(674.383)	964.064	(101.654)

Em 31 de dezembro de 2024

Controladas	Participação		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício
	Quotas / Ações	%	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100%	295.486	377.891	246.729	126.005	300.643	583.363	(54.060)
Mobly Hub Transportadora Ltda.	1	100%	6.643	21.218	86.726	53	(40.632)	15.277	(18.283)
Mobly Tech Ltda.	1	100%	65	14.161	30.061	0	(10.553)	1.603	(5.282)
Mobly Atacadista	1	100%	10.251	0	10.037	0	0	5.452	214
Estok Comercio e Representações S.A	164.682	61,11%	354.014	598.585	460.578	1.064.775	(572.756)	210.954	(38.596)

11.1. Outros ativos financeiros a valor justo

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em cotas subordinadas de FIDC	115.840	-
Ajuste a valor justo do FIDC (Nota Explicativa no 27)	(11.469)	-
Total	104.371	-
Circulante	-	-
Não circulante	104.371	-

Em 02 de junho de 2025, a Estok Comércio e Representações S.A. realizou operação estruturada por meio da integralização de cotas subordinadas do FIDC ST 1019.A – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), mediante cessão de direitos creditórios decorrentes de decisão judicial transitada em julgado (“Claim Estok”), no valor de R\$ 149.840 (vide Nota Explicativa nº 8). Simultaneamente, um investidor institucional subscreveu cotas seniores no valor de R\$ 35.000 (sendo R\$ 34.000 recebidos em caixa e R\$ 1.000 mantido no fundo), integralizadas em moeda corrente nacional. O objetivo econômico da operação é monetizar créditos judiciais, garantindo ao investidor sênior prioridade no recebimento por meio de cláusula de remuneração contratual e opção de recompra das cotas subordinadas por valor simbólico em eventos específicos.

O investimento em cotas subordinadas está classificado como ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em razão da natureza residual dos fluxos e da ausência de características que atendam ao teste SPPI (somente principal e juros).

A Companhia não consolida o FIDC, nos termos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, pois não detém poder sobre as atividades relevantes nem capacidade de direcionar retornos variáveis.

A mensuração do investimento é realizada pelo valor justo classificado no Nível 3 da hierarquia de valor justo, conforme CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, em razão do uso de premissas relevantes não observáveis, especialmente relacionadas ao horizonte de liquidação do precatório e às taxas de desconto aplicáveis. O valor justo representa o preço de saída que seria praticado em transação ordenada entre participantes de mercado na data-base.

A mensuração utiliza técnica de fluxo de caixa descontado, considerando a atualização do ativo subjacente pela taxa Selic, a dedução do valor devido às cotas seniores (remuneradas a CDI acrescido de 12,5% ao ano) e o desconto do valor residual pela taxa de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil do investimento, após amortização parcial de R\$ 34.000, era de R\$ 115.840, enquanto o valor justo estimado, com base no cenário considerado mais provável pela administração, era de R\$ 103.371, resultando em ajuste negativo de R\$ 11.469. A Companhia reconheceu a variação no valor justo no resultado do período, conforme o CPC 48.

A administração revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração, incluindo horizonte de liquidação do precatório e taxas de desconto, considerando fatores como execução orçamentária federal e alterações nas condições de mercado. A operação envolve riscos, entre os quais se destacam: (i) risco de prazo, pois eventual alongamento do horizonte de liquidação reduz o valor justo da cota subordinada; (ii) risco de taxa, dado que elevação da Selic ou do CDI aumenta o custo da cota sênior e o desconto aplicado ao fluxo residual; e (iii) risco contratual, decorrente da existência de cláusula de recompra das cotas subordinadas por valor simbólico em determinadas condições. A estrutura contratual também prevê cláusula de remuneração adicional que assegura ao cotista sênior retorno mínimo equivalente a duas vezes o capital investido (R\$ 70 milhões), caso a liquidação do ativo ocorra em prazo inferior a 2,8 anos. A administração considera a ocorrência desse evento como remota, tendo em vista os prazos orçamentários aplicáveis à execução de precatórios federais. Além disso, a estrutura prevê obrigação contratual da Companhia de realizar aportes adicionais caso ocorra redução do valor do crédito cedido ou decisão judicial que inviabilize a restituição via precatório, de forma a recompor a estrutura e assegurar a remuneração mínima das cotas seniores. Essa obrigação é avaliada nos termos do CPC 25, sendo reconhecida como provisão quando houver probabilidade de perda e mensuração confiável, ou divulgada como passivo contingente quando aplicável.

A movimentação dos outros ativos financeiros a valor justo, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado
Investimento inicial em cotas subordinadas de FIDC	149.840
Resgate de cotas	(34.000)
Ajuste a valor justo (Nota Explicativa no 27)	(11.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	104.371

Para fins de transparência, a administração apresenta a seguir a sensibilidade do valor justo do investimento em função de diferentes horizontes de liquidação:

Cenário	Valor Justo (R\$)	Ajuste frente ao valor contábil (R\$)
3 anos	101.891	(11.469)
4 anos	96.511	(18.328)
6 anos	83.786	(31.054)

A Companhia continuará monitorando as condições contratuais e de mercado, bem como a evolução do processo judicial subjacente, para assegurar que a mensuração do investimento reflita adequadamente o valor justo, conforme CPC 46 e as exigências de divulgação previstas no CPC 48 e na regulamentação da CVM.

12. Imobilizado

Composição do imobilizado

	Consolidado			
	Custo	Depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Benfeitorias	213.882	(162.973)	50.909	70.237
Equipamentos de Informática	49.113	(44.467)	4.646	8.399
Estruturas/Instalações	114.846	(80.772)	34.074	42.605
Móveis e Utensílios	51.855	(33.439)	18.416	22.608
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.121	(18.888)	12.233	14.386
Pallets	2.838	(2.821)	17	21
Veículos	1.181	(1.181)	-	688
Equipamentos de telefonia	5.265	(2.983)	2.282	1.333
Terrenos	57.126	(415)	56.711	22.468
Imóveis	3.176	(1.810)	1.366	2.022
Total	530.403	(349.749)	180.654	184.767

A movimentação do custo ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Benfeitorias	206.061	11.624	(3.803)	213.882
Equipamentos de informática	49.196	291	(374)	49.113
Estruturas/Instalações	114.416	1.241	(811)	114.846
Móveis e utensílios	51.529	401	(75)	51.855
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.040	584	(503)	31.121
Pallets	3.125	-	(287)	2.838
Veículos	1.922	-	(741)	1.181
Equipamentos de telefonia	5.180	85	-	5.265
Terrenos (i)	22.723	34.403	-	57.126
Imóveis	3.176	-	-	3.176
Total	488.368	48.629	(6.594)	530.403

O Grupo celebrou em 15 de agosto de 2025 Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária para aquisição de um imóvel comercial situado na cidade de São Paulo/SP, à Rua Henrique da Cunha, nº 68, esquina com a Avenida Rebouças e fundos para a Rua Pedro Leão. O imóvel possui área total de 2.587,17 m² e estava ocupado pela Companhia desde 1987 sob regime de locação.

A movimentação da depreciação ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado				
	01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Benfeitorias	(135.824)	(30.952)	3.803	-	(162.973)
Equipamentos de informática	(40.797)	(4.035)	365	-	(44.467)
Estruturas	(71.811)	(9.768)	807	-	(80.772)
Móveis e utensílios	(28.921)	(4.523)	5	-	(33.439)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(16.654)	(2.576)	342	-	(18.888)
Pallets	(3.104)	(19)	302	-	(2.821)
Veículos	(1.234)	(317)	370	-	(1.181)
Equipamento de telefonia	(3.847)	(312)	1.176	-	(2.983)
Terrenos (i)	(255)	(160)	-	-	(415)
Imóveis	(1.154)	(656)	-	-	(1.810)
Total	(303.601)	(53.318)	7.170	-	(349.749)

(i) O saldo na linha de terrenos corresponde à amortização da mais-valia registrada.

A movimentação custo ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado				
	01/01/2024	Adições	Baixas	Combinação de negócios	31/12/2024
Benfeitorias	69.040	24.770	(2.497)	114.748	206.061
Equipamentos de informática	16.555	352	(432)	32.721	49.196
Estruturas	20.041	775	(1.890)	95.490	114.416
Móveis e utensílios	8.812	(285)	(85)	43.087	51.529
Máquinas, equipamentos e ferramentas	4.599	2.893	(47)	23.595	31.040
Pallets	3.215	5	(95)	-	3.125
Veículos (i)	4.399	6	(3.041)	558	1.922
Equipamentos de telefonia	475	185	(32)	4.552	5.180
Terrenos	-	-	-	22.723	22.723
Imóveis	-	246	-	2.930	3.176
Total	127.136	28.947	(8.119)	340.404	488.368

(i) Os veículos baixados até o período findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se à venda de caminhões para terceiros.

A movimentação da depreciação ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado				
	01/01/2024	Adições	Baixas	Combinação de negócios	31/12/2024
Benfeitorias	(30.785)	(42.288)	3.863	(66.614)	(135.824)
Equipamentos de informática	(9.872)	(3.297)	418	(28.046)	(40.797)
Estruturas	(13.243)	(5.740)	2.475	(55.303)	(71.811)
Móveis e utensílios	(2.209)	(2.193)	644	(25.163)	(28.921)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(1.172)	(1.047)	223	(14.658)	(16.654)
Pallets	(2.716)	(483)	95	-	(3.104)
Veículos	(1.880)	(177)	1.378	(555)	(1.234)
Equipamentos de telefonia	(313)	(190)	63	(3.407)	(3.847)
Terrenos	-	-	-	(255)	(255)
Edifícios	-	(19)	9	(1.144)	(1.154)
Total	(62.190)	(55.434)	9.168	(195.145)	(303.601)

O Grupo analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais indícios estejam presentes, o valor recuperável do ativo é estimado, e caso ele seja menor do que o valor residual contábil do ativo, é reconhecida redução de seu saldo contábil.

A Companhia efetuou testes de impairment do ativo imobilizado do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por impairment.

A administração considera todo o ativo imobilizado e intangível como uma única unidade geradora de caixa (UGC), devido a operação de vendas e-commerce e em lojas físicas por utilizarem da mesma estrutura operacional.

As premissas para projeções de fluxo de caixa futuro baseiam-se no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em informações comparáveis de mercado, como taxa de inflação esperada e taxa de crescimento da receita, e representam as melhores estimativas da Administração sobre as condições econômicas que existirão durante a vida útil desses ativos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa de custo de capital de 19,1% em 31 de dezembro de 2025 (17,4% em 31 de dezembro de 2024).

O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil nos períodos testados e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida.

13. Intangível

Composição do intangível

	Consolidado			
	Custo	Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Ágio (goodwill)	275.121	-	275.121	272.583
Softwares - gerados internamente	39.018	(13.183)	25.835	16.761
Softwares - gerados int. em desenv.	13.689	-	13.689	22.296
Decorado - modelos para o site (i)	13.994	(13.680)	314	800
Marcas e patentes	121.752	(6.696)	115.056	121.752
Softwares - adquiridos de terceiros	150.467	(106.354)	44.113	51.323
Direito de Imagens	5.411	(5.401)	10	260
Ponto Comercial	1.264	-	1.264	245
Intangível em Andamento	5.386	-	5.386	20.079
Total	626.102	(145.314)	480.788	506.099

A movimentação do custo intangível ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado				
	01/01/2025	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2025
Ágio (goodwill)	272.582	2.539	-	-	275.121
Softwares - gerados internamente	64.532	-	17.595	(43.109)	39.018
Softwares - gerados int. em desenv.	22.296	8.988	(17.595)	-	13.689
Decorado - modelos para o site (i)	13.994	-	-	-	13.994
Marcas e patentes	121.752	-	-	-	121.752
Softwares - adquiridos de terceiros	132.366	1.875	20.682	(4.456)	150.467
Direito de Imagens	5.411	-	-	-	5.411
Ponto Comercial	1.264	-	-	-	1.264
Intangível em Andamento	20.079	5.989	(20.682)	-	5.386
Total	654.276	19.391	-	(47.565)	626.102

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Softwares - gerados internamente	(47.770)	(8.522)	43.109	(13.183)
Decorado - modelos para o site (i)	(13.194)	(486)	-	(13.680)
Softwares - adquiridos de terceiros	(81.044)	(25.940)	630	(106.354)
Direito de Imagens	(5.152)	(249)	-	(5.401)
Ponto Comercial	(1.018)	(246)	1.264	-
Marcas e Patentes	-	(6.696)	-	(6.696)
Total	(148.178)	(42.139)	45.003	(145.314)

A movimentação do custo intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado				
	01/01/2024	Adições	Transferências	Combinação de negócios	31/12/2024
Ágio (goodwill)	-	-	-	272.583	272.583
Softwares - gerados internamente	57.352	-	7.180	-	64.532
Softwares - gerados int. em desenv.	17.510	11.966	(7.180)	-	22.296
Decorado - modelos para o site (i)	13.548	495	(49)	-	13.994
Marcas e patentes	60	-	-	121.692	121.752
Softwares - adquiridos de terceiros	11.097	931	(12)	120.350	132.366
Direito de Imagens	-	-	-	5.411	5.411
Ponto Comercial	-	-	-	1.264	1.264
Intangível em Andamento	-	1.841	-	18.238	20.079
Total	99.567	15.233	(61)	539.538	654.277

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado				31/12/2024
	01/01/2024	Adições	Baixas	Combinação de negócios	
Softwares - gerados internamente	(38.859)	(8.912)	-	-	(47.771)
Decorado - modelos para o site (i)	(12.185)	(1.009)	-	-	(13.194)
Softwares - adquiridos de terceiros	(5.837)	(8.884)	3.776	(70.098)	(81.044)
Direito de Imagens	-	(169)	84	(5.067)	(5.152)
Ponto Comercial	-	(16)	8	(1.010)	(1.018)
Total	(56.881)	(18.990)	3.868	(76.175)	(148.178)

(i) Decorado são modelos 3D utilizados na aplicação de realidade aumentada em nosso aplicativo.

Estes modelos são desenvolvidos por um parceiro especializado, elaborados em uma seleção de itens elencada pela Mobly produtos ou categorias, e são disponibilizados na plataforma da Mobly. Os modelos podem ser acessados por nossos clientes a fim de renderizar os produtos selecionados, que podem ser visualizados com a funcionalidade de realidade aumentada;

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 Reclassificado (i)
Fornecedores (i)	-	-	130.820	160.994
Serviços de Marketing	-	-	8.882	7.637
Frete	-	-	4.978	10.497
Fornecedores de Serviços	15.022	23.647	33.644	36.811
Importação em trânsito	-	-	5.115	15.223
Total	15.022	23.647	183.439	231.162
Circulante	15.022	15.097	183.439	222.612
Não Circulante	-	8.550	-	8.550

(i) O montante de R\$ 8.550 classificado no não circulante, foi reclassificado nesta demonstração financeira conforme Nota Explicativa nº 2.9.

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais do Grupo são fornecidas na tabela abaixo:

	Consolidado 31/12/2025
Valor contábil dos passivos financeiros	130.820
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias

14.1. Risco sacado

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Risco sacado	39.895	6.640
Total	39.895	6.640

O Grupo celebrou contratos de risco sacado durante os exercícios de 2024 e 2025 com instituições financeiras (bancos e fundos), com início da operação na Tok&Stok em 2025. Esses contratos foram disponibilizados aos fornecedores como uma alternativa para antecipação de recebíveis, especialmente em função dos prazos de pagamento praticados pelo Grupo, contribuindo para atender às necessidades de capital de giro desses parceiros.

A adesão ao programa ocorre por opção exclusiva dos fornecedores, sem alteração das condições comerciais originalmente negociadas, incluindo preços e prazos de pagamento.

No contexto dessas operações, apesar da participação das instituições financeiras no pagamento antecipado aos fornecedores, o risco de crédito das obrigações permanece substancialmente com o Grupo, uma vez que não há transferência do risco nem liberação da obrigação original junto ao fornecedor.

No âmbito das operações de risco sacado, não há concessão de garantias adicionais pelo Grupo às instituições financeiras, além da sua própria capacidade de crédito. Nessas operações, a análise de risco é realizada com base exclusivamente no risco de crédito do Grupo, na qualidade de devedor (sacado).

Dessa forma, os fornecedores não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento das obrigações em caso de eventual inadimplência, tampouco há coobrigação ou garantias prestadas por estes.

O programa de risco sacado é relevante para a manutenção da cadeia de fornecimento do Grupo, considerando que parte dos fornecedores não possui capacidade de financiar o capital de giro necessário para operar dentro dos prazos praticados. Nesse contexto, o programa se mostra mais eficiente do ponto de vista financeiro do que a antecipação direta dos pagamentos pelo Grupo com recursos próprios.

Os limites disponibilizados no âmbito do programa são periodicamente reavaliados pelas instituições financeiras, de acordo com suas políticas de crédito, podendo resultar em aumento ou redução da capacidade de financiamento. Contudo, tais reavaliações não implicam vencimento antecipado das obrigações do Grupo.

Os pagamentos realizados às instituições financeiras continuam sendo classificados como fluxos de caixa operacionais, uma vez que estão diretamente relacionados ao ciclo operacional do Grupo, representando pagamentos pela aquisição de mercadorias para revenda.

Ao final de 2025, a operação de risco sacado envolvia aproximadamente 69 fornecedores, o que representa cerca de 17,17% da base total de fornecedores do Grupo (estimada em aproximadamente 402 fornecedores). Em termos comparativos, o volume financeiro associado à operação totalizou R\$ 6,6 milhões sobre uma base de R\$ 231,2 milhões, resultando em um montante combinado de aproximadamente R\$ 237,8 milhões, sendo que a operação representa cerca de 2,8% desse total. Dessa forma, embora relevante sob a ótica operacional e de gestão de capital de giro, a operação ainda apresenta representatividade financeira limitada no contexto geral das obrigações do Grupo.

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais do Grupo são fornecidas na tabela abaixo:

	Consolidado 31/12/2025
Valor contábil dos passivos financeiros	39.895
Desconto financeiro aplicado pela antecipação com o banco (i)	-
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias

	Consolidado 31/12/2024
Valor contábil dos passivos financeiros	6.640
Desconto financeiro aplicado pela antecipação com o banco (i)	-
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias

(i) O Grupo não é responsável pelos juros decorrentes da antecipação do título junto ao banco. Esses encargos são de responsabilidade do próprio fornecedor que solicitou a antecipação via operação de risco sacado.

15. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos sociais a pagar (i)	16	176	16.806	21.575
Provisão de férias e décimo terceiro	-	-	14.396	26.604
Provisão para bônus	3.528	1.385	18.517	16.603
Outros	-	-	1.110	353
Total	3.544	1.561	50.829	65.135

(i) A variação em relação à 31 de dezembro de 2024 é decorrente das sinergias capturadas divulgadas, conforme NE 30.

16. Empréstimos e financiamentos

	Vencimento	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Plano de recuperação extrajudicial	-	-	357.833
Debêntures públicas	-	480.574	-
Debêntures privadas		944	-
Antecipação de recebíveis		25.840	
Total		507.358	357.833
Circulante (i)		25.840	-
Não circulante		481.518	357.833

(i) O saldo apresentado no passivo circulante refere-se à antecipação de recebíveis oriundos de operações de marketplace que, em função das características contratuais, a Companhia entende se enquadrar como operação de financiamento, não sendo, portanto, tratado como redução do saldo de contas a receber.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.2, em 08 de agosto de 2024, a Estok Comércio e Representações S.A. (“Tok&Stok”), com interveniência da Grupo Toky S.A. (anteriormente denominado Mobly S.A.) e suas controladas, celebrou com seus credores qualificados um Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), nos termos da Lei no 11.101/2005 (Lei de Recuperações e Falências), com o objetivo de reestruturar substancial parcela de seu endividamento financeiro não operacional.

Em 06 de novembro de 2024, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo proferiu sentença nos autos do processo nº 1127468-81.2024.8.26.0100, homologando o Plano de Recuperação Extrajudicial da Estok Comércio e Representações Ltda. (Tok&Stok), consolidando os efeitos da reestruturação previamente acordada com os credores.

O plano homologado resultou na emissão de debêntures simples, não conversíveis, de distribuição pública pela Tok&Stok, com vencimento em julho de 2031 (“debêntures públicas”), e na emissão de debêntures conversíveis em ações, de distribuição privada, pela Mobly, com vencimento em fevereiro de 2029 (“debêntures privadas”).

Essa operação configurou um instrumento de extinção e substituição de passivos, sendo refletida contabilmente na data de fechamento das subscrições das debêntures que ocorreu no primeiro trimestre de 2025, onde foi realizada a baixa do passivo original e o reconhecimento do novo passivo, conforme os termos estabelecidos nos instrumentos das debêntures. A diferença entre o valor contábil da obrigação extinta e o valor presente da nova obrigação, no montante de R\$ 124.139, foi reconhecida como despesa financeira no resultado desde o fechamento da transação. O montante de R\$ 101.415 foi reconhecido durante o exercício de 2025, atualizando o valor da dívida para o período em curso. Nas debêntures públicas os juros apropriados até 31 de dezembro de 2025 serão capitalizados e o saldo atualizado seguirá a amortização do principal.

Descrevemos a seguir as principais características dos instrumentos emitidos:

Debêntures públicas

Em julho de 2024 foi realizada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, registrada conforme a Resolução CVM 160. A operação foi formalizada pela Escritura de Emissão de Debêntures da Primeira Emissão da Tok&Stok, datada de 27 de julho de 2024, e posteriormente alterada por três aditamentos firmados em 22 de agosto 2024, 2 de outubro de 2024 e 24 de janeiro de 2025, que ajustaram os termos e condições da operação, incluindo aspectos de cronograma, garantias, e reorganização do fluxo de amortização.

A emissão teve como principal finalidade a substituição de passivos existentes perante credores financeiros que aderiram ao plano de recuperação extrajudicial homologado judicialmente. O valor total da emissão foi de R\$ 454.369, representado por 454.369 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,00.

No exercício de 2025, a Companhia realizou operação envolvendo a aquisição, com desconto, de parte das debêntures emitidas pela Tok&Stok e anteriormente detidas pela Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. (“Domus”), no contexto de sua estratégia de reestruturação financeira e otimização da estrutura de capital do Grupo.

A operação foi formalizada mediante cessão dos créditos detidos pela Domus, seguida da capitalização desses valores no capital social da Companhia, com a correspondente emissão de ações. Adicionalmente, realizados aditamentos à escritura de emissão das debêntures, no âmbito da reestruturação financeira da Companhia, os quais possibilitaram a liquidação parcial da obrigação mediante capitalização dos créditos e emissão de instrumentos patrimoniais, sem alteração da natureza original não conversível das debêntures.

No contexto da operação de recompra das debêntures anteriormente detidas pela Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda., a Companhia emitiu, adicionalmente às ações ordinárias, bônus de subscrição, conferindo ao seu titular o direito de subscrever ações adicionais da Companhia, conforme condições contratuais específicas.

Os bônus de subscrição foram estruturados com a finalidade exclusiva de proteção e equalização econômica, visando resguardar o terceiro contra eventual concessão futura de condições mais vantajosas a outros credores em operações relacionadas à renegociação, aquisição ou capitalização de dívidas remanescentes, funcionando, assim, como um mecanismo de proteção, e não como instrumento de remuneração adicional ou geração autônoma de retorno econômico.

O exercício dos bônus está condicionado à ocorrência de evento futuro específico, definido contratualmente como a realização de determinada operação societária relacionada a nova capitalização de dívida, em condições econômicas mais favoráveis do que aquelas pactuadas na transação original. Até a data base das demonstrações contábeis, não ocorreu, nem se encontrava em curso, qualquer evento que caracterizasse o atendimento das condições de exercício dos referidos bônus (e não é expectativa, da administração, de que qualquer evento desse tipo venha a ocorrer).

Com base:

- na natureza de proteção do instrumento;
- no controle do evento gatilho pela própria Companhia;
- na ausência de renegociações da dívida remanescente em condições mais vantajosas até a data base; e
- na avaliação da administração quanto à baixa probabilidade de exercício nas circunstâncias atuais.

Os bônus de subscrição foram considerados instrumentos de proteção, sem valor justo mensurável relevante na data base, não tendo sido reconhecidos contabilmente. A Companhia procederá à reavaliação desse entendimento caso ocorram, em períodos futuros, eventos que possam alterar as premissas consideradas ou acionar as condições contratuais de exercício.

Como consequência da operação, houve redução do endividamento consolidado do Grupo, em função da substituição de passivos financeiros por instrumentos patrimoniais, bem como fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, sem impacto em caixa.

Os créditos originalmente detidos pela Domus e posteriormente transferidos no âmbito da reorganização passaram a ser detidos pela Mobly Varejista Ltda., que passou a figurar como credora dos referidos valores, permanecendo a Tok&Stok como devedora dessas obrigações, sem alteração das condições econômicas substanciais originalmente pactuadas.

Os ativos financeiros decorrentes dessa operação foram reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da Mobly Varejista Ltda. como contas a receber de partes relacionadas, mensurados ao custo amortizado, conforme aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado das debêntures públicas era de R\$ 480.574 (R\$ 477.602 em 31 de dezembro de 2024).

As debêntures possuem vencimento final em 31 de julho de 2031, estando a amortização do principal programada para iniciar em janeiro de 2027, em 54 parcelas mensais e sucessivas. O pagamento do principal está sujeito a período de carência até 31 de dezembro de 2026.

Em relação à remuneração (juros), o contrato estabelece período de carência até 24 de dezembro de 2025, durante o qual os encargos financeiros são capitalizados e incorporados ao valor nominal das debêntures. A partir de janeiro de 2026, os juros passam a ser pagos mensalmente, conforme cronograma contratual. Os juros provisionados até 31 de dezembro de 2025 serão incorporados ao principal para fins de pagamento a partir de 2027. Os juros incorridos a partir de 2026 passaram a ser exigíveis a partir de maio de 2026, em decorrência da reprogramação do fluxo de pagamento aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2025 não há desembolso financeiro a título de remuneração, e até 31 de dezembro de 2026 não há desembolso a título de principal. Considerando tais condições contratuais, não se faz necessária a reclassificação de parte do saldo para o passivo circulante nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025. Os juros provisionados até 31 de dezembro de 2025 serão incorporados ao principal para início de pagamento a partir de 2027.

A remuneração das debêntures corresponde a 100% da Taxa DI Over de um dia, acrescida de spread de 2,00% ao ano, com capitalização exponencial e cálculo pro rata temporis. Os juros incidem sobre o saldo devedor atualizado do valor nominal unitário das debêntures.

A operação conta com garantias estruturadas em duas modalidades:

Garantia real, mediante alienação fiduciária de:

- Imóvel de titularidade da emissora, situado na Cidade de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, conforme registrado na Matrícula nº 1.073 do Único Serviço Notarial e Registral de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

Garantia fidejussória, por meio de fiança solidária prestada pelo Grupo Toky S.A. (anteriormente denominado Mobly S.A.) e suas controladas, abrangendo a totalidade das obrigações previstas na emissão.

Os debenturistas contam com mecanismos de proteção contratual (“*covenants*”) conforme demonstrados a seguir. Tais *covenants* permanecem válidos para as novas debêntures emitidas.

- Covenants de dívida líquida/EBITDA ajustado:

Medido anualmente, a partir de janeiro de 2026, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Covenants de dívida líquida/EBITDA ajustado
2026	10,4x
2027	6,4x
2028	4,5x
2029	3,4x
2030 em diante	2,6x

Valor máximo de dívida financeira líquida: medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Valor máximo de dívida financeira líquida
2025	R\$ 782 milhões
2026	R\$ 824 milhões
2027	R\$ 849 milhões
2028	R\$ 827 milhões
2029	R\$ 774 milhões
2030	R\$ 669 milhões
2031 em diante	R\$ 669 milhões corrigido pela taxa DI

Covenant de CapEx (repactuado): medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os valores a seguir:

Ano	CapEx máximo que pode ser desembolsado
2025	R\$ 48 milhões
2026	R\$ 48 milhões
2027	R\$ 50 milhões
2028	R\$ 51 milhões
2029	R\$ 55 milhões
2030	R\$ 57 milhões
2031 em diante	R\$ 57 milhões corrigido pela taxa DI

Adicionalmente, a escritura e os aditamentos estabelecem diversas hipóteses de vencimento antecipado, entre as quais se destacam:

- Descumprimento de obrigação de pagamento de qualquer parcela de principal, juros ou encargos;
- Descumprimento de obrigações acessórias, incluindo *covenants*, entrega de informações e manutenção de garantias;
- Deterioração relevante da situação financeira da emissora ou garantidores;
- Execução judicial ou extrajudicial contra a emissora, garantidores ou qualquer empresa do grupo, envolvendo valores superiores a determinado limite financeiro;
- Cancelamento, suspensão ou perda das garantias previstas na escritura;
- Default cruzado: inadimplemento de outras dívidas financeiras relevantes (inclusive bancárias);
- Mudança de controle da emissora ou dos garantidores sem prévia anuência dos debenturistas;
- Revogação ou não homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial;
- Incorporação, cisão ou fusão da emissora ou dos garantidores, que não tenham sido previamente aprovadas;
- Não observância de compromissos previstos nos aditamentos, incluindo a manutenção de garantias adicionais.

Debêntures privadas

Em janeiro de 2025 foi realizada a emissão de debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias de sua própria emissão, da espécie quirografia no montante total de R\$ 132.165, representadas por 132.165 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.

Essas debêntures foram emitidas como contraprestação pela cessão, à Companhia, de créditos anteriormente detidos por fundos contra a Tok&Stok. Com a cessão, a Mobly passou a figurar como credora desses créditos, com vencimento em 31 de dezembro de 2035, sujeitos à atualização pela taxa DI, acrescida de juros remuneratórios de 2,00% ao ano, com capitalização diária. A Companhia reconheceu tais valores como contas a receber de partes relacionadas em suas demonstrações individuais, mensurados ao custo amortizado.

Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia realizou operação envolvendo a conversão de dívida anteriormente mantida junto à SPX em aumento de capital, no âmbito de sua reorganização societária e estratégia de otimização da estrutura de capital.

A referida operação foi formalizada mediante capitalização do crédito detido pela SPX, com a correspondente emissão de ações da Companhia, resultando na extinção da obrigação financeira anteriormente registrada.

Como consequência, houve redução do passivo financeiro da Companhia e aumento do patrimônio líquido em montante equivalente ao valor do crédito capitalizado, não havendo impacto em caixa decorrente dessa transação.

Adicionalmente, os créditos originalmente detidos por terceiros e posteriormente cedidos no contexto da reorganização passaram a ser detidos pela Companhia, permanecendo a Tok&Stok como devedora desses valores perante a TOKY, sem alteração das condições econômicas substanciais da obrigação.

As debêntures privadas emitidas pela Mobly possuem as seguintes características principais:

- Remuneração: Taxa DI + 2,00% ao ano, capitalizados pro rata temporis, até o vencimento ou a data de conversão;
- Conversibilidade: a qualquer tempo, total ou parcial, a critério da Companhia ou do debenturista ou obrigatoriamente em 31 de dezembro de 2035;
- Preço de conversão: R\$ 9,00 por ação ordinária, corrigido monetariamente até a data de conversão, com arredondamento para o número inteiro de ações;
- Vencimento final: 31 de dezembro de 2035;
- Liquidação: exclusivamente por meio da conversão em ações na data de vencimento. A liquidação em dinheiro é permitida, mas apenas se e após a quitação integral das dívidas reestruturadas da Tok&Stok;
- Natureza do instrumento: por não atender ao critério fixo-fixo (fixed-for-fixed) para conversão, conforme CPC 39, as debêntures foram classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Não há garantias específicas vinculadas a essas debêntures, nem cláusulas típicas de *covenants* financeiros.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício de 2025 é como segue:

Movimentação empréstimos	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2025 – Empréstimos	-	357.832
Baixa plano de recuperação extrajudicial	-	(357.832)
Dívidas com acionistas não controladores/outras contas a pagar convertidas em debêntures	-	119.676
Baixa dívida com acionistas não controladores/outras contas a pagar	-	(119.676)
Emissão de debêntures públicas	-	476.910
Despesa financeira com a emissão de debêntures públicas	-	184
Juros incorridos em 2025 sobre as debêntures públicas	-	79.430
Emissão de debêntures privadas	132.165	132.165
Despesa financeira com a emissão de debêntures privadas	50	50
Juros incorridos em 2025 sobre as debêntures privadas	21.985	21.985
Debêntures Privadas convertidas em aumento de capital	(153.256)	(153.256)
Baixa de debêntures públicas convertidas em dívida Intercompany	-	(75.950)
Antecipação de recebíveis	-	25.840
Saldo em 31 de dezembro de 2025	944	507.358

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do longo prazo estão apresentados a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	-	2.642
2028	-	50.309
2029	-	71.237
2030	-	71.237
2031	-	71.237
2032	-	71.237
2033	-	71.237
2034	-	71.237
2035	944	944
Total	944	481.518

A movimentação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está apresentada nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas relativas àquele exercício, publicadas em 31 de março de 2025.

17. Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 Reclassificado
Adiantamento de clientes (ii)	16.013	20.211
Repasses sellers	497	1.417
Receita futura (i)	6.347	7.127
Cashback	23	4.728
Outras receitas diferidas	518	29
Total	23.398	33.512

- (i) Refere-se aos pedidos que foram faturados e não entregues aos clientes, seu reconhecimento deve acontecer em uma data posterior aos períodos de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

18. Depósitos e bloqueios judiciais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos tributários (i)	75.123	77.210
Depósitos trabalhistas	619	487
Bloqueios judiciais	392	431
Outros depósitos judiciais (iii)	10.022	9.797
Total	86.156	87.925
Circulante	392	431
Não circulante	85.764	87.494

A movimentação dos depósitos é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	74.685
Combinação de negócios	12.669
Adição	7.099
Baixas	(12.171)
Atualização monetária	5.643
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87.925
Adição	3.814
Baixas (i)	(12.221)
Atualização monetária	6.638
Saldo em 31 de dezembro de 2025	86.156

- (i) Em 25 de abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de cessão definitiva dos direitos de levantamento de depósitos judiciais vinculados a ações que discutem a exigibilidade do ICMS – Diferencial de Alíquotas (“DIFAL”) e do Fundo de Combate à Pobreza (“FCP”), referentes às competências até dezembro de 2021, com o SCORE I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (“Cessionário”).

Na referida data, os depósitos judiciais objeto da cessão totalizavam R\$ 8.049, atualizados conforme índices oficiais dos Tribunais de Justiça dos respectivos Estados. Como contraprestação, a Companhia recebeu pagamento à vista no montante de R\$ 4.609, equivalente a 60% do valor atualizado dos depósitos. Além disso, o contrato prevê o recebimento de parcela variável adicional (“earn-out”), de até 20%, condicionada ao prazo do efetivo levantamento judicial. A Companhia reconheceu um ativo financeiro a valor justo para refletir o direito a essa contraprestação variável futura.

Em decorrência da operação, os depósitos judiciais foram baixados do ativo não circulante, com o reconhecimento do valor justo da contraprestação recebida e do direito residual (earn-out). A diferença líquida, no montante de R\$ 1.869, foi registrada como despesa financeira no resultado do exercício de 2025.

O montante de 4.172 foi restituído diretamente na conta corrente da Companhia referente a liberação via processo.

(ii) Os principais depósitos judiciais encontram-se, essencialmente, detalhados a seguir:

a) PIS e Cofins (base de cálculo PIS e Cofins)

Em 23 de outubro de 2020 após o entendimento da 4ª turma do TRF3, o recurso de apelação da Fazenda sobre o mandado de Segurança no. 5025689-42.2018.4.03.6100 foi julgado desfavorável ao Grupo e tendo sido proferida a sentença em 04 de novembro de 2020. Em razão disso, o tema subiu para o STF como repercussão geral e será julgado em mais uma instância. Com base nesta última decisão, o Grupo passou a fazer o depósito em juízo do montante suspenso no valor de R\$ 45.918 (R\$ 39.648 em 2024). Os valores estão atualizados pela taxa Selic. O Grupo, amparado por seus assessores jurídicos, considerou esta ação como possível de êxito (Nota Explicativa nº 19.a).

b) Diferencial de alíquotas – DIFAL

O Grupo realizou depósitos pertinentes à DIFAL (Diferencial de Alíquota Entre os Estados). Em dezembro de 2020 o Grupo ingressou com ação nos Estados pleiteando o seu direito ao não recolhimento da DIFAL, pois esse tema no Brasil estava como repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF) e as chances de êxito vinham evoluindo a favor dos contribuintes. O Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou que tal norma está em desacordo com alguns princípios ou hierarquias das leis brasileiras, e avaliou o ingresso de tal ação judicial como de êxito provável. Como o Grupo já detém ação judicial em curso questionando a legalidade da cobrança, o efeito suspensivo é imediato a partir da data em que houve o ingresso da ação, com isso o Grupo realizou depósitos judiciais até que a ação seja julgada. O montante em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 29.204 (R\$37.639 em 2024).

Com a instituição da Lei Complementar nº 190/2022, sancionada em 5 de janeiro de 2022, o Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou como provável o êxito das medidas judiciais relacionadas ao recolhimento do DIFAL, efetuando depósitos judiciais a partir de abril de 2022 (Nota Explicativa nº 19.a).

Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que as empresas que ajuizaram ações judiciais até 29 de novembro de 2023 estão dispensadas do recolhimento do DIFAL referente ao exercício de 2022. Dessa forma, o Grupo aguarda a restituição dos valores depositados, conforme o trânsito em julgado das respectivas decisões.

Parte das ações propostas em 2021 já teve decisão favorável à Companhia, resultando na restituição de R\$ 18.628 diretamente em conta corrente. Adicionalmente, créditos no montante de R\$ 8.049 foram negociados com terceiros (Score Capital), tendo sido recebidos R\$ 5.947 até a data-base, considerando parcela à vista e componente variável conforme as condições contratuais.

(iii) O montante referenciado são depósitos em garantias cíveis e do consumidor.

19. Provisão para contingências

O Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contingências cíveis	3.740	5.285
Contingências trabalhistas	18.957	25.143
Contingências tributárias (i)	25.163	47.250
Total	47.860	77.678
Circulante	383	-
Não circulante	47.477	77.678

(i) O montante de R\$ 21.453 é referente a um auto de infração de PIS e Cofins, provindo da combinação de negócios, que está em discussão administrativa. Para ambos os processos, o Grupo possui legal opinion com chances de perdas prováveis. O montante de R\$ 2.374 é de um mandado de segurança referente ao RAT (Risco Ambiental do Trabalho) e R\$ 1.129 é referente a um auto de infração de ICMS.

A movimentação das contingências prováveis é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	12.938
Combinação de negócios (ii)	45.685
Adições	13.327
Atualização monetária	5.728
Saldo em 31 de dezembro de 2024	77.678
Saldo transferido de tributos a recolher (iii)	43.437
Adições	1.380
Reversões (ii)	(83.548)
Atualização monetária	8.913
Saldo em 31 de dezembro de 2025	47.860

(ii) O Grupo reverteu, dentre outras, as provisões referentes ao Diferencial de Alíquotas (DIFAL) de 2022 em decorrência do julgamento do Tema 1.266 de Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2025, o STF firmou o entendimento de que o DIFAL somente poderia ser exigido a partir de 04 de abril de 2022, modulando os efeitos da decisão para afastar a cobrança relativa ao exercício de 2022 para os contribuintes que tenham ajuizado ações até 29 de novembro de 2023 e que não tenham efetuado o recolhimento daquele imposto ao longo do referido ano. O montante revertido foi de R\$ 73.905 sendo R\$ 49.919 de principal e R\$ 23.986 de atualização monetária.

(iii) No exercício, o Grupo efetuou a transferência do montante de R\$ 43.437, anteriormente apresentado no passivo circulante, sob o grupo tributos a recolher, referente às provisões de Diferencial de Alíquotas (DIFAL) já mencionadas acima.

a) Contingências possíveis

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Existem processos avaliados pelo Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, relacionados a processos cíveis no montante de R\$ 58.238 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 56.565 em 31 de dezembro de 2024), trabalhistas no montante de R\$ 14.534 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 25.335 em 31 de dezembro de 2024)

O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do PIS e Cofins em suas próprias bases. Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e Cofins, o Grupo requereu o direito de excluir os valores do PIS e Cofins das suas próprias bases de cálculo de contribuições. Esta ação, amparada por seus assessores jurídicos, foi considerada como possível de êxito sendo o seu montante na data base de 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 48.531 (R\$ 42.377 em 31 de dezembro de 2024) (nota explicativa 18). Os números mencionados estão atualizados pela taxa Selic.

O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente às despesas com Marketing, Marketplace e Data Center. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 10.779 para o PIS e R\$ 49.653 para o Cofins.

O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente à inclusão do ICMS e do IPI na base de cálculo dos créditos. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 20.693.

O Grupo discute judicialmente as alterações no formato de tributação relacionados à subvenção para investimento instituídas pela Medida Provisória no 1.185, de 30 de agosto de 2023 (“MP no 1.185/23”), posteriormente convertida na Lei no 14.789, de 29 de dezembro de 2023 (“Lei no 14.789/23”) e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações passaram a prever a incidência de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS. O tema foi discutido com os assessores jurídicos e a tese foi classificada com chances de êxito “possível”. O montante dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 3.966 para o PIS e para a Cofins R\$ 18.270. Já para o IRPJ e a CSLL, o montante acumulado desde o início da discussão representa R\$ 81.736, sendo 36.016 referente ao exercício de 2025..

20. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para restituições (i)	9.616	10.487
Provisão para devolução de produtos	762	-
Provisões (ii)	18.579	12.235
Contas a pagar por Serviços de tecnologia (iii)	-	65.032
Manutenção a pagar	2.444	3.589
Allowance	8.516	7.103
Imobilizados a pagar (iv)	23.672	1.260
Outras Contas a pagar	16.118	9.838
Total	79.707	109.544
Circulante	70.091	34.025
Não circulante	9.616	75.519

- (i) Substancialmente refere-se a estimativa de custos a serem incorridos pelo Grupo na desmontagem, remoção e restituição dos imóveis arrendados, após o fim do prazo de locação destes ativos;
- (ii) Montante refere-se a provisões para despesas operacionais que serão estornadas/revertidas assim que ocorrer a entrada de suas respectivas notas/documentos fiscais;
- (iii) Em abril de 2022, a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. (“Domus”) com o objetivo de receber serviços exclusivos de criação, desenvolvimento e gerenciamento de soluções tecnológicas para as diversas áreas de negócio, construção e implementação de estratégias para os canais digitais, e assessoria na formação de uma equipe de tecnologia. Em novembro de 2023, as partes decidiram renovar todos os direitos e obrigações existentes até o momento, consolidando uma confissão de todos os valores devidos ou a dever pela Estok Comercio e Representações para a Domus e extinção de bônus de subscrição do contrato anterior. Conforme Nota Explicativa nº 16 as dívidas foram convertidas em debêntures públicas.
- (iv) Conforme descrito na NE 12, Informamos que o grupo adquiriu um terreno localizado ao lado da loja situada no bairro de Pinheiros, pelo valor total de R\$34.403 Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto referente à referida aquisição perfaz o montante de R\$22.392. A presente nota explicativa tem como objetivo evidenciar a posição patrimonial e financeira relacionada aos itens acima descritos na data-base indicada.

Movimentação das provisões	Consolidado		
	Restituições	Devoluções	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	10.921	1.414	12.335
Adições/reversões	(434)	(1.414)	(1.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.487	-	10.487
Adições/reversões	(871)	762	(109)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.616	762	10.378

21. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

a) Arrendamentos como arrendatário

O Grupo atua como arrendatário em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 o Grupo reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, foi a seguinte:

Direito de uso	Consolidado			Total
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	363.496	2.000	8.957	374.453
Adições	18.363	-	-	18.363
Baixas (i)	(40.848)	-	-	(40.848)
Reavaliações	5.072	93	220	5.385
Desreconhecimento (ii)	4.089	-	-	4.089
Depreciação	(105.525)	(1.615)	(4.875)	(112.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	244.647	478	4.302	249.427

(i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de Cajamar II e Extrema II.

(ii) Refere-se ao subarrendamento de parte da loja Mobly Villa Lobos para a Cobasi que foi encerrada em 2025.

Passivo de arrendamento	Consolidado			Total
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	449.120	2.735	8.064	459.919
Adições	15.854	-	-	15.854
Baixas (i)	(61.100)	-	-	(61.100)
Reavaliações	4.757	93	220	5.070
Pagamento passivo de arrendamento	(97.039)	(1.080)	(3.450)	(101.569)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(46.129)	-	-	(46.129)
Apropriação de juros	34.600	31	44	34.675
Saldo em 31 de dezembro de 2025	300.063	1.779	4.878	306.720
Circulante				94.152
Não circulante				212.568

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

Direito de uso	Consolidado			Total
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.769	2.780	13.249	122.798
Combinação de negócios	284.714	-	-	284.714
Adições	7.585	240	-	7.825
Reavaliações	(20)	-	293	273
Desreconhecimento	(1.639)	-	-	(1.639)
Depreciação	(33.913)	(1.020)	(4.585)	(39.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	363.496	2.000	8.957	374.453

Passivo de arrendamento	Consolidado			Total
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	131.024	3.375	10.736	145.135
Combinação de negócios	346.681	-	-	346.681
Adições	4.521	241	294	5.056
Pagamento passivo de arrendamento	(33.154)	(881)	(2.966)	(37.001)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(10.652)	(174)	(1.048)	(11.874)
Apropriação de juros	10.700	174	1.048	11.922
Saldo em 31 de dezembro de 2024	449.120	2.735	8.064	459.919
Circulante				105.600
Não circulante				354.319

(i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de Cajamar II e Extrema II.

O Grupo chegou às suas taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia (“spread” de crédito).

Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	De 5,1% a 19,6%
De 6 a 7 anos	De 7,9% a 16,4%
Acima de 7 anos	De 9,2% a 16,6%

Fluxo de caixa	2025		2024	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestações do arrendamento	401.168	335.118	536.925	459.919
PIS/Cofins potencial (9,25%) (i)	37.108	30.998	49.666	42.543

(i) Créditos de PIS e Cofins, relacionados às despesas de arrendamento (IFRS 16).

Considerando as orientações de divulgação do Ofício Circular 02/20 da CVM, os fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2025 estão descritos na Nota Explicativa nº 28 c. (v) – risco de liquidez.

b) Arrendamentos como arrendador

(i) Arrendamento financeiro

O Grupo possuiu, até 2025, subarrendamentos sobre parte do direito de uso de edifícios onde funciona uma de suas lojas físicas na capital paulista. O Grupo classificou este arrendamento como financeiro porque transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos (Nota Explicativa nº 8). O referido contrato foi encerrado em 2025 e, em razão de seu término, o Grupo não possui valores a receber ou direitos relacionados a esse arrendamento em períodos subsequentes.

Em milhares de reais	2025	2024
Menos de 1 ano		992
1 a 2 anos	-	992
2 a 3 anos	-	992
3 anos ou mais	-	3.392
Total	-	6.368

22. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recolher (i)	-	-	148.305	102.943
Cofins a recolher	-	756	5.872	5.519
PIS a recolher	-	112	1.393	1.056
IPI a recolher	-	-	2.923	1.691
Impostos parcelados (ii)	195	-	45.501	13.326
Outros tributos	-	6	1.883	3.283
Total	195	874	205.877	127.818

Circulante	195	874	174.106	114.980
------------	-----	-----	---------	---------

Não circulante	-	-	31.771	12.838
-----------------------	----------	----------	---------------	---------------

(i) O saldo de ICMS a recolher é composto pelo Diferencial de Alíquotas (DIFAL), incidente sobre as vendas destinadas a consumidor final não contribuinte, e pelo ICMS próprio. Do montante apresentado no quadro acima, R\$ 114.365 referem-se ao DIFAL, enquanto o valor remanescente corresponde ao ICMS a recolher decorrente de incentivos fiscais e das operações de vendas realizadas nas lojas. O saldo apresentado está devidamente atualizado com os encargos até a data base desta Demonstração Financeira.

(ii) O aumento do saldo de parcelamentos tributários no período decorre, principalmente, da adesão a novos parcelamentos de débitos fiscais. A referida adesão integra o plano de regularização tributária da Companhia, sendo realizada de forma estratégica com o objetivo de mitigar os impactos de encargos incidentes, por meio da utilização de programas de parcelamento disponíveis e da reavaliação da capacidade de pagamento de tributos para fins de aplicação de juros e multas, conforme a legislação vigente.

23. Dívidas com acionistas não controladores

O Grupo possui, através de sua subsidiária Estok Comércio e Representações S.A., as dívidas com acionistas não controladores abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para parcela sob condição suspensiva (i)	72.862	60.125
Empréstimo com acionistas (ii)	5.179	191.700
Total	78.041	256.825

(i) O saldo de contraprestação a pagar refere-se ao parcelamento devido aos ex-controladores do Grupo decorrente da aquisição do controle acionário da Estok Comércio e Representações S.A. e cuja dívida foi assumida pelo Grupo com a incorporação da Mevamoga Participações S.A. Esta dívida foi negociada em conjunto ao plano de continuidade operacional divulgado, para pagamento em 2035. Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$ 72.862;

(ii) O Grupo firmou em 09 de junho de 2023 contrato de mútuo junto aos seus acionistas majoritários no montante de USD 20.000, a títulos de capital de giro, em linha com o plano de continuidade operacional apresentado. Em 24 de julho de 2023 os acionistas minoritários do Grupo complementaram a operação no montante de R\$ 3.260 totalizando uma injeção de caixa de R\$ 100.000 na operação do Grupo para normalização do fluxo de caixa operacional. Esta dívida, conforme plano de continuidade operacional divulgado, fez parte da primeira emissão de debêntures privadas, e é conversível em ações Mobly a qualquer momento. Além disso, este valor inclui uma dívida de R\$ 55.869 entre Tok&Stok e Itaú que foi cedida para a família acionista não controladora. Esta dívida segue o cronograma de pagamento do plano de continuidade operacional divulgado. Conforme Nota Explicativa no 16 o montante de R\$ 186.868 foi convertido em debêntures públicas e privadas. Adicionalmente, a TOKY negociou com a SPX a conversão da dívida em aumento de capital. Como resultado dessa operação, as obrigações financeiras da Tok&Stok perante a TOKY foram mantidas, tendo ocorrido apenas a substituição da posição do credor no âmbito da reorganização, enquanto a SPX passou a deter participação acionária no Grupo em decorrência da referida negociação.

As dívidas com acionistas não controladores apresentadas possuem características específicas que as diferenciam de passivos financeiros tradicionais. Tais obrigações estão sujeitas a condições contratuais específicas, incluindo gatilhos de exigibilidade atrelados à geração de caixa e ao cumprimento do plano de continuidade operacional do Grupo.

Adicionalmente, tais instrumentos possuem natureza subordinada em relação às demais obrigações financeiras da Companhia, de modo que seu pagamento ocorre após a liquidação de credores financeiros seniores. A remuneração associada a esses instrumentos, quando aplicável, também está condicionada à capacidade financeira do Grupo, refletindo sua posição na estrutura de capital.

Dessa forma, tais passivos apresentam perfil distinto de risco e liquidez quando comparados às dívidas financeiras tradicionais, sendo considerados instrumentos subordinados no contexto da estrutura de capital consolidada.

24. Patrimônio líquido

Composição societária

Em 31 de dezembro de 2025 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de Ações (em unidades)	Participação %
Dsk Capital Gestora De Recursos E Consultoria Ltda.	41.998.702	19,37%
Spx Private Equity Gestão De Recursos Ltda.	24.909.105	11,49%
Buriti Investimentos Gestora De Recursos Ltda.	21.108.476	9,74%
Exa Capital Asset Ltda.	17.749.430	8,19%
Domus Aurea Serviços De Tecnologia Ltda.	11.870.823	5,48%
Administração	7.563.417	3,49%
Ações em circulação	91.587.037	42,25%
Total	216.786.990	100%

Capital social

Foi homologado em 10 de dezembro de 2024 o aumento do capital social do Grupo através da emissão e integralização de 16.273.499 de ações ordinárias, com o preço por ação de R\$4,08, perfazendo o total de R\$66.396. Desta forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.278.429, dividido em 216.786.990 unidades de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (122.763.403 unidade de ações em 31 de dezembro de 2024). Do valor destinado ao aumento de capital, R\$ 153.357 foi destinado ao capital social e R\$ 25.269 foram destinados à reserva de capital.

Referido aumento de capital decorreu, substancialmente, da capitalização de créditos anteriormente detidos por credores, incluindo a conversão de dívidas em instrumentos patrimoniais. Em 2025, a Companhia concluiu etapas adicionais dessa reestruturação, com destaque para a conversão de debêntures privadas em capital social. (Nota explicativa 16).

Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuível aos acionistas da controladora e na média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

O prejuízo diluído por ação corresponde ao prejuízo básico por ação, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício e, portanto, os instrumentos financeiros potencialmente conversíveis, incluindo planos de stock options e debêntures conversíveis, foram considerados antidilutivos e não foram incluídos no cálculo, conforme o CPC 41 – Resultado por Ação.

	Controladora/Consolidado			
	Doze meses findos			
	Básico		Diluído	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do período	(94.089)	(149.179)	(94.089)	(149.179)
Média ponderada de ações durante o período (em milhares)	132.165	107.845	191.766	107.845
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo - em R\$	(0,7119)	(1,3833)	(0,4906)	(1,3833)

25. Receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos

a) Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Vendas de mercadorias e serviços	1.927.127	1.037.627
Receita operacional, bruta	1.927.127	1.037.627
Impostos Incidentes		
Impostos	(356.879)	(156.160)
ICMS - Incentivo fiscal (i)	39.172	7.344
Devoluções e cancelamentos	(71.218)	(60.747)
Descontos	(93.173)	(16.867)
Receita, líquida	1.445.029	811.196

(i) Reconhecimento do benefício especial concedido pelo Estado de Minas Gerais. O Grupo é beneficiário de Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, que prevê a aplicação de crédito presumido de ICMS sobre as vendas não presenciais, sem a exigência de contrapartida em investimentos vinculados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Os incentivos fiscais são reconhecidos em conta redutora da rubrica de impostos sobre vendas de mercadoria e serviços – ICMS.

A variação da receita está diretamente relacionada à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024.

b) Custos dos produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo das vendas	(678.316)	(428.240)
Realização da mais-valia de estoque	(18.051)	(6.889)
(Provisão) reversão s/margem negativa	10.695	(861)
Provisão <i>cut-off</i>	(651)	(722)
Total	(686.323)	(436.712)

A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024.

26. Despesas comerciais, gerais e administrativas por natureza

a) Despesas comerciais

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(151.518)	(55.364)
Transportes (i)	(120.400)	(72.477)
Outras despesas comerciais	(22.626)	(14.823)
Locação de equipamentos	(3.826)	(2.838)
Segurança e serviços prediais	(19.220)	(9.144)
Propaganda e publicidade (ii)	(74.386)	(66.864)
Energia, água e gás	(21.057)	(6.948)
Uso e consumo	(5.504)	(1.792)
Aluguel, condomínio e IPTU	(21.902)	(23.484)
Tecnologia da Informação e Telecomunicações	(4.665)	(4.431)
Meios de pagamento	(27.888)	(13.228)
Perdas e Doações	(7.231)	(274)
Despesas judiciais (iii)	28.954	(1.165)
Depreciação e amortização	(149.705)	(53.915)
Total	(600.974)	(326.747)

(i) Em 2024 tivemos estorno de provisões em aberto relacionadas ao gasto com transportes.

(ii) O aumento do valor refere-se principalmente a comissões de afiliados de marketplace.

(iii) Em 2025 o Grupo reverteu provisões para contingências cíveis e tributárias invertendo o sinal da linha da despesa. A redução foi de R\$ 38.432.

b) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(9.338)	(9.023)	(89.613)	(61.935)
Aluguel, condomínio e IPTU	(147)	-	(4.375)	(4.647)
Tecnologia da Informação	(104)	(64)	(25.996)	(18.216)
Outras despesas	(1.294)	(2)	(4.966)	(4.303)
Serviços de terceiros	-	(1.198)	-	(3.232)
Telecomunicação	-	-	(135)	-
Uso e consumo	-	-	(2.051)	-
Despesas judiciais (i)	(1.189)	(219)	18.123	(2.608)
Depreciação e amortização	(2.180)	-	(55.760)	(19.691)
Total	(14.252)	(10.506)	(164.773)	(114.632)

(iii) Em 2025 o Grupo reverteu provisões para contingências tributárias invertendo o sinal da linha da despesa. A redução foi de R\$ 18.162.

A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 demonstrada acima está relacionada diretamente com a combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024, (saldos de 2024 não contém os números de 12 meses findos de 2024 do grupo Tok&Stok).

27. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Gastos extraordinários (i)	(7.078)	(24.327)	(16.193)	(40.296)
Despesas Judiciais (ii)	-	-	-	3.725
Despesas de due diligence	-	(992)	-	(1.112)
Multas sobre impostos	-	(17)	-	(2.144)
Cartão Mobly	-	-	-	(631)
Plano de opções e bônus de subscrição	(1.540)	(100)	(1.402)	125
Provisão para DIFAL e outros impostos (iii)	-	(12.808)	-	(22.542)
Outras despesas não recorrentes	-	-	(633)	-
Total	(8.618)	(38.244)	(18.228)	(62.875)

(i) Os gastos extraordinários referem-se a despesas diretamente relacionadas à aquisição da Tok&Stok. Esses valores abrangem custos com consultores financeiros e jurídicos, serviços de due diligence contábil, fiscal e legal, honorários de auditoria independente, bem como despesas com assessoria regulatória, estruturação e comunicação institucional vinculadas à concretização da transação.

(ii) Refere-se a um estorno de provisão relacionado a TAC (Termo de ajustamento de conduta), onde o julgamento determinou o pagamento menor do que o saldo provisionado.

(iii) O Grupo reverteu a provisão de DIFAL referente ao exercício de 2022 devido ao julgamento favorável aos contribuintes para as empresas que possuíam ações discutindo a legalidade do tributo na respectiva competência.

b) Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Efeitos tributários não recorrentes (i)	-	-	32.972	12.853
Ganho líquido na venda de ativo mobilizado	-	-	38	387
Total	-	-	33.010	13.240

(i) A composição dos efeitos tributários não recorrentes refere-se, substancialmente, ao reconhecimento de créditos tributários pelo Grupo decorrentes de processos judiciais relacionados ao DIFAL (Diferencial de Alíquota de ICMS), no montante de R\$ 19.931, os quais transitaram em julgado e tiveram seus créditos apurados e habilitados no exercício de 2025.

Adicionalmente, inclui o efeito da análise complementar dos valores habilitados pela Tok&Stok no âmbito da ação judicial que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$ 13.041.

28. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(22.100)	-	(112.470)	(6.624)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(41.211)	(18.335)
Juros sobre antecipação de recebíveis	-	-	(35.548)	(15.076)
Juros sobre antecipação de recebíveis-Adquirentes	-	-	(48.378)	(4.930)
Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	178
Ajuste a valor justo de ativos (Nota Explicativa no 11.1)	-	-	(11.469)	-
Variações monetárias passivas	-	-	27.623	(19.470)
Juros sobre parcelamento de impostos	(49)	(6)	(5.660)	(1.033)
Multas s/ impostos	-	-	(13.738)	-
Outras despesas financeiras	-	(38)	(1.194)	(9.902)
Total	(22.149)	(44)	(242.045)	(75.192)
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	1.863
Varição monetária ativa	-	-	7.322	17.079
Juros de aplicações financeiras	-	715	1.720	9.493
Descontos financeiros obtidos (ii)	-	2	51.891	157
Outras Receitas Financeiras	-	-	-	359
Juros Ativos	22.792	-	17.412	112
Total	22.792	717	78.345	29.063
Total	643	673	(163.700)	(46.130)

(i) O Grupo reavaliou a norma contábil de ajuste a valor presente e entendeu que não há componentes de financiamento materiais que obriguem a contabilização de tal montante. Dessa forma o Grupo reverteu os saldos acumulados contabilizados refletidos nas notas explicativas de receita, custo e resultado financeiro líquido. No balanço estavam registrados ajustes nas notas de Contas a Receber, Contas a Pagar e Estoques.

(ii) Refere-se ao ganho financeiro reconhecido pela Companhia em função da renegociação de obrigações junto à Domus, que envolveu a aquisição de debêntures com deságio e reestruturação das condições contratuais. A operação resultou na baixa parcial do passivo e no reconhecimento do ganho no resultado do exercício. Parte dos créditos também foi capitalizada em instrumentos patrimoniais. (Nota explicativa 16)

A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024 (saldos de 2024 não contém os efeitos dos números do grupo Tok&Stok).

29. Imposto de renda e contribuição social

29.1. Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		(149.18)		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(106.755)	1)	(169.522)	(164.080)
IRPJ e CSLL - 34%	36.297	50.722	57.637	55.787
Ajustes para reconciliação:				
Equivalência patrimonial	(8.480)		-	
Efeito fiscal – reversão de diferenças temporárias (mais valia)	(2.214)		-	
Outros ajustes fiscais	(14.248)			
IRPJ e CSLL apurados	11.355	50.722	57.637	55.787
Alíquota de Imposto Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Conforme demonstrado no quadro acima, a Companhia apurou prejuízos contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tanto na controladora quanto no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Mobly possuía prejuízo fiscal acumulado e não contabilizado no montante de R\$ 629.143 (R\$ 561.695 em 31 de dezembro de 2024) e a Tok&Stok possuía R\$ 1.517.419 (R\$ 1.258.493 em 31 de dezembro de 2024) para compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição.

30. Informação por segmento

Consolidado	31/12/2025			31/12/2024		
	Receita bruta	Custos dos produtos vendidos	Lucro bruto	Receita bruta	Custos dos produtos vendidos	Lucro bruto
Revenda de mercadorias – website	837.714	(213.825)	623.889	303.914	(118.658)	185.256
Revenda de mercadorias – marketplace	213.360	(104.273)	109.087	218.712	(104.694)	114.018
Revenda de mercadorias – lojas	775.435	(352.751)	422.684	460.727	(179.564)	281.163
Receita de prestação de serviço	7.420	-	7.420	31.716	(12.711)	19.005
Revenda de mercadorias – outros	5.002	(8.433)	(3.431)	4.507	(886)	3.621
Provisão estoque obsoleto e outros	-	11.010	11.010	1.430	(13.400)	(11.970)
Baixa de mais valia de estoque	-	(18.051)	(18.051)		(6.799)	(6.799)
Retornos (i)	(80.436)	-	(80.436)	(53.649)		(53.649)
Impostos sobre vendas	(313.466)	-	(313.466)	(156.160)		(156.160)
Total	1.445.029	(686.323)	758.706	811.197	(436.712)	374.485

(i) Os retornos são cancelamentos de vendas.

31. Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

O Grupo não efetua aplicações de carácter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração do Grupo.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo, foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequados. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes a serem realizados no mercado de troca corrente.

a) Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros

Todos os ativos e passivos do Grupo são mensurados ao custo amortizado e, em todos os casos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

As equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo com taxas pós-fixadas.

As contas a receber de clientes são de curto prazo e já são ajustadas pela perda esperada.

Os valores a pagar a fornecedores são devidos no curto prazo.

b) Política de gestão de riscos

O Grupo possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

c) Administração financeira de risco

As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

(i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelo Grupo e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos do Grupo. Para mitigar esses riscos, o Grupo monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se ao movimento de preço.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis desses ativos representam a exposição máxima do crédito.

Grande parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de vendas de Marketplace onde a contraparte é a companhia cujo website o consumidor usou para efetuar a compra. Dessa forma, as contrapartes são companhias de varejo de grande porte, para os quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis.

Uma parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de parcelamentos de cartões de crédito. As contrapartes são adquirentes e subadquirentes de grande porte, para os quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis.

O Grupo passou a operar cartões private label em parceria com a empresa administradora de meios de pagamento WayUp a partir de outubro de 2022. Essa solução de pagamento gera recebíveis que são analisados conforme curva de mercado e, a partir das análises, são provisionadas perdas para o saldo total de recebíveis. Essas perdas foram provisionadas com base na curva de vencimentos projetada pela administradora de pagamentos com base no histórico de mercado. O critério será revisado quando a Companhia tiver base histórica para analisar a metodologia. As provisões se encontram nos montantes apresentados como perda de crédito esperada (Nota Explicativa nº 6).

O Grupo constituiu provisão especificamente para a sua carteira de contas a receber decorrente das receitas geradas por vendas a pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. O Grupo faz uma análise individualizada de cada cliente, verificando a necessidade de provisionamento de acordo com o risco apresentado para cada caso.

Exposição	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	109	63	30.718	23.036
Contas a receber	6	-	-	106.887	138.957
Exposição total		109	63	137.605	161.993

(iii) Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas receitas de vendas usando o cartão Mobly e vendas feitas para pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. Os demais saldos de contas a receber são garantidos por grandes players do mercado, o Grupo fez uma avaliação de risco dessas empresas e não constitui nenhuma provisão para estes saldos.

A administração não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis.

(iv) Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais

Como avaliado na nota de risco de crédito, o Grupo realiza uma avaliação de risco de crédito a nível do cliente e, com base nessa informação, avalia o risco de crédito para todos os seus clientes. Quando um risco material é identificado, é constituída uma provisão do valor a receber correspondente.

(v) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo mantém uma relação próxima com instituições financeiras para garantir linhas de crédito aprovadas. Além disso, o Grupo também pode negociar os termos com os fornecedores, e antecipar seus recebíveis de cartão de crédito, se necessário.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações financeiras trimestrais. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros não derivativo	Nota explicativa	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
			Controladora				
			Valor total	Menos de 1 mês	1-3 meses	4-12 meses	Maior que 1 ano
Fornecedores	14	15.022	15.022	3.004	10.516	1.502	-

Passivos financeiros não derivativos	Notas explicativas	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
			Consolidado				
			Valor total	Menos de 1 mês	1-3 meses	4-12 meses	Maior que 1 ano
Fornecedores	14	183.439	183.439	52.013	105.419	26.007	-
Risco sacado	14.1	39.895	39.895	-	39.895	-	-
Passivos de arrendamentos	21	306.720	306.720	7.172	21.899	65.080	212.569
Empréstimos e financiamentos	16	507.358	507.358	-	-	25.840	481.518
Dívidas com acionistas não controladores	23	78.041	78.041	-	-	-	78.041
Total		1.115.453	1.115.453	59.185	167.213	116.927	772.128

(vi) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(vii) Risco de taxa de juros

A exposição ao risco da taxa de juros é decorrente da exposição a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relacionado a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais.

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros atuais sobre empréstimos. Com todas as variáveis mantidas constantes, o resultado do Grupo antes do imposto de renda é afetado pelo impacto na taxa de juros flutuante.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, o Grupo considerou uma redução na taxa de juros do CDI para 12,25%, conforme boletim Focus de 31/12/2025, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 foi considerado o cenário base atual e de aumento e queda nas taxas de juros. Os efeitos esperados das receitas de aplicações financeiras e despesas de empréstimos e financiamentos para os próximos 12 meses são como segue:

Saldo em 31/12/2025	Controladora	Consolidado
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5)	4	25.132
Total	4	25.132

Exposição Líquida

Impacto no resultado financeiro		
Cenário Base - 14,90 % a.a.	1	3.511
Cenário Provável - 12,25 % a.a.	0	2.918

Saldo em 31/12/2025	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 16)	944	507.358
Total	944	507.358

Exposição Líquida

Impacto no resultado financeiro		
Cenário Base - 14,90 % a.a.	132	70.877
Cenário Provável - 12,25 % a.a.	110	58.913

(viii) Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de insumos. Os resultados do Grupo não estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os seus passivos em dólar norte-americano, uma vez que a administração entende que o risco cambial não é relevante.

O risco cambial é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de uma exposição flutuem devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao nível do consolidado ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se aos fornecedores estrangeiros em dólar no montante de R\$ 695 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.415 em 31 de dezembro de 2024).

As operações de swap permutam os riscos cambiais decorrentes de parte do financiamento à importação por derivativos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário, reduzindo a exposição do Grupo às oscilações cambiais. Os contratos habilitados possuem o vencimento de 180 dias.

O Grupo realizou uma análise de sensibilidade, apresentando cenário de câmbio do boletim Focus de 31/12/2025

Saldo em 31 de dezembro de 2025	Consolidado
Fornecedores estrangeiros	695
Saldo (R\$)	695
Saldo (USD)	126
Impacto no resultado financeiro	
Cenário base - 5,50	695
Cenário provável - 5,50	695

32. Eventos subsequentes

Extensão do Período de Carência dos Juros das Debêntures Tok&Stok

GRUPO TOKY S.A. (“Companhia”), vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Assembleia Geral de debenturistas da controlada Estok Comércio e Representações S.A. (“Tok&Stok”), por unanimidade, aprovaram estender o período de carência dos juros, que se encerraria nesta data, para 25 de maio de 2026. Dessa forma, a Companhia e a Tok&Stok terão 63 dias adicionais para seguir avançando nas negociações com os debenturistas, já em curso, com vistas à conclusão da reestruturação do endividamento da Tok&Stok.

* * *

Victor Pereira Noda
Diretor Presidente

Marcelo Rodrigues Marques
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleberson dos Santos Alves
Contador CRC SP-349301/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Grupo Toky S.A. (anteriormente denominado Mobly S.A.) (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa no 2.2, que descreve os principais julgamentos e premissas considerados pela administração na avaliação da continuidade operacional da Companhia. Conforme descrito na referida nota, a Companhia apresenta histórico recente de prejuízos e desafios relacionados à sua estrutura de capital e liquidez, tendo implementado um plano abrangente de reestruturação operacional e financeira, que inclui, dentre outras medidas, a captura de sinergias decorrentes da combinação de negócios com a Tok&Stok, a melhoria das condições de liquidez por meio de iniciativas de geração de caixa, bem como a reestruturação do endividamento financeiro da controlada Tok&Stok no âmbito de um Plano de Recuperação Extrajudicial homologado judicialmente. A avaliação da continuidade operacional realizada pela administração considera como premissa fundamental a implementação e o sucesso dessas medidas, incluindo a manutenção do acesso à mecanismos de antecipação de recebíveis, o êxito nas negociações de postergação do pagamentos de juros e da conversão de debêntures em capital, bem como a materialização das sinergias operacionais estimadas. Esses assuntos, juntamente com outros eventos e condições divulgados na nota explicativa no 2.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e sua necessária geração de caixa estão descritos na referida nota explicativa. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que assumem a concretização das citadas medidas, não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável de ativos – Nota Explicativa nos 12 e 13

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldos de ativo imobilizado (consolidado) e ativo intangível (consolidado) nos montantes de R\$ 180.654 mil e R\$ 480.789 mil, respectivamente. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards requerem que a Companhia realize, a cada encerramento de período, o teste de recuperabilidade econômica dos valores registrados como ativo intangível sem vida útil definida e/ou ativos com indicativos de perda de recuperabilidade econômica.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados, pela administração da Companhia, indicativos de perda de recuperabilidade econômica em virtude de, dentre outros aspectos: (i) prejuízos operacionais recorrentes; (ii) passivo circulante em excesso ao ativo circulante; e (iii) deterioração nas expectativas macroeconômicas, como aumento nas taxas de juros e pressão inflacionária no mercado no qual a Companhia opera (além de ambiente competitivo mais restritivo). Diante desses fatores, a Companhia realizou testes de recuperabilidade econômica sobre os ativos impactados.

O teste de recuperabilidade econômica dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, realizado com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas, subjetivas e significativas, tais como receita de vendas, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, dentre outras.

Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de ajuste por redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tendo sido esse assunto considerado, novamente, uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente.

Como o assunto foi tratado em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria Executiva, premissas e dados de mercado (como receita de vendas e taxas de juros e inflação), além das taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade consideradas pela administração da Companhia;

- Discussão, junto à administração, sobre o plano de negócios e premissas sensíveis;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas;

- Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre determinadas premissas sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas com efeito significativo na determinação do valor recuperável dos ativos objeto do teste de recuperabilidade; e

- Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perda por redução ao valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de vendas de mercadorias e serviços – Notas Explicativas nos 3.p, 25 e 30

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia reconheceu receita líquida consolidada no montante de R\$ 1.445.029 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia e suas controladas reconhecem receitas oriundas de diferentes canais de venda, incluindo websites próprios (webshop), lojas físicas, marketplaces e prestação de serviços. O reconhecimento da receita envolve volume expressivo de transações efetuadas por distintos canais de vendas, além de integração entre diferentes sistemas, que exige configuração parametrizada para a correta alocação das receitas entre os diferentes canais, além de envolver grande volume de transações diárias, tornando o risco de erro material elevado em função da complexidade do ambiente operacional e de tecnologia.

Em virtude da diversidade dos canais de vendas, volumes relevantes das transações e a necessidade de julgamento, por parte da administração, em diversas estimativas como provisão para devoluções, descontos comerciais, estimativa para perdas e classificação de transações como principal ou agente, o reconhecimento da receita foi considerado novamente como uma área de risco e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente.

Como o assunto foi tratado em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Obtenção de entendimento dos processos e políticas contábeis relacionados ao ciclo de receitas da Companhia, com foco nos critérios utilizados para o reconhecimento da receita, inclusive por canal de venda;

- Entendimento dos controles internos aplicáveis ao ciclo de receitas e aos sistemas envolvidos na captura, processamento e contabilização dos dados de vendas;

- Execução de procedimentos analíticos de auditoria utilizando ferramenta automatizada de auditoria denominada Audit Data Analytics (ADA) para receitas de vendas de mercadorias;

- Análise dos critérios de reconhecimento de receita com base nas obrigações de desempenho identificadas nos contratos com clientes, considerando os aspectos relacionados ao atendimento das obrigações de performance;

- Revisão das estimativas registradas para devoluções de produtos, perdas e descontos comerciais através da avaliação da política contábil adotada, consistência com o histórico de transações e critérios de mensuração aplicados;

- Execução de testes de corte ("cut-off") para verificar que as receitas foram reconhecidas no período contábil apropriado, com base nas datas de entrega e aceite pelos clientes (atendimento das obrigações de performance);

- Realização de testes substantivos, em base amostral, para verificar se as transações de receita estavam adequadamente suportadas e reconhecidas;

- Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis.

Durante a execução desses procedimentos, identificamos uma deficiência nos controles internos da Companhia relacionada ao processo de controle das operações efetuadas via marketplaces de terceiros. Em nossa avaliação, tal deficiência constitui uma deficiência significativa no ambiente de controles internos da Companhia. Desta forma, revisamos nossa avaliação dos riscos relacionados ao tema e alteramos nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados, a fim de obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A referida deficiência significativa foi comunicada aos responsáveis pela governança, observando as normas de auditoria.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias e prestação de serviços, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria do Grupo Toky S.A. (“Companhia”) é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente, sujeito ao disposto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria (“Regimento Interno”), no Estatuto Social da Companhia e na legislação e regulamentação aplicáveis.

Nos termos do artigo 10 do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que: (i) ao menos um deles deverá ser conselheiro independente da Companhia; e (ii) ao menos um deles deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, podendo o mesmo membro acumular as duas características previstas nos itens (i) e (ii) acima.

Atualmente, o Comitê de Auditoria é composto de 3 (três) membros, sendo: (i) 1 (um) membro independente do Conselho de Administração da Companhia (que atende aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”) e pela Comissão de Valores Mobiliários); e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso (v), do Regulamento do Novo Mercado. Dentre os membros eleitos para composição do Comitê de Auditoria, 1 (um) exerce a função de Coordenador.

São membros do Comitê de Auditoria: Sr. Alvaro Taiar Júnior, Sr. Felipe Fonseca Pereira (membro independente do Conselho de Administração da Companhia) e Sr. José Ecio Pereira da Costa Junior (membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e coordenador do Comitê de Auditoria).

O Comitê de Auditoria deliberou 08 (oito) vezes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, visando ao atendimento das obrigações regulatórias, estatutárias e regimentais, conforme datas abaixo elencadas:

- | 29 de janeiro de 2025
- | 10 de fevereiro de 2025
- | 31 de março de 2025
- | 25 de agosto de 2025
- | 27 de agosto de 2025
- | 15 de setembro de 2025
- | 07 de novembro de 2025
- | 14 de novembro de 2025

Todas as deliberações foram registradas em atas e assinadas por seus membros. O Comitê de Auditoria reuniu-se no âmbito da atribuição de suas funções, sendo os principais assuntos discutidos aqueles relacionados a:

- (i) avaliação das informações trimestrais e das demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- (ii) acompanhamento da evolução e da atualização do mapa de riscos da Companhia;
- (iii) acompanhamento das atividades da área de auditoria interna da Companhia; e
- (iv) monitoramento de riscos e controles internos da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, analisaram, em reuniões realizadas em 19 e 31 de março de 2026, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes Grant Thornton emitido em 31 de março de 2026, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração da Companhia.

José Ecio Pereira da Costa Junior - Coordenador

Alvaro Taiar Júnior - Membro

Felipe Fonseca Pereira - Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 31 de março de 2026, sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.